



DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE:

UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESENTAÇÃO
DA POPULAÇÃO LGBTTTI NA MÍDIA

RODRIGO NASCIMENTO ANDRADE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | UFPB

CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES | CCTA

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Curso de Bacharelado em Jornalismo

Rodrigo Nascimento Andrade

**DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA
POPULAÇÃO LGBTTTI NA MÍDIA**

João Pessoa

2016

Rodrigo Nascimento Andrade – 11213931

DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA
POPULAÇÃO LGBTTTTI NA MÍDIA

Monografia apresentada ao Departamento de Jornalismo, do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como exigência para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Glória de Lourdes Freire Rabay

João Pessoa

2016

Rodrigo Nascimento Andrade

**DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA
POPULAÇÃO LGBTTTI NA MÍDIA**

Aprovado pela banca examinadora em: ___/___/___

Nota: ____

Monografia apresentada ao Departamento de Jornalismo, do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como exigência para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Glória de Lourdes Freire Rabay

Banca Examinadora:

Orientadora

Prof^a Dr^a Glória de Lourdes Freire Rabay

Prof^a Dr^a Margareth Almeida Nepomuceno

Prof^a Dr^a Suelly Maria Maux Dias

Dedico este trabalho ao meu precioso avô Paição e a minha querida avó Mãelica (in memoriam) por serem, durante toda minha vida, meu melhor exemplo de bondade, companheirismo e de amor a dois - para além desta existência...

AGRADECIMENTOS

Chego ao fim desse longo processo pessoal e acadêmico trazendo um conjunto de sensações ainda não bem definidas, mas com a certeza de que só consegui concluí-lo porque tive, ao meu lado, pessoas que cuidaram de mim, me deram força e confiança de que conseguira. As que me fizeram ter motivação e coragem para seguir adiante. Gratidão ao agradecer a essas pessoas que são donas de meus melhores sentimentos e lembranças... De minha alma.

Inicio agradecendo a minha Mãe, o maior amor de minha vida, principal responsável por, não importando como ou o porquê, de eu estar aqui, ou até onde eu chegue nesta existência. A ela, minha gratidão;

A Francisco, agradeço a paciência, dedicação e companheirismo. Reflexo do nosso amor, do nosso privilégio. Presente dos encontros e da grandiosidade da Vida;

Agradeço a minha orientadora, Glória Rabay, pela liberdade. Por ter confiado em mim e por acreditar que conseguiria.

As professoras e professores do Curso de Jornalismo que souberam compartilhar seus conhecimentos e experiências. Especialmente os que provocaram meu entusiasmo no campo do saber. Agradeço.

Gratidão as minhas amigas e meus amigos que fiz durante o curso. Deles vêm meus sorrisos mais sinceros e meus bons momentos. Agradeço por serem minha fonte de alegria mais preciosa. Grato por ter muitas. Agradeço a Carol pela a coisa mais preciosa que dividimos, o nosso amor para além desta existência. A Poly, por ser minha grande amiga durante todo o curso, com quem dividi as melhores risadas na “sala de baixar” e por ser meu amor. A Taisa, por cuidar de mim e pela generosidade e por ser minha saudade. A Luís, por ser meu melhor parceiro apesar das nossas diferenças. A Normando, por ser energia e me querer ser energia também. A Hermes, pelas leseiras e bobagens que partilhamos. A Candoia, por ser um grande amigo, por ser família. Andrezza, por ser alegria, por ser força e amiga. A Demétrio, por ser um amigo sem igual. A Damara, pelos bons momentos. A Neves, por ser minha primeira amiga quando comecei a me sentir sozinho no início do curso, A Jéssika, pela companhia e por ser minha “benção”. A Bel, por ser a mais nova amiga durante a jornada e

por saber que é de Vidas. A Wal, por todas as emoções, festas, saídas e diversão e pelos muitos “abrigos”, por ser família;

As minhas irmãs Elizângela, Eliane, Edvânia, Simone e Gabriela por dedicarem a mim um amor forte e sincero. Principalmente a Vaninha e Gaby, por terem paciência nos dias obscuros e por terem me ajudado muito durante toda a trajetória de construção deste trabalho. As minhas sobrinhas Layla, Mariana e Eduarda, meus aperreios;

A essas pessoas agradeço por conseguir finalizar este trabalho e por me alegrar em saber que muitos outros virão. A vocês, agradeço.

*E mesmo sem te ver
Acho até que estou indo bem
Só apareço, por assim dizer
Quando convém aparecer
Ou quando quero
Quando quero*

*Desenho toda a calçada
Acaba o giz, tem tijolo de construção
Eu rabisco o sol que a chuva apagou
Quero que saibas que me lembro
Queria até que pudesses me ver
És parte ainda do que me faz forte
E, pra ser honesto
Só um pouquinho infeliz*

*Mas tudo bem
Tudo bem, tudo bem
Mas tudo bem
Tudo bem, tudo bem
Lá vem, lá vem, lá vem
De novo
Acho que estou gostando de alguém
E é de ti que não me esquecerei*

*Quando quero
Quando quero
Quando quero
Eu rabisco o sol que a chuva apagou
Acho que estou gostando de alguém*

(Renato Russo)

RESUMO

Esta pesquisa analisa as formas de representação das pessoas Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais (LGBTTTI) no telejornalismo brasileiro. Entendemos que a prática e a linguagem jornalística são formadas a partir dos diferentes discursos que operam na contemporaneidade e que esses discursos - geralmente - estão alicerçados nos valores culturais vinculados às normas hegemônicas que estruturam os comportamentos pessoais e coletivos. Nesse sentido, as representações sobre a população LGBTTTI reproduzidas pelos veículos de comunicação baseiam-se nessas normas que estabelecem - na realidade ocidental - a heteronormatividade como modelo a ser seguido pelos atores sociais. Perseguindo essa dinâmica, onde os discursos normativos instituem como os indivíduos devem proceder a partir de uma lógica pré-estabelecida, historiamos que a hierarquização da sexualidade heterossexual como “superior” fundamenta a marginalização e os processos discriminatórios infligidos às identidades, sujeitos e grupos que não correspondem ao parâmetro definido como “natural”. É dentro dessa justificativa que o pluralismo sexual e a diversidade de gênero têm seus valores deslegitimados e excluídos nos espaços de socialização, ao serem categorizados como “desviantes” por fugirem a “norma”, fato que colabora - diretamente - com as formas de preconceitos e discriminação contra a homossexualidade e as expressões de gênero. Nesse contexto, este trabalho pretende verificar como as pessoas LGBTTTI são representadas no telejornalismo e como isso pode influenciar a construção do pensamento coletivo sobre as agências de identificação desses indivíduos na sociedade, além de investigar como os jornais televisivos, enquanto principais meios enunciadores do campo da informação para grande parte dos brasileiros e brasileiras, atuam no fortalecimento (ou não) da cidadania dessas pessoas. Para tanto, analisamos um período total de um ano da cobertura noticiosa do Jornal Nacional (TV Globo) e do Repórter Brasil (TV Brasil) objetivando identificar o espaço concedido - e como foram abordadas - às identidades LGBTTTI pelos dois veículos. Em nossa análise, concluímos que existem diferenciações distintas entre os discursos disseminados pelos telejornais pesquisados, enquanto verificamos uma sub-representação no telejornal da Rede Globo, identificamos uma representação plural e inclusiva no jornalismo praticado pelo noticiário da TV Brasil. Além disso, verificamos a necessidade de um amplo debate - democrático - sobre a homossexualidade e heterossexualidade no país, de modo a problematizar o assunto abertamente nas esferas públicas e privadas sobre a violência e as formas de discriminação que Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais sofrem no Brasil.

Palavras-chave:

Representação. Invisibilidade. Gênero. Cidadania. Identidade. Sexualidade. Telejornalismo.

ABSTRACT

This research is directed to the forms of representation of the Lesbian, Gay, Transvestite, Transgender, Transgender and Intersex (LGBTTTI) in Brazilian television journalism. We understand that practice and journalistic language are formed from the different discourses that operate nowadays and that these speeches - usually - are grounded in cultural values linked to the hegemonic norms that shape personal and collective behavior. In this sense, the representations of the LGBTTTI population played by the media based on these standards that set - in western reality - heteronormativity as a model to be followed by social actors. Pursuing this dynamic where normative discourses establish how individuals should proceed from a pre-established logic, we historicize that the hierarchy of heterosexual sexuality as "superior" based marginalization and discriminatory processes inflicted identities, subjects and groups that do not match the parameter set to "natural". It is within this justification that sexual pluralism and gender diversity have their delegitimized values and excluded in socialization spaces, to be categorized as "deviant" by fleeing the "norm", a fact that contributes - directly - with forms of prejudice and discrimination against homosexuality and gender expressions. In this context, this work aims to verify the LGBTTTI people are represented in television journalism and how it can influence the construction of collective thought on the identification of agencies these individuals in society, and to investigate how the TV news, while major enunciators means the field of information for most Brazilians, work on strengthening (or not) of citizenship of these people. Therefore, we analyzed a total period of one year from the news coverage of the Jornal Nacional (TV Globo) and Reporter Brazil (TV Brazil) aiming to identify the given space - and how they were addressed - the LGBTTTI identities by two vehicles. In our analysis, we conclude that there are distinct differences between the discourses disseminated by news programs surveyed, as verified under-representation in the newscast of Globo, we identified a plural and inclusive representation in journalism practiced by the news of TV Brazil. Furthermore, we see the need for a broad debate - democratic - about homosexuality and heterosexuality in the country in order to discuss it openly in public and private spheres on violence and forms of discrimination that Lesbian, Gay, Transsexual, Transgender, transgender and Intersex suffer in Brazil.

Keywords:

Representation. Invisibility. Genre. Citizenship. Identity. Sexuality. Telejournalism.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCCOM – Associação Brasileira de Canais Comunitários

AC – Análise de Conteúdo

ACD – Análise Crítica do Discurso

AD – Análise de Discurso

BI – Bissexuais

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

AIDS – Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

DEP – Deputado/a

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

DH – Direitos Humanos

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

EUA – Estados Unidos da América

GGB – Grupo Gay Bahia

GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis e Transgêneros

GLBTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

GLT – Gays, Lésbicas e Transexuais

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILGA – Associação Internacional de Gays e Lésbicas

JN – Jornal Nacional

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

LGBTT – Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais

LGBTTT – Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LGBTTTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais

MLB – Mulheres Lésbicas e Bissexuais

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OHCHR – Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PL – Projeto de Lei

PP – Partido Progressista

PSC – Partido Socialista Cristão

PT – Partido dos Trabalhadores

RB – Repórter Brasil

SCOTUS – Suprema Corte dos Estados Unidos

SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

SIDA – Síndrome da imunodeficiência adquirida

SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual

STF – Supremo Tribunal Federal

TEDH – Tribunal Europeu de Direitos Humanos

Trans – Transexuais

TTT – Travestis, Transexuais e Transgêneros

TTTI – Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais

VT – Vídeo Tape

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Vítimas LGBTTTI por seguimento em 2015.....	58
Gráfico 02 – Número vítimas LGBTTTI por região em 2015.....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: número geral de dados quantificados no JN.....	110
Quadro 2: números de matérias por tema abordado.....	110
Quadro 3: número de matéria por agendamento	111
Quadro 4: proporção de notícias exibidas no JN para o nº de matérias sobre o tema LGBTTTI	112
Quadro 5: número de matérias que dão (e as que não) voz as/as LGBTTTI no JN	112
Quadro 6: tipos de fontes no JN.....	113
Quadro 7: matérias selecionadas para análise qualitativa	115
Quadro 8: número geral de dados quantificados no RB	126
Quadro 9: números de matérias por tema abordado.....	127
Quadro 10: número de matéria por agendamento	128
Quadro 11: proporção de notícias exibidas no RB para o nº de matérias sobre o tema LGBTTTI.....	129
Quadro 12: número de matérias que dão (e as que não) voz as/as LGBTTTI no RB.....	130
Quadro 13: tipos de fontes no RB	131
Quadro 14: matérias selecionadas para análise qualitativa	133
Quadro 15: número geral de dados quantificados no JN e RB	148
Quadro 16: números de matérias por tema abordado nos dois telejornais	150
Quadro 17: número de matérias que dão (e as que não) voz as/as LGBTTTI no JN e no RB ..	151
Quadro 18: tipos de fontes no JN e no RB.....	153
Quadro 19: representações sobre a população LGBTTTI nos JN e no RB	154
Quadro 20: síntese das representações da população LGBTTTI no JN e no RB.....	155

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – POPULAÇÃO LGBTTTI: ABORDAGEM TEÓRICA E REFLEXIVA	21
1.1 Heterotopias: a relatividade do existir	21
1.2 Conceito de identidade coletiva: das definições	26
1.3 Cidadania Sexual	29
CAPÍTULO II – CONSTRUÇÃO E EMANCIPAÇÃO DO MOVIMENTO LGBTTTI	35
2.1 O movimento e sua contextualização	36
2.1.1 Aids e suas consequências: o recuo e o esforço de um movimento	39
2.1.2 O movimento LGBTTTI no Brasil	40
2.2 Empoderamento e direitos sexuais: dos avanços e retrocessos	43
2.2.1 Panorama e Jurisprudência no Brasil: uma breve contextualização	46
2.3 Enfrentamento da Les-homo-bi-trans-inter-fobia	49
2.3.1 Les-homo-bi-trans-inter-fobia: das particularidades	52
2.3.2 Les-homo-bi-trans-inter-fobia: da violência	56
CAPÍTULO III - TEORIA QUEER E O ESTUDO DAS IDENTIDADES	62
3.1 Queer: apropriações de conceitos	62
3.1.2 Queer: uma noção pós-identitária	64
3.2 Identidades de Gênero	66
3.2.1 Heteronormatividade e hetero/sexismo: desdobramentos	69
3.3 Identidade Sexual	72
CAPÍTULO IV – JORNALISMO E SISTEMATIZAÇÃO IDEOLÓGICA	78
4.1 Crítica do discurso: trazendo o jornalismo	78
4.1.1 Jornalismo: do contexto	80
4.2 Telejornalismo: discurso e linguagem	82

4.3 Formas de representação e (in)visibilização	85
4.4 Construindo identidades e diferenças	89
4.4.1 Minoria vs. Maioria	93
CAPÍTULO V – FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS: AS RAZÕES DA ESCOLHA	98
5.1 Opções Metodológicas	98
5.2 TV Globo	101
5.2.1 Jornal Nacional.....	102
5.3 TV Brasil	104
5.3.1 Repórter Brasil	106
CAPÍTULO VI – A REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTTTI NO JORNAL NACIONAL E NO REPÓRTER BRASIL	109
6.1 Síntese das matérias do Jornal Nacional	109
6.1.1 Análise das matérias do Jornal Nacional	114
6.2 Síntese das matérias do Repórter Brasil	126
6.2.1 Análise das matérias do Repórter Brasil.....	133
6.3 Análise comparativa entre os dois telejornais	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICE	172
ANEXO	185

INTRODUÇÃO

“Ser LGBTTTTI não é orgulho nem vergonha, não é ideologia nem espetáculo, não é chique nem brega. Não é revanche. Não é moderno. Não é moda. É apenas humano” (Guilherme Fiuza).

Na atualidade, podemos dizer em uma sentença generalista, que o rizoma midiático – cada vez mais – tem envolvido setores e camadas da sociedade que, antes da era tecnológica, tinha apenas os meios de comunicação formais (televisão, rádio e jornal impresso) como vitrine informativa. Todavia, hoje a mídia possui múltiplas plataformas que determinam o meio e o modo das pessoas se comunicarem, entretanto, mesmo apesar dessa cena moderna, nômade e poliforme que as novas tecnologias originaram, a televisão (TV) ainda ocupa um lugar de destaque em relação aos demais veículos de comunicação, incluindo a *internet*. Nesse dualismo entre as novas e “velhas” mídias o que fica evidente, ao contrário do que se imaginava há pouco tempo, é que mesmo com uma abertura da dinâmica informativa (aqui representada pelas novas tecnologias) a TV não “morreu”, tão pouco conseguiu ser ultrapassada, sim ao contrário. Ao se adaptar e integrar ferramentas das novas mídias (como acesso a *internet*, *bluetooth*, *wi-fi* entre outras) a televisão se mantém na liderança quando o contexto é informação e entretenimento.

Nesse argumento, a produção-transmissão-divulgação jornalística da TV ainda se manifesta como principal meio de acesso a informação para grande parte dos brasileiros e das brasileiras, desse modo, a indústria “jornalismo” tem como seu produto dominante o telejornalismo. A ponto de exemplo, em 2014, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) divulgou um estudo sobre os hábitos de consumo midiático no Brasil, onde 80% das (os) entrevistadas (os) declararam recorrer aos jornais televisivos para se informarem sobre os acontecimentos nacionais e internacionais. Nesse sentido, entendemos o telejornalismo como umas dos elos fundamentais entre o conhecimento e a produção de significados e sentidos sobre a realidade do cotidiano dos indivíduos. Portanto, é necessário olhar para os telejornais não apenas como um veículo que pretende comunicar, é preciso conjecturar sobre o controle que esses jornais têm,

excedendo muitas vezes o ato de “transmitir” ao começar a funcionar – também – como um produtor de realidades.

Dentro dessa dinâmica, os telejornais – sobretudo os que compõem as grandes emissoras – acumulam poder e influência suficientes para agendar os debates das esferas públicas e privadas da sociedade com a qual dialoga. Assim, nascem às formas de representação dos sujeitos de acordo com sua posição ideológica, pertencimento religioso, raça e etnia, classe econômica, arranjos sociais ou coletivos. Woodward (2000) explica que, por representação se entende os discursos e sistemas a partir dos quais as pessoas podem se posicionar, ou falar. Já no contexto da mídia, os mecanismos que criam e modificam essas representações estão vinculados – diretamente – ao cenário dos meios de comunicação, pois, na medida em esses são estruturados através de interlocuções entre indivíduos e, em um sentido macro, pela mídia, representa e atribui sentidos. E é a partir dessa significação que as linguagens observadas nos telejornais contornam suas reproduções sobre a “realidade” de setores sociais específicos, como os grupos marginalizados. Aqui, especialmente, há tendência em reproduzir e/ou reforçar os estereótipos e preconceitos que estabelecem os processos de discriminação outorgados a esses grupos.

Assim, perseguindo o entendimento de que a prática e a linguagem jornalística são construídas através dos múltiplos discursos que circulam na atualidade, e que esses mesmo discursos, em regra, estão enquadrados nos princípios socioculturais relacionados à normatização hegemônica dos comportamentos individuais e coletivos, podemos dizer que as representações (re)produzidas no telejornalismo também estão enraizadas nas normas que definem heteronormatividade como modelo a ser seguido. Nessa compreensão, os processos discriminatórios e de marginalização de determinadas sujeitos ou grupos, fundamentam-se nessa lógica de (re)petição de uma norma como doutrina cultural, excluindo as pessoas e grupos que não se encaixam nesse conceito. É nessa conjuntura que a diversidade sexual e as expressões de gênero são discriminadas e condenadas.

Por esta razão, é bastante comum nas peças jornalísticas (reportagens, notas, entrevistas etc.) lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTTTI) ocuparem espaços que evidenciam sua sexualidade, isso só acontece porque essas pessoas estão incluídas na lógica do “desvio”, onde a heterossexualidade é o modelo hegemônico de

conduta, prática e comportamento sexual. Logo, as orientações sexuais que não se encontram dentro dessa linha hetero/normativa, correm o risco de serem deslegitimadas e rejeitadas das determinações “natural” aos sujeitos. Em exercício, podemos resgatar, na memória, a quantidade de vezes que já ouvimos os discursos jornalísticos reproduzirem a noção de que a homossexualidade é um defeito, antinatural, errada e entre outras atribuições negativas, de modo análogo, podemos tentar lembrar quantas vezes ouvimos as mesmas prerrogativas sobre a heterossexualidade, por exemplo. Quando chegamos às mesmas comparações sobre as questões e identidades de gênero que o cenário representativo sobre as individualidades LGBTTTI se agrava ainda mais. Nesse sentido, é diante dessa relação, entre as identidades LGBTTTI e o poder que os jornais televisivos cumprem junto à opinião pública, que esta monografia pretende problematizar realizando um estudo sobre a representação dessa população no telejornalismo. Para esse fim, temos com objeto de análise o Jornal Nacional (JN) – TV Globo – e o Repórter Brasil (RB) – TV Brasil.

Partindo desse preâmbulo, esta pesquisa tem como pretensão responder os seguintes questionamentos: como o conteúdo jornalístico produzido pelo Jornal Nacional e pelo Repórter Brasil representam lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais em seus discursos? Como essas representações influenciam a construção do pensamento coletivo sobre as agências de identificação dessas pessoas na sociedade? Como as identidades da população LGBTTTI são hierarquizadas pelos dois telejornais? Os discursos propagados pela cobertura noticiosa do Jornal Nacional e do Repórter Brasil atuam no fortalecimento da cidadania LGBTTTI? Como essas mesmas coberturas podem operar no reforço/e ou manutenção das formas de discriminação e preconceito? Quais são os códigos (texto, imagem e som) e os métodos – da comunicação – utilizados pelos dois telejornais para estruturar as representações sobre os/as LGBTTTI?

Nessa perspectiva, o objetivo geral desta monografia é entender como são constituídas as representações sobre a população LGBTTTI no Jornal Nacional e no Repórter Brasil, assim como elas influenciam a construção das identidades sociais e cidadania dessas pessoas. Para tanto, estabelecemos alguns objetivos específicos no roteiro da pesquisa, são eles: definir quais temas – na cobertura de eventos relacionados à comunidade LGBTTTI – tem maior fluxo; caracterizar as zonas de agendamento que ganham maior destaque nos telejornais pesquisados; descobrir quais reportagens concedem (ou não) voz e espaços de

fala a indivíduos que representem o guarda-chuva LGBTTTI; assinalar quais são as fontes de informação utilizadas na composição das matérias; verificar se os dois telejornais adotam (ou não) estratégias para visibilizar as reivindicações e direitos LGBTTTI; analisar as formas de representação e/ou invisibilização na cobertura jornalística sobre a população LGBTTTI.

A análise sobre as representações das identidades LGBTTTI no telejornalismo exige um *corpus* de pesquisa que pudesse ser significativo no cenário da produção de conteúdo telejornalístico contemporâneo. Por esta razão, o Jornal Nacional e o Repórter Brasil – enquanto principais plataformas de informação das maiores emissoras de televisão nos setores público e privado – atendem cabalmente essa demanda. O JN, como o telejornal de maior audiência do país, alcança 98% das residências brasileiras, como consequência seu poder de agendamento midiático é terminante nos assuntos que circulam nos debates públicos nacionais. O RB não tem o mesmo alcance que o jornal global, mas atua como importante alternativa aos discursos hegemônicos dos grandes meios de comunicação privados. Assim, nossa opção de recorte do *corpus*, foi incluir todas as peças jornalísticas que abordassem (direta e indiretamente) demandas relacionadas à população LGBTTTI durante o ano de 2015.

Uma pesquisa que propõe identificar os desdobramentos das representações de lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais, analisando as marcas discursivas que, em geral, reforçam os princípios hegemônicos hetero/normativos em relação à sexualidade e as expressões de gênero, demanda um processo metodológico que investigue – em diferentes níveis – com profundidade as diversas camadas discursivas e representativas presentes no jornalismo, por isso escolhemos a Análise de Conteúdo (AC) como metodologia. Além da AC, realizamos uma pesquisa bibliográfica referente ao nosso assunto e dentre os autores e autoras que nos ajudaram a construir nossa monografia estão: André Martins, Beatriz Becker, Daniel Borrillo, Flávia Biroli, Fernando Rosa, Guacira Lopes Louro, Judith Butler, Kelly Scoralick, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Raquel Moraes, Regina Facchini, Richard Miskolci, Roger Raupp, Stuart Hall, William Vicente entre outros e outras. Desse modo e partir da definição do *corpus* e do procedimento metodológico, estruturamos a monografia em dois momentos: no primeiro buscamos dar conta do enquadramento teórico, histórico e reflexivo necessário ao assunto estudado; no segundo, concentramos na elaboração e análise do mapeamento dos dados dos dois telejornais.

Diante do contexto, apresentamos agora a disposição e sentidos dos capítulos que seguirão este trabalho. Sendo assim, o primeiro capítulo: *População LGBTTTI: enfoque teórico e reflexivo* tem por objetivo problematizar teoricamente a sexualidade, bem como sua importância na construção dos indivíduos. No segundo capítulo: *Construção e emancipação do movimento LGBTTTI* buscamos contextualizar os principais eventos, históricos e culturais, no que se refere à homossexualidade, além de trazer um breve panorama sobre surgimento do movimento LGBT no Brasil e no mundo. No relativo ao terceiro: *Teoria Queer e o estudo das Identidades* faremos, a partir das considerações dos Estudos Queer, um aprofundamento sobre os principais marcos que envolvem as identidades sexuais e de gênero na atualidade. Com relação ao quarto e último capítulo do referencial teórico: *Jornalismo e sistematização ideológica* destacamos os conceitos referentes às formas de representação e invisibilização praticadas pela grande mídia, e como essas ações ordenam o pensamento coletivos sobre as “minorias”, ou grupos “minoritários”. No quinto: *Fundamentos metodológicos: as razões da escolha* contextualizamos o *corpus* e objetivos desta pesquisa, mapeando um breve histórico da Rede Globo e TV Brasil e seus respectivos telejornais, bem como detalhamos os procedimentos metodológicos adotados para realização desta monografia. No último capítulo: *A representação da população LGBTTTI no Jornal Nacional e no Repórter Brasil* temos a análise quantitativa e qualitativa das 96 matérias que constituem o *corpus*. Por fim, encerramos com as considerações finais.

CAPÍTULO I

**POPULAÇÃO LGBTTTI:
ABORDAGEM TEÓRICA E REFLEXIVA**

CAPÍTULO I – POPULAÇÃO LGBTTTI: ABORDAGEM TEÓRICA E REFLEXIVA

Diante da complexidade histórica onde estão ancorados os estudos e pesquisas sobre as sexualidades “não-heterossexuais”, podemos mencionar as ciências sociais como principal aporte para a fundamentação da identidade LGBTTTI (lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais). Os “Estudos Gays” foram introduzidos na comunidade científica em meio a derivações de movimentos sociais mais antigos como o racismo e o feminismo respectivamente para, assim, constituir sua própria linguagem (ROSA, 2010). Para expressar a dimensão e o significado dos Estudos LGBTTTI – e como tem sido seu desenvolvimento –, o primeiro capítulo desta pesquisa compreenderá três conceitos importantes para o entendimento do discurso sobre as sexualidades, são eles: o pensamento acerca da heterotopia (reconhecendo a existência); o conceito de identidade coletiva (as identificações e construções sociais); e as considerações sobre cidadania sexual (liberdade total do exercício da sexualidade).

1.1 Heterotopias: a relatividade do existir

O filósofo Michel Foucault (1926-1984) criou um conceito para constituir uma fronteira entre o que seria real e o ficcional, que chamou de “heterotopia”, listado pela primeira vez no prefácio da obra *As Palavras e as Coisas* (1966), mais tarde, fora explorado para falar sobre relação e oposição aos espaços – aqui há uma preocupação concreta com o espaço literário – em *Geografia Humana* (1984). Neste conceito, a objeção de Foucault se faz de forma crítica ao pensamento estruturalista que, na época, começava a dominar a França. Em suas palavras: “temos o hábito de crer que a literatura moderna se caracteriza por um redobramento que lhe permitiria designar-se a si mesma” (FOUCAULT, 1994, p. 22). Porém, é no campo da linguagem e do discurso que o conceito de heterotopia foi aplicado por diversos autores/as como Santos (2004), Darde (2012), Viera (2011) aos estudos LGBTTTI e Queer, enquanto linhas discursivas que estão na agenda midiática e cultural.

No texto *O Pensamento de Fora*, Foucault fala da relação entre a linguagem e o indivíduo. Neste significado, ele promove uma avaliação sobre o espaço que consegue expressar de forma concisa ao criar o neologismo da heterotopia “Primeiro, há as utopias. As utopias são espaços sem lugar real. São espaços que mantêm com o espaço real da

sociedade uma relação geral de analogia direta ou oposta” (FOUCAULT, 1994, p. 03). É só a partir da análise do discurso literário que Foucault identifica um “*eu*” que enxerga o mundo de fora e, portanto, o conceito heterotopia produz um sentido entre um “*hétero*”, que propõe a ideia de fora, outro, contra – o “*topia*” refere-se ao espaço ou lugar.

O que torna tão necessário o ato de pensar esta ficção [a moderna] – sendo que antigamente se tratava de pensar a verdade – o ‘eu falo’ funciona como às avessas do ‘eu penso’. Este conduzia, de fato, a certeza do eu e da sua existência; aquele, ao contrário, recua dispersa, apaga esta existência e dela não deixa aparecer nada mais do que o lugar vazio (FOUCAULT, 1994).

A importância que o conceito de heterotopia agregou nas discussões sobre sexualidade – ou ciência – promoveu, entre outros desdobramentos na esfera literária, uma estruturação do pensamento que traz como foco as formas como os discursos sobre as mesmas são montados em acordo com o lugar onde são produzidos, assim como a linguagem que os conduz. Foucault nos leva, por meio da reflexão, a uma análise sobre como aquilo que a linguagem não denomina, mas existe ou que, por sua vez, é visto de outro modo e, também, sobre aquilo que a linguagem impõe como exclusividade e/ou único na nossa expressão de mundo. Deste modo, tal proposição termina, de forma inevitável, excluindo desse processo outros que surgem como não fazendo parte dele. Essa premissa torna-se um dos fundamentos centrais para ajudar-nos a entender como as identidades e sexualidades da população LGBTTTI foram omitidas na linguagem e no discurso ao decorrer da história.

As Estruturas Elementares do Parentesco, de Levi-Strauss (1982), é a principal obra de referência sobre a “*teoria da aliança*”, cujo autor fala sobre a ocultação e regulação da sexualidade. De acordo com ele, o conceito e o discurso sobre sexualidade é formado a partir da lei, que determina o casal “procriador” como legítimo perante a sociedade – vale ressaltar que essa teoria sofreu críticas severas das ciências sociais por se basear, fundamentalmente, no princípio da exogamia (LEVI-STRAUSS, 1982). Já Foucault (1994), enuncia que essa legitimidade é representativa e podemos observá-la na cultura corporal. A atitude de esconder o corpo, por exemplo, forma uma espécie de moralidade nas palavras, aliviando os discursos que vão se construindo sobre a sexualidade na medida em que se averigua aquilo que podemos chamar de “repressão por ocultação”, em outras palavras, toda prática sexual que se distancie dessa normatividade passa a ocupar espaços de

discursos ilegítimos, reduzidos e confinados, dando lugar ao que Foucault chamou de “condicionamento político da verdade”, onde a lei estabelece e controla as mudanças do futuro.

Em *História da Sexualidade* (1988), Foucault mostra que no século XIX, assim como indica o conceito de heterotopia, testemunha-se um predomínio do discurso sobre as sexualidades. Ao longo do tempo, os discursos foram se originando, muitas vezes em objeção aos lugares que aqui podem ser organizados como os corpos e as sexualidades, qualificando as relações como permitidas e interditas. Esta classificação acaba por falar sobre o que aparentemente não existe, mas que, na verdade, a estruturação de sua existência está, ironicamente, no propósito de proibi-la. Então, de acordo com o conceito da “aliança”, o casal procriador existe apenas no campo da heterotopia, onde as sexualidades que fogem a essa legitimidade, resultam em uma situação em que já não são exclusivamente uma parte distinta da outra, mas configura-se já como uma utopia que se transporta ao plano real na forma de protesto a norma e, por consequência, obtém capacidade de ação.

Conforme Rosa (2010), a linguagem e os discursos sobre relacionamentos amorosos e sexuais começaram a serem construídos na esfera do poder (homem e mulher, professores e alunos, pais e filhos, e etc.). A atividade sexual passou a ser mencionada, principalmente, nas confissões religiosas – com tradição maior na Igreja Católica –, que instituíam regras cujo objetivo era estabelecer efeitos de reorientação e modificação dos desejos sexuais, sobrepondo-os pelo interesse de convenção espiritual que, por sua vez, perpetuavam a lógica da “aliança”.

A conduta sexual da população passa a ser caracterizada também em termos jurídicos como lícita e ilícita. A interdição jurídica vai trazer para o discurso tudo que tinha sido ocultado e silenciado no período anterior e que estava exclusivamente no domínio da confissão. Nos quatro últimos séculos, verificou-se assim, o emergir de uma multiplicidade de aparelhos para falar de sexo, emergindo em discursos específicos e coercivos. Nem sempre o que os discursos sobre as sexualidades nomeiam podia ser nomeável, e nem sempre o que é representado num espaço ou local concreto (ROSA, 2010, p. 19).

Para Foucault (1994), o que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado a prática sexual à obscuridade, mas sim terem falado sempre do sexo considerando-o como um segredo. Nesse sentido, pode-se entender a interferência que as

ciências médicas e o poder judicial desempenharam no processo de estigmatização das sexualidades da população LGBTTTI. A primeira por tratar medicamente as sexualidades definidas como antinaturais, o segundo por condená-las.

As sociedades ocidentais escolheram sistemas de regras que estavam centradas na leia da aliança e na ordem dos desejos. Devido à intervenção da igreja na sexualidade conjugal – associada à ação da medicina, que classificou todas as práticas que não geram procriação como “perturbações do instinto” – estas regras ficaram centradas nas relações matrimoniais, no dever conjugal, na capacidade de desempenhá-lo e na forma como era cumprido (ROSA, 2009, p. 10).

O princípio de “*aliança*” para Rosa (2010), ao citar Gayle Rubin (1993), se contrapõe ao que diz Levi-Strauss e Foucault. Para o autor, o sistema que legitima o casal procriador é, na verdade, identificado como mais uma forma de opressão às mulheres, tornando-as moedas de troca na instituição capitalista. O autor elucidou que, de acordo com o marxismo, todo homem e toda mulher são trabalhadores/as, patrões/as ou capitalistas e que aqui, o sexo biológico não era significativo, assim como não explicaria as relações de sexo e gênero no capitalismo.

Ainda seguindo as reflexões de Gayle Rubin, Rosa (2010) explicou que a divisão do trabalho pelo sexo desenvolveu um tabu contra a igualdade entre homens e mulheres e que, nesse sentido, a composição social estaria condicionada a heterossexualidade obrigatória e no constrangimento da homossexualidade. Acerca dessa suposição e de acordo com seu pensamento, o tabu que Freud concebeu sobre o incesto preexistiu o tabu contra a homossexualidade derivado do complexo de Édipo que, por meio deste, interpreta as regras de parentesco. Esta interdição contrária à homossexualidade se relaciona com suportes psíquicos e sociais, não deixando campo para flexibilidades “a marca da configuração do parentesco nas psiques individuais é duradoura e a aquisição da nossa programação sexual e de gênero assemelha-se muito à aprendizagem do nosso sistema cultural ou da nossa língua” (VALE DE ALMEIDA, 2009, p. 74).

Nesta perspectiva, a conjuntura utilizada para oprimir as pessoas homo, lesbo e trans, sustenta-se nos mesmos preceitos que oprimem as mulheres, considerando que o princípio da continuidade do parentesco se forma a partir de dois tabus: um contra o incesto e um anterior contra a homossexualidade, ambos com o objetivo de preservar a reprodução da sociedade patriarcal, como explica Rosa (2010). Desse modo, o gênero – assim como a

estrutura do parentesco – foi construído culturalmente, da mesma forma que heterossexualidade. São dinâmicas construídas pela sociedade e que, por esta razão, pertencem a um sistema cultural sujeito a des(con)struções e mudanças.

O conceito de homossexualidade surgiu na medicina no século XIX, iniciando o processo de construção da identidade LGBTTTI – antes do termo homossexualidade surgir na medicina, o comportamento sexual das pessoas não se constituía como variante de identidades –, estabelecendo a distinção das sexualidades que desviavam da “aliança”, as não heterossexuais, as que não podem dar origem ao casal procriador, ditas como contraponto na semântica do discurso. O termo refere-se a relações amorosas, ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo, todavia, ainda que conduza a múltiplas significações, é limitado na linguagem que se resume somente ao campo das práticas sexuais, mesmo que essas possam não estar diretamente relacionadas com a orientação sexual que, por sua vez, caracteriza-se como não fixa, ou constante.

A análise dos processos de estigmatização vividos por essa população pode evidenciar as diversas linhas do dispositivo que promovem a disciplinarização e regulação de seus corpos, desejos e expressões sexuais, de gêneros e de existências, sob ação do biopoder, produzindo sofrimentos de toda ordem. Por outro lado, podemos mapear as diversas linhas emancipatórias que permitem a reversão conceitual negativa que é atribuída a essas pessoas, o que possibilita promover o sentimento de orgulho e de realização pessoal; vide a reversão dos conceitos presentes nas manifestações nas paradas, marchas e outros eventos de valorização e emancipação social, política e cultural da população LGBTTT (SIQUEIRA, 2011, p. 22).

Por ser importante diferenciar as várias identidades, surgiu a sigla LGBTTTI (lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais). A representação que esta promoveu na linguagem desenvolveu os diversos modos de ser e agir, que podem ser desde o consentimento passivo da diversidade filiada ao silêncio, até sua afirmação mais expressiva. Mas foi, no entanto, na objeção ao sistema da heterossexualidade obrigatória e normativa que se fez manifestar a necessidade vigente de criar condições para que as comunidades homo, lesbo e trans – até então enunciadas como tendo, supostamente, raiz identitária comum – começassem um processo de organização social e política para desconstrução de uma identidade desviante e avanço na luta pelos direitos.

1.2 Conceito de identidade coletiva: das definições

Por fugir à norma representativa que segue o modelo tradicional de família, a identidade LGBTTTI é vista como desviante por não estar no espaço lógico da heterossexualidade, monogamia e procriação. A heterotopia surgiu, assim, como uma objeção a essa normatividade que expõe as pessoas que não estão nesse padrão a um processo de exclusão das esferas sociais. A identidade – enquanto espaço político e de sentidos – cria forma quando se vive em uma esfera oposta e de opressão. Ao tomar consciência de quem são, assim como sua identificação com os/as outros/as que se assemelham no modo de ser e existir e que partilham – mesmo que não do mesmo lugar físico – de aspirações e desejos em comum, bem como o desenvolver e compartilhamento dessas apropriações coletivas, em seu discurso e linguagem, o grupo promove o nascer de uma identidade que precede os lugares, espaços e direitos (ANDRÉ, 2010).

É preciso elucidar que as diferenças de gênero não são excluídas no processo de construção de identidade, pois são parte de um sistema conduzido por características indeterminadas, mas que se verificam no processo que identifica a diferença e a contestação à norma. Retomando o que diz Foucault, percebe-se que o que ficou claro no conceito de *aliança* foi a noção do interdito “a lógica científica de dizer a verdade sobre o sexo, baseada na aliança, veio provocar uma ruptura quer com o uso legitimador da história, quer com o da antropologia, que tendia privilegiar o uso relativista que propunha como universais os códigos morais ocidentais” (ANDRÉ, 2010, p. 22). A partir dessa ruptura, Foucault e sua teoria tratam daquilo que ele classificou de *Scientia Sexualis*, ao analisar o fato de que a sexualidade, em dado momento, passou a corresponder às exigências formais do discurso que podem produzir sua própria verdade.

Jeffrey Weeks (1995) revela que a noção sobre o pluralismo da sexualidade pode ser entendido como uma complexidade coletiva, visto que o uso do sexo influencia na organização da esfera social. Segundo Weeks, a sexualidade é como algo não liberto nem ileso e se encontra sujeita às ordens de dominação e de opressão. Em outro sentido, a relação conjugal, ou a não conjugal, podem influenciar o desenvolvimento da identidade individual – principalmente no mundo pós-moderno ocidental –, ou melhor, nossa identificação. Ainda conforme Weeks, as identidades são mais fixas por se localizarem em

determinado cenário cultural, sendo, assim, tidas como uma propriedade de traços e princípios atribuídos à sociedade onde estão inseridos “são estas identidades, definidas como força reivindicadora na sociedade, que podem originar eixos de poder que se organizam para se afirmarem enquanto grupo que ascende a determinados objetivos de reconhecimento e integração” (ANDRÉ, 2010, p. 41).

Hall (2003) diz que busca pela definição de identidade está cada vez mais questionada e teorizada. De acordo com ele, as identidades envelhecidas que por muito tempo consolidaram o mundo social, estão em decadência, fazendo emergir novas identificações, tal como a segmentação do ser moderno que, até então, era aceito como sujeito unificado. À vista disso, a idealização que se tinha sobre um reconhecimento único, centrado, sólido e sem mudanças, enfraquece em razão da nova compressão dos estudos sociais contemporâneos onde – por meio do processo de identidade – o indivíduo passa a ocupar, nas zonas sociais, diversas formas de atividade, possibilitando múltiplas representações do existir.

As identidades, concebidas como estabelecidas e estáveis, estão naufragando nos rochedos de uma diferenciação que prolifera. Por todo o globo, os processos das chamadas migrações livres e forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais dos antigos Estados-nação dominantes das antigas potências imperiais e, de fato do próprio globo. Os fluxos não regulados de povos e culturas são tão amplos e tão irrefreáveis quanto os fluxos patrocinados do capital e da tecnologia (HALL, 2003, p. 44).

Ainda segundo o autor, o conceito de reprodução da ideia gênero, sexualidade, etnia e raça, a título de exemplo, até um período recente era considerado como sólido e imutável, mas, atualmente, tem sua estabilidade comprometida, modificando-se a partir dos discursos, da comunicação, das relações e, finalmente, da formação e construção de si e com os outros. Aqui, Hall expõe três conceitos de identidades: sujeito do iluminismo que se mostra enquanto ser cêntrico, beneficiado das posses da razão, consciência e ação; o sujeito pós-moderno, que não dispõe de identificações fixas, substancial ou frequente; o sujeito sociológico, estruturado no vínculo com outras pessoas.

Ao refletir sobre esses três princípios, observamos especificamente no sujeito pós-moderno a aflição de se auto evidenciar e de se construir, já que não há base na qual possa se erguer e desenvolver sua identidade. Esse ser pós-moderno está se firmando na

relatividade e na instabilidade e transição, pois aqui, é considerada uma produção em um contínuo avanço, inacabado, ondulante e móvel.

A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (HALL, 2003, p. 43).

Seguindo este sentido e retomando o que diz Foucault (1995), que defende, também, três concepções no processo de composição das identificações. Para ele, são tipos de luta na construção da identidade: aquelas que contrariam o modo de dominância (religiosa, ética, social e etc.); aquelas que repudiam as formas de abuso que distancia o indivíduo daquilo que realizam; e aquelas que enfrentam tudo que relaciona o sujeito a ele mesmo e controlam assim a subjugação aos outros. Foucault diz que o derradeiro combate é o que predomina na sociedade ocidental moderna, já que são as formas de subjetivação que se posicionam como modelo da individualidade.

Essa ideia dialoga com Vicente Willian (2012), que afirma:

Considerando a individualização e liberdade não como uma construção de identidades insubmissas, pelo contrário, são relações de poder que foram racionalizadas e centralizadas. No entanto, sempre há fugas, resistências, pois nessas relações de poder há a fronteira constituída pela estratégia de lutas e pontos de insubmissão, uma vez que são forças constituintes, ações recíprocas, sempre com trocas contínuas. Dessa forma, são através dos discursos produzidos, que aparecem as novas identidades, as novas representações; é na relação com os outros que produzimos discursos, que mostramos diferenças e que construímos representações de nós e dos outros; o outro só o é porque nós o construímos, nós o representamos através do olhar (VICENTE, 2012, p. 94).

De acordo com Woodward (2000), a diferença é implantada por intermédio de uma divisão representativa comparativamente às outras identidades. Ela explica que o oposto do reconhecimento não é o contrário da diferença, mas sim depende dela. Abraça um modelo de categorização que determina os compostos sociais instituídos e divididos entre “nós e eles”. Dessa forma, a diversidade pode ser interpretada negativamente. Sendo assim, ela é detalhada no outro – que se torna, então, o domínio do diferente –, o qual é excluído pelas

visões negativas a ele atribuído. Sob outra perspectiva, quando identificada de modo positivo, resulta em fazer da singularidade e oposição que a ela projeta uma fonte de compreensão e enobrecimento.

Segundo Rosa (2010), no que diz respeito à identificação da população LGBTTTI, que começou a se firmar tal como a vemos hoje, no período dos anos 1960 e 1970 como uma unidade coletiva devido aos movimentos sociais que se organizaram politicamente na época. No entanto, em virtude do surgimento da epidemia da Aids (Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida) nos anos 1980, houve uma “publicidade” sobre a forma de vida dessas comunidades antes mesmo do próprio grupo determinar suas formas de ser e existir – aqui, a mídia protagoniza um papel decisivo na elaboração de como o mundo perceberia as pessoas LGBTTTI – o que deu ensejo sobre aquilo que deveria ser compartilhado, ou não, com os/as aqueles/as que não estão iniciados ou iniciadas no mesmo modo de vida: as sexualidades “desviantes”. A partir desse ponto, se inicia uma luta para identificação que teve como objetivo buscar a visibilidade do grupo, enquanto identidade coletiva, e a reivindicação por sua cidadania.

1.3 Cidadania Sexual

A noção de cidadania reporta-se aos primórdios da civilização ocidental junto à filosofia grega, no momento em que os interesses com a cosmologia cederam espaço aos estudos dos fenômenos característicos da nascente *polis*, base das antigas cidades helênicas. Para Vicente (2012), os questionamentos sobre o nascimento e a natureza do mundo concreto foram alterados pelas especulações sobre “o tornar-se” humano a partir da conduta dos habitantes das cidades, o cidadão. Segundo os gregos, o “indivíduo só existe como cidadão”, assim sendo, a cidadania se configura enquanto sentença conclusiva de sua humanidade.

Seguindo na história, a discussão sobre cidadania se expande nos debates políticos que chegaram a Revolução Burguesa (Inglaterra, 1640); a Declaração dos Direitos Humanos (Estados Unidos, 1776); e com a Revolução Francesa (França, 1789). Por meio desta, eleva-se o fundamento do cidadão com direito à liberdade, à igualdade e à fraternidade. Tal intenção, em hipótese, tornaria todo – importante ressaltar que, aqui, a preocupação era exclusiva para com o gênero masculino, excluindo as mulheres – homem livre e igual em direitos.

Naquele contexto, o que estava em jogo era garantir os direitos civis essenciais, tal como o domínio das ações do imperante pelos parlamentares. Desta forma, desde a origem do movimento de estruturação da dita república moderna, assim como da democracia, das proclamações em nome da liberdade e igualdade, fica claro o traço segmentário e reduzido daqueles novos direitos. Por conseguinte, pode-se dizer que se tratava de direitos classistas (do senhorio), de gênero (os homens) e, evidentemente, dos brancos e europeus. Em outras palavras: os direitos humanos, neste cenário, são direitos históricos e socialmente determinados (DARDE, 2012).

Em outra concepção, Raupp (2007) explica que a percepção do conceito de cidadania, fundamentalmente, está centrada nas condições de participação do sujeito na esfera política. Na contemporaneidade, com o advento dos Estados-nação e, seguinte a isso, junto com o surgimento das democracias modernas, o entendimento de cidadania amplia-se, ocasionando a inclusão de outros aspectos: a exemplo, ela resultará no alcance dos bens financeiros e culturais medulares, até as reivindicações pela inclusão nas extensões sociopolíticas. Nesta lógica, a sexualidade tem sido solicitada como um dos aspectos do qual a atenção é obrigatória para o fortalecimento da cidadania nas democracias vigentes. Este fortalecimento, pondera Raupp, pode ser constatado em duas compreensões diferentes:

A primeira delas pela constatação de que, nas sociedades ocidentais contemporâneas em torno da sexualidade desenvolve-se toda uma tecnologia do poder e do controle, atingindo tanto a esfera pública como a esfera privada, tanto as relações de poder entre o Estado e os cidadãos, quanto às relações de poder dos cidadãos entre si. A segunda perspectiva, com a primeira relacionada, diz respeito à atuação estatal, de modo particular por intermédio do ordenamento jurídico, no sentido da regulação da sexualidade (RAUPP, 2007, p. 50).

Conforme tais proposições e contextualizando com o que Rosa (2010) diz, a cidadania pode ser entendida como algo complexo que contém a identidade, a individualidade e a importância social. Logo, uma verdadeira política emancipatória deverá sempre ter em consideração os direitos individuais e grupais, tal como o respeito pelos direitos classificados como universais. Conforme ele descreveu, nos movimentos feministas, a primeira onda inicia-se ainda no século XIX, o que estava rigorosamente em debate era a cidadania para todas as pessoas – inclusive outros grupos que se opunham ao grupo dominante – onde predominava a luta pela igualdade entre homens e mulheres. O estatuto reivindicado pelas

mulheres foi o de cidadania e que esta deveria ser legítima para todas as pessoas sem distinção por diferenças individuais ou de grupo.

Já para Raupp (2007), os movimentos feministas elucidam a relação, na esfera político-social, entre as definições de cidadania e sexualidade e que estas estão conectadas:

Desde o início do movimento feminista, uma das reivindicações centrais foi o reconhecimento do direito ao voto para as mulheres. Aqui a conexão entre o conceito clássico de cidadania e sexualidade não poderia ser mais direta: a exclusão formal do processo político partidário e do sistema eleitoral e restrição mortal aos direitos políticos, fulminando a possibilidade de participação na comunidade política. A percepção da relevância da esfera da sexualidade para a construção da cidadania é, portanto, evidente e incontestável. É de se registrar um dos *slogans* então presente nas bandeiras hasteadas pelo movimento feminista: a revolta contra a imposição de uma “cidadania de segunda classe” (RAUPP, 2007, p. 51).

As esferas políticas e sociais que nos movemos ora proporcionam, ora impedem a formação dos processos implícitos à construção da cidadania LGBTTTI, observa Rosa (2010). Segundo ele, essa conjuntura se deve a três vetores: a manutenção da intolerância social; a experiência individual e coletiva na decorrência desta intolerância; e a auto-identificação da comunidade com o pensamento heteronormativo. A cidadania representa, nesse sentido, a oportunidade efetiva para que as pessoas LGBTTTI possam exigir a proteção e defesa dos seus direitos em uma sociedade democrática.

Os movimentos sociais, comunistas, trabalhistas, reformistas, anarquistas, revolucionários e de diversas raízes socialistas foram imprescindíveis em todas as lutas coletivas que conseguiram obter progresso, do mesmo modo que reduziram desigualdades, proporcionando, aos poucos, alguns direitos, ainda que sob o contorno das poucas e limitadas democracias capitalistas “esses movimentos de esquerda pautaram os novos direitos sociais e econômicos, incorporando-os no contexto dos direitos humanos, que inicialmente eram apenas civis e políticos, de formulação liberal” (VICENTE, 2012, p. 41).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, foi um significativo marco no modelo de civilização atual que, por assim dizer, firmou-se como um dos principais instrumentos para possibilitar condições básicas de respeito a cada pessoa. Inicialmente, a Declaração emergiu como uma importante carta com propósitos e intuídos, cujo objetivo foi comunicar ao mundo uma resposta ao genocídio que foi a Segunda Grande Guerra Mundial

(1939-1945). Com exceção do efeito restrito em alguns países, A DUDH foi decisiva por estabelecer parâmetros que, aparentemente, seriam reconhecidos internacionalmente por países e governos – mesmo que de modo convencional – como vínculo para amparar a democracia e consolidar os direitos humanos.

Segundo Vicente (2012), as reflexões sobre as diferenças e do diferente na construção da cidadania sexual das pessoas LGBTTTTI consolidam a necessidade de luta por direitos iguais, liberdade e justiça, assim como por reconhecimento e inclusão. Desta forma, é preciso legitimar o direito à diversidade sexual, o respeito às diferenças e o convívio com ela. Ele explica que as associações sociais tem um papel decisivo na defesa das identidades sexuais: “as organizações e movimentos gays estão recriando espaços de discussão que possibilitam o debate no espaço público, abrindo caminho para sua emancipação, baseados em princípios democráticos de condução da sua própria história” (DARDE, 2012, p. 84).

Para Nuno Carneiro (2009), a concepção de cidadania sexual, se relaciona com a “expansão da conceptualização ampla da cidadania aos domínios sociais e institucionais nos quais se inscrevem as práticas e identidades associadas à sexualidade”. Trata-se de uma cidadania que preza, intimamente, pelas temáticas relativas à orientação sexual – onde interagem os debates associados ao seguimento histórico do movimento LGBT –, bem como no avanço na conquista de direitos e deveres que dão forma a justiça social e atendem às demandas do processo de construção sociopolítica das linguagens que respeitem a diversidade sexual, em acordo com o que diz Rosa (2010, p. 21-22) diz:

Todos os cidadãos são diferentes e têm de ser tratados de acordo com as suas condições especiais. A cidadania é inseparável da identidade, e central para a mesma. O conflito surge quando se constrói um/uma cidadão/cidadã a partir de quem não é cidadão/cidadã. No caso das populações LGBT, privadas de alguns direitos de cidadania, quando reivindicam esses direitos discursam sobre amizade, ética, cuidados, responsabilidades, respeito e conhecimento, que são os princípios bases da cidadania para qualquer pessoa.

Na contemporaneidade, ao analisar o lugar social que a comunidade LGBTTTTI ocupa, o que se constata é o desenvolvimento de um novo aspecto na configuração da cidadania dessa população: é por meio da determinação legal que essas pessoas podem, ou não, serem socialmente legitimadas – nas suas relações conjugais e matrimoniais – e reconhecidas. A ampliação da cidadania sexual se constrói, então, no aumento da

diversidade de indivíduos autorizados a constituir casal, a partir de valores relativos a uma compreensão de família, que recusa a imposição da diferença sexual, mas assegura a sexualidade enquanto força transgressora “manter relacionamentos amorosos, algo que nos faz intrinsecamente humanos, ainda é, em termos legais, uma prerrogativa heterocêntrica, marca da injustiça e da opressão sexual que atingi os homossexuais” (DARDE, 2011, p. 68).

CAPÍTULO II

**CONSTRUÇÃO E EMANCIPAÇÃO
DO MOVIMENTO LGBTTTI**

CAPÍTULO II – CONSTRUÇÃO E EMANCIPAÇÃO DO MOVIMENTO LGBTTTI

Até o século XIX não havia, na linguagem, termos que categorizassem as orientações sexuais e suas formas de expressão. Essa necessidade de nomeação emergiu, inicialmente, com a preocupação da medicina em nominar a prática-afetiva-sexual que fugisse a heterossexualidade e, a partir disso, classificou as sexualidades opostas como desviantes. Preliminarmente, o termo homossexualidade surgiu na literatura médica para definir a “não conformidade sexual”, em referência às relações – naquela altura mapeada apenas como erótica – entre indivíduos do mesmo sexo.

As formas de representação sobre a homossexualidade foram construídas histórica e socialmente pelas agências reguladoras que atribuíram, através do seu discurso, o caráter digressivo, anormal e patológico aos homossexuais, são elas: a religião (desobediência à lei divina); o Estado (punição e repressão); alopatia e ciências psicológicas (patologização). Essas instâncias instauraram – através do curso da história – o sistema opressor, nocivo e criminalizador das identidades LGBTTTI constituído nas sociedades modernas.

A perspectiva cristã representa de forma ampla, boa parte desse discurso hodierno sobre a sexualidade, o qual se contrapõe a diversidade sexual, classificando-a como antinatural e subversiva “a igreja relacionou a moralidade com a conduta sexual, criando uma tradição que proibia qualquer forma de relação sexual que não fosse entre homem e mulher com o objetivo da procriação” (VICENTE, 2012, p. 27). Deste modo, o conceito de uma sexualidade suja, pervertida, errada entre outros modos de menosprezo, tem início em pontos de vistas que se perpassam, sem questionamentos mais profundos, por intermédios das gerações – nasce a ideia de que as relações exercidas fora do propósito de reprodução são moralmente condenáveis – que, no que lhe concerne, defendem que somente o modelo heterossexual cristão é o apropriado.

Miskolci (2007) destaca que a homossexualidade, a partir da definição clínica, se apresentou como uma ameaça, sendo classificada como “um risco” proeminente a aparente ordem. Para ele, a atividade sexual tachada – como sodomia, prática de inversão pecaminosa segundo a Igreja Católica – passou a se firmar como a essência do

distanciamento da normalidade. Assim, a nova figura do homossexual efetuou-se enquanto objeto de inquietação por concretizar medos de uma sociedade com parâmetros de conduta rigorosos. O autor elucida que tais receios de adulteração sexual habitam no pavor de modificações incisivas nas instituições “sagradas”, como a família. Aqui, a “inversão sexual” representa um risco plural: a concepção biológica; a descontinuação da divisão de poder entre homens e mulheres na sociedade; à preservação dos valores morais encarregados pela ordem e compreensão do mundo. Neste contexto, não tardou para que os indivíduos que se relacionavam amorosa e sexualmente com pessoas do mesmo sexo fossem submetidos à discriminação, historicamente concebida, do homossexual.

Miskolci (2007) explica que existem três importantes estigmas que ocultam a identificação do homossexual: sexualidade, loucura e crime.

A partir desse triplo estigma foram aplicadas práticas sociais disciplinadoras como o internamento, a terapia e a prisão. Saberes e práticas se uniam em busca da “cura” ou reabilitação desses indivíduos. Dominava a percepção de que a homossexualidade era a prova visível de uma natureza sexual degenerada. Ainda que se criassem tratamentos ou formas de “reeducação”, prevalecia a crença de que aqueles indivíduos não tinham solução e, como degenerados, só podia suscitar pena diante do destino que os esperava (MISKOLCI, 2007, p. 105-106).

A partir da década de 1980, principalmente, o movimento LGBT começou a crescer enquanto aliança político e social, agregando visibilidade às demandas no discurso sobre a homossexualidade. Nesse momento, o debate alusivo à diversidade sexual que inicialmente era relativo apenas ao binômio homo/hétero, ampliou-se e, nesse seguimento, as lutas em favor da despatologização, descriminalização e do reconhecimento das outras sexualidades foram enaltecidas no processo de afirmação dos/das LGBTTTTI.

2.1 O movimento e sua contextualização

Atualmente, os movimentos sociais têm desempenhado um importante papel nos espaços de atividade política, proporcionando a transformação de interesses privados em questionamentos e debates da esfera pública. Esses movimentos ajudam a compor e realizar as lutas pelos direitos nas sociedades modernas, pois a instituição desses direitos se consolida através da atuação e integração dos indivíduos. Para Moraes (2014), o reconhecimento das diferenças por meio de elementos sociais que influenciam contextos específicos, como o esforço de grupos historicamente marginalizados para terem seus

direitos respeitados, assim como o empenho da parcela dominante da sociedade para preservar o poder de suas ideologias, são processos que fazem parte da formação dos espaços políticos que promovem avanços e retrocessos na defesa dos direitos humanos.

E se tratando da População LGBTTTI, enquanto grupo social que, historicamente, foi resignado e exposto a inferiorização e desigualdade, além de diversas formas de exclusão, contém um grave problema político tocante à diversidade sexual. Para compreender a história do movimento homossexual em suas circunstâncias sociopolíticas, é preciso que se entenda, fundamentalmente, a homossexualidade reprimida no plano público para que se possa interpretar, baseando-se em uma concepção mais complexa, o que representa as ações em favor dos direitos sexuais. Aqui se reconhece as petições do movimento LGBTTTI como compromissos que tenciona a inclusão social dos/das homossexuais, sua equivalência em direitos civis e a proteção e defesa dos modos de ser e agir intrínsecos as necessidades individuais de cada pessoa. (MACHADO; PRADRO, 2007 apud MORAIS, 2014).

Existem, basicamente, duas principais frentes de lutas do no movimento LGBTTTI, são elas: a equidade da comunidade, na esfera jurídica, em relação a todos os cidadãos e todas as cidadãs, onde pluralidade sexual seja vista como parte essencial às liberdades individuais; e a consolidação das identidades sexuais como contrapondo ao padrão de conduta heterossexista e antiliberal. Essas duas frentes atuam como estruturas que reforçam uma a outra, são crucias e representam, de forma simples, a luta do movimento cujo objetivo é a paridade social entre os indivíduos.

As organizações de libertação gay começaram a se configurar – dinâmica e essencialmente na forma como são hoje – em cenários dos movimentos feministas, bem como no contexto de grupos antirracismo, como o Panteras Negras. Ao passarem a ganhar autonomia e mostrar-se publicamente no final da década de 1960, nos Estados Unidos, principalmente depois dos protestos ocorridos no bar *Stonewall*, no bairro Greenwich Village, Nova York. *Stonewall Riot*, como foi chamado é, simbolicamente, um marco para o movimento gay, reconhecido com um dos primeiros atos de resistência e combate ao preconceito realizado pela comunidade LGBT. Em 28 de junho de 1969, cerca de quatrocentas pessoas enfrentaram e reagiram contra invasões policiais e suas arbitrariedades durante dois dias. Um ano depois, essa reivindicação pública por liberdade

sexual foi sucedida pela I Semana de Orgulho Gay, instituindo o dia 28 de junho como o Dia do Orgulho Gay. A partir disso, manifestações semelhantes se reproduziram em diversos países, principalmente nas nações ocidentais. “A denominação “homossexual” foi colocada em xeque e, desde então, compete com outras, menos estigmatizadas e politicamente engajadas” (VICENTE, 2012, p. 28-29).

Durante muito tempo, os homossexuais viveram em nichos de isolamento, em guetos e lugares alternativos. Quando passaram a se mostrar para sociedade através dos movimentos minoritários, apregoavam o respeito às diferenças e à liberdade sexual. No entanto, o cenário mudou, trazendo um panorama inédito que os LGBT reivindicam direitos e regras de convivência que antes eram por eles desprezadas, como o casamento, a adoção e a fertilização assistida (MORAIS, 2014, p. 69).

Ainda em conformidade com Morais (2014), as ações políticas, em 1969, deram notoriedade ao movimento, atraindo atenção para as forma de exclusão e opressões que subjugavam a comunidade gay. Além disso, ela diz que o movimento, aos poucos, foi obtendo apoio de parte das instituições civis na luta contra a estigmatização da homossexualidade e do/da homossexual. Já Góis (2003) revela que foi a partir desse processo de emancipação política, que diferentes campos das ciências humanas – como exemplo: a psicologia; a sociologia; história; direito e a antropologia – principiaram novas reflexões sobre a pluralidade sexual e de gênero.

Ao assumirem um posicionamento que questionaria os padrões instaurados socialmente sob a ótica normativa, as “minorias sexuais” foram conduzidas a um lugar de reprovação e taxaço, simplificando o controle e rejeição por parte das camadas sociais conservadoras que, por sua vez, “legitimavam” a discriminação com base na moralidade e nos dogmas religiosos. Neste contexto, as pessoas LGBTTTI que buscavam integrar-se na esfera social predominante, em procura de uma condição de vida equivalente (em direitos) a heterossexual, experimentavam resistência e rechaço dos grupos socialmente dominantes (RAQUEL, 2014).

Para Vicente (2012) a descriminalização e despatologização ocorrem associadas a um processo de definição/construção de uma identidade política e que a denominação medular do termo “Gay” representa essa sequência. Segundo ele, o significante gay contesta o psiquiátrico homossexual de modo irreverente, aqui, o gay (divertido) remetia à moralidade instável imputada, historicamente, as mulheres independentes – deixando claro o caráter

machista conservador que a sociedade destinava as mulheres –, com destaque para as viúvas. Portanto, o movimento se autodenominava revelando o que consistia detrás da mácula atribuída a seus e suas integrantes: uma vida fora da ordem sexual vigente.

2.1.1 Aids e suas consequências: o recuo e o esforço de um movimento

No início da década de 1980 a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) foi notificada pela primeira em pacientes nos Estados Unidos, nas cidades de São Francisco e Nova York. Os primeiros casos foram identificados a partir de um número elevado de pacientes adultos que desenvolveram *sarcoma de Kaposi*, pneumonia por *Pneumocystis Carinii* e degradação do sistema imunológico.

Foi o início de um período difícil para a população LGBTTTI. Com o aumento e o avanço da epidemia, principalmente nos Estados Unidos, tanto as vítimas como a própria comunidade médica entraram em uma espécie de colapso. A falta de conhecimento e de informação sobre a nova patologia afetou a população gay provocando um recuo – o surto da doença foi visto como uma dupla ameaça: a atemorização biológica da doença e a intimidação política e social, esta última gerada pelas reações dos segmentos mais desfavoráveis a comunidade gay – do movimento, no que tange os avanços efetivos na conquista de direitos civis. No entanto, de forma irônica, a doença provocou repercussões importantes no processo de autonomia e visibilidade respectivamente: a luta contra o retrocesso produzido pela discriminação social e estadista emergiu no âmago do próprio movimento LGBTTTI, que se estabeleceu e estimulou a formação de um sistema coletivo de combate à disseminação da Aids.

A luta contra a Sida impulsionou a visibilidade pública, bem como a respeitabilidade cívica destes movimentos, tornando-os principal foco de luta pela prevenção da doença. Ao mesmo tempo, os avanços médicos cronicizavam a Sida, além de refutarem o conceito de “grupo de risco”, inicialmente com muita incidência na população homossexual masculina (ROSA, 2010, p. 22).

Já em acordo com Vicente (2012), as repercussões que a Aids produziu, inicialmente, foram intensamente negativas em razão de a epidemia ter trazido (no princípio) o efeito de “repatologização” da homossexualidade em novas dimensões, colaborando para que as identidades sexuais fossem entendidas como um perigo para a saúde pública e que estas deveriam passar por um procedimento de “politização controlada”. Para ele, a rotulação em

“grupos de risco” – que além dos homossexuais, incluíam usuários de drogas injetáveis e profissionais do sexo – culpabilizou mais uma vez as pessoas homossexuais como criminosas (aquelas que transmitem o vírus) e enfermas (por serem portadoras do HIV).

À vista disso, entendemos que o movimento LGBTTTI foi constituído, principalmente, através de dois momentos emblemáticos: o período anterior ao surgimento da Aids, em que a formação de uma identidade politizada se contrapôs ao sistema heterossexista vigente, no qual o protagonismo foi à luta contra desigualdade e em favor dos direitos humanos e sociais da comunidade; e o período subsequente a doença – aqui, a afirmação da população gay foi decisiva na conquista de políticas públicas, em diálogo com o Estado, no tratamento e combate a epidemia, bem como a institucionalização e reconhecimento dos grupos LGBTTTI enquanto organização civil – que desencadeou as formas de representação e significados do movimento.

2.1.2 O movimento LGBTTTI no Brasil

O movimento homossexual, como era chamado na época, surgiu no Brasil na segunda metade da década de 1970. Para Facchin (2003), por movimento se entende uma reunião das associações e entidades que, em certo sentido, são institucionalizadas ou fundadas com o propósito de adquirir e assegurar direitos pertinentes à diversidade sexual e, diante disso, busquem agregar sujeitos que se identifiquem com uma das identidades sexuais tomadas como foco dessas organizações.

A fundação do primeiro grupo ativo ocorreu em 1978, em São Paulo, *o Somos*. Esse coletivo ao longo dos anos passou a ganhar um grande prestígio no sentido histórico, por ter sido o pioneiro no país e, além disto, ter desempenhado uma importante atuação significativa e marcante na vida das pessoas que por ele passaram. A plataforma de militância, por eles criada, tornou-se referência para outras associações subsequentes. *O Somos* era formado unicamente por homens, tendo o seu primeiro pronunciamento público realizado através de uma carta encaminhada ao Sindicato dos Jornalistas em que constava seu nome temporário: Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, só em dezembro do ano de sua fundação que o grupo foi renomeado como: Grupo de Afirmação Homossexual – *Somos* “a ação do Somos repercutiu em todo o país e influenciou na criação de diversos grupos

com os mesmos objetivos. Na Paraíba, por exemplo, o início da década de 1980, surgiu o grupo Nós também, como uma resposta a um diálogo com o Somos” (RABAY, 2016).

Em seu trabalho *Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico, de 2003*, Facchini destaca que a trajetória da comunidade gay organizada no país poderia ser resumida em três importantes momentos: o primeiro, denominado por ela de “primeira onda”, refere-se ao advento e expansão desse movimento (naquela ocasião, concentradas no eixo Rio-São Paulo) no período de “desobstrução” política, sendo referido na maior parte da bibliografia existente sobre o assunto. A primeira onda encerra-se nos primeiros anos da década de 1980, ao mesmo passo da reconquista da democracia, assim com a eclosão da Aids; o segundo momento, que dura o restante dos anos 1980 – nessa época houve impasses que dificultaram a consolidação de uma política coletiva homossexual no Brasil – foi registrado como o período de regresso do movimento; e, por fim, o terceiro momento que corresponde ao “reflorescimento” das mobilizações por parte dos/das militantes. Aqui, o movimento sobreviveu ao processo de redemocratização, ao vírus HIV e o enfraquecimento do seu modelo de organização comunitário para chegar, na segunda metade da década de 1990, com forte presença na mídia, com maciça participação dos movimentos de DH, além das relações com redes internacionais de defesa dos direitos de gays e lésbicas.

O movimento homossexual surge no Brasil definindo seu projeto de politização do gueto da homossexualidade em contraste às alternativas presentes no gueto e em algumas associações existentes no período anterior ao seu surgimento. Essas associações, apesar de reunir homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como “não politizada”, por estar exclusivamente voltada para a sociabilidade. Essas primeiras formas de associação de homossexuais, especialmente o jornal *O Snob* (1963-1969) e a Associação Brasileira de Imprensa Gay (1967-1968) (FACCHINI, 2003, p. 86).

O movimento LGBT ressurgiu no país em 1990 e assume uma composição multiforme, incluindo grupos de orientação mais comunitária, ONGs, setores de partidos políticos, grupos religiosos e associações de estudantes. Para Vicente (2012), o discurso político e teórico que gera o conceito “positivo” da homossexualidade pode, também, seguir um modelo regulador e determinista. O autor diz que, ao atestar uma certa colocação de sujeito, se pressupõe, obrigatoriamente, uma abertura de suas nuances, limites, necessidades e controle, portanto, nesse discurso, a escolha do alvo amoroso é que

estabelece a identidade sexual. Assim sendo, a identidade gay ou lésbica baseia-se, segundo ele, na preferência de se relacionar sexualmente com pessoas do mesmo sexo.

Para se ter uma ideia, as nomeações GLS, GLT, GLBTT, GLBT, LGBT e LGBTTTT, por exemplo, são algumas das diferentes siglas utilizadas pelo movimento LGBTTTTI para reportar-se a distintos grupos identitários que caracterizam os espaços de militância homossexual, bem como para designar as populações que não coincidem no paradigma identitário normativo estruturado no decurso da história, revela Facchini (2005). Entretanto, essa diversidade de siglas não foi, por parte dos veículos de comunicação, bem recebida sendo, inclusive, motivo para ironia e depreciação das identidades que as abreviaturas representam, é o que descreve Moraes:

Em decorrência das irônicas críticas que alguns veículos de comunicação realizando sobre a proliferação de letra e siglas relacionadas ao movimento LGBTTTTI, Facchini escreveu um livro traçando a trajetória histórica do movimento homossexual brasileiro. Tendo como título *Sopa de Letrinhas*, a obra faz uma ampla revisão bibliográfica acerca do movimento homossexual, da produção das ciências sociais sobre a homossexualidade, da literatura acerca dos movimentos sociais, usando como ponto norteador a trajetória de um grupo militante específico do qual ela faz parte (MORAIS, 2014, p. 52).

Na atualidade, a “consolidação” das relações entre Estado e os movimentos sociais agregam, no discurso, conceitos como vulnerabilidade que, em dado contexto, acaba descrito (de forma prática) através de políticas inclusivas realizadas mediante editais acolhidos pelas associações do próprio movimento, como gays, ou lésbicas, adolescentes, negros ou negras. Nesse sentido, os conceitos sobre vulnerabilidade e transversalidade são reinventados e têm seu significado disputado pelos indivíduos do movimento. Facchini (2005) explica que a noção de vulnerabilidade, por vezes, é tomada de modo essencial “como se o que torna vulnerável fosse inerente a características de dado grupo populacional e não a uma articulação entre níveis individuais, sociais e programáticos”, enquanto a noção de transversalidade, no que lhe cabe “é frequentemente tomada a partir de uma operação que sobrepõe segmentos e soma opressões, num processo que remete a tensões na interpretação de interseccionalidades” (FACCHINI, 2005, p. 144).

Enquanto as políticas públicas têm operado a partir de um equilíbrio tênue entre focalização e garantia de transversalidade, ativistas parecem operar uma “focalização da focalização”, que é agravada pelos processos de disputa por hegemonia política e pelas lutas por reconhecimento e por se

fazer visível nas próprias demandas do movimento. Os debates por ocasião da Conferência Nacional LGBT revelam alguns dos impactos referentes ao modo como o movimento vem se movendo entre diferentes discursos (FACCHINI, 2005, p. 145).

O fato é que, nos últimos anos, observamos um avanço significativo do movimento LGBTTTI no país e de sua representatividade nos espaços de discussão pública que abraçam as demandas sobre a homossexualidade, pluralismo sexual e os diversos modos de representações de gênero. Entretanto, se existem progressos garantidos por programas governamentais e suas agendas, por outro lado, encontram-se desafios postos pelos embates civis e legais, no que toca a desconstrução do convencionalismo religioso, heterossexual e sexista.

2.2 Empoderamento e direitos sexuais: dos avanços e retrocessos

O aprimoramento das pautas e reivindicações sociais na atualidade representa uma sofisticação tanto em termos de direitos humanos como no empoderamento pertinente às liberdades individuais. A compreensão sobre os direitos sexuais, por exemplo, ajusta-se como um dos pilares medulares na requisição dos grupos feministas no campo da sexualidade e da reprodução, de forma a desconstruir a noção fundamentalista sobre a sexualidade que se alicerça, exclusivamente, no propósito reprodutivo – reivindicam-se políticas públicas acerca do aborto e a autonomia feminina sobre o corpo. Simultaneamente a isso, lésbicas se articulam em associações que visam incluir, no caderno das congregações feministas, demandas relativas às questões sobre emancipação, conjugalidades, paridade civil e visibilidade para as mulheres lésbicas, consolidando ainda mais o debate sobre os direitos sexuais como direitos humanos.

Diante desse quadro, as discussões sobre direitos sexuais tem se fortalecido e avançado na agenda pública. Vianna e Lacerda (2004) listam dois eventos que se tornaram essenciais para a inclusão da sexualidade na pauta dos direitos humanos, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994) na cidade do Cairo, no Egito e, em seguida, a IV Conferência Mundial para a Mulher (1995) conferida em Pequim, na China. Conforme as autoras, a IV conferência foi um marco decisivo para a consolidação do pensamento sobre os direitos sexuais e de reprodução – aqui, nas rodas de argumentação, o

conceito de direitos reprodutivos avança para uma resolução mais precisa sobre direitos sexuais –, desenvolvendo e reforçando a articulação feminista:

Textos de feministas, envolvidas diretamente com a preparação e com o desenrolar da Conferência do Cairo, indicam que esta representou um momento-chave na construção do que poderíamos chamar de um certo campo semântico em torno de reprodução (saúde reprodutiva, direitos reprodutivos) e da sexualidade como algo a ser sedimentado na pauta dos direitos humanos. (...) Para tanto, foi de fundamental importância a inclusão, no seu Programa de Ação, de definições acerca da saúde reprodutiva (entendida como um ‘estado geral de bem-estar físico, mental e social em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutivo e às suas funções e processos’) e dos direitos reprodutivos (...). Assim, o fato da terminologia centrada na reprodução ter prevalecido em relação à sexualidade [na Conferência do Cairo] não necessariamente configuraria (...) uma derrota do movimento feminista, dada a força da oposição levantada por delegações de países islâmicos e do Vaticano, e dado o próprio precedente aberto (...) que possibilitou avançar na discussão dos direitos sexuais na Conferência da Mulher, realizada no ano seguinte. (VIANNA; LACERDA, 2004, p. 26-27).

No que concerne à população LGBTTTI, Raupp (2007) reflete sobre os direitos sexuais em outra perspectiva: a repercussão do assunto nas análises da esfera jurídica sobre a discriminação e o preconceito. Nesse sentido, o autor retrata o tema homofobia, com ênfase na jurisdição, descrevendo uma comparação entre o antissemitismo, racismo e o sexismo. Segundo ele a homofobia – em relação às outras formas de marginalização mencionadas – habita um lugar de “desvalorização” nos espaços de enfrentamento: “sendo necessário o desenvolvimento das razões pelas quais haveria uma atribuição de subalternidade às pessoas identificadas como transexuais, travestis, transgêneros, lésbicas, gays, intersexuais e bissexuais. O que afetaria a argumentação de defesa de seus direitos, tornando-a controversa” (RAUPP, 2007, p. 11).

Carrara (2012) afirma que para falarmos sobre política dos direitos sexuais na atualidade, é preciso resgatar a importância da Constituição de 1988 – na ocasião em que foi concebida, a chamada “constituição cidadã” representou a configuração das articulações existentes de diversos movimentos sociais que, na época, lutavam para conduzir para os debates públicos, reflexões ligadas a esfera privada, como a sexualidade e as questões de gênero – segundo ele, a estrutura global da Carta de 1988, abertamente engajada na defesa dos direitos humanos e com a implantação de novas agendas firmadas nos tratados internacionais vem, desde sua elaboração, permitindo que o poder judiciário estenda os

seus princípios fundamentais com a finalidade de assegurar direitos, assim como no aprimoramento/ou criação de leis que contemplam a pluralidade sexual “a Carta de 1988 deve ser considerada, portanto, marco fundamental a partir do qual a sexualidade e a reprodução se instituem como campo legítimo de exercício de direitos no Brasil” (CARRARA, 2012, p. 134).

Seguindo o pensamento de Carrara (2012), pode-se dizer que a luta pelos “direitos LGBT” (relativos à diversidade sexual e de gênero), em muitos momentos, não se relacionam com a sexualidade propriamente dita. Conforme o autor, esses direitos envolvem uma gama de reivindicações como a adoção, liberdade democrática em espaços públicos, mudanças de nome nas certidões de nascimento, questões previdenciárias e entre outras. Deste modo, os direitos da população LGBTTTI vem sendo entendidos como direitos sexuais pelos contextos políticos e conjunturas sociais de sentenciamento e criminalização, os quais impedem os/as homossexuais de viverem certos valores conforme sua sexualidade.

Hoje, o programa de pautas das organizações LGBTTTI, no Brasil, integra um conjunto amplo de exigências por parte do Estado. Essas pautas são incentivadas por meio de uma cadeia múltipla de relações entre diferentes associações e coletivos sociais – ONGs, partido políticos, núcleos de pesquisa universitários, agência do governo, juristas, parlamentares até organizações de cunho religioso – que atuam, primordialmente, em apoio e sustentação do movimento, ao mesmo passo que outras agendas e parcelas do poder legislativo, judiciário e financeiro e entre outros, tentam desprestigiar e suprimi-lo.

Retomando o conceito de Raupp (2007), onde ele diz que, atualmente, o tema sexualidade não está centrado apenas na pauta dos movimentos sociais, pois estão cada vez mais presentes nas ações jurídicas e nas decisões de tribunais em vários países, sendo um dos efeitos desse processo uma percepção, cada vez mais propagada, das diversas circunstâncias que são necessárias para a construção de uma sociedade onde as demandas por direitos sexuais sejam atendidas. E ainda pondera sobre o caminho longo e demorado que ainda precisa-se cruzar em direção a essa ideia:

Dentre os aspectos implicados nestas dimensões, a sexualidade aparece como um ponto (...) polêmico e desafiador. Apesar das lutas cada vez mais visíveis e articuladas dos movimentos feministas, gays, lésbicos, transgêneros e de profissionais do sexo, há um longo caminho a percorrer

para a participação em igualdade de condições destes grupos na vida social; apesar da aprovação, aqui e ali, de legislação protetiva de certos direitos, ainda falta muito para a sua efetivação e sua expansão em domínios importantes. Muitos fatores concorrem para esta situação de privação de direitos e limitação de oportunidades, objeto de atenção de variadas perspectivas (...) (RAUPP, 2007, p. 51).

O início do requerimento histórico das diligências pelo reconhecimento dos “direitos sexuais LGBT” iniciou um novo modelo na correspondência entre a ordenação judicial e os grupos gays que começou a configura-se a partir dos anos 1980. Podemos citar o julgamento pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos, o TEDH, como um dos eventos centrais neste percurso, por ser o primeiro caso onde uma lei que criminalizava o sexo anal foi refutada por violar um direito básico: a privacidade. Este fato estimulou a instauração de um importante precedente que possibilitou estruturar, em muitos casos, a proteção dos direitos sexuais das pessoas homossexuais. Em seu estudo sobre a cidadania sexual na América Latina, Raupp (2007) listou algumas proposições na tipologia dos ordenamentos jurídicos desencadeados no julgamento do TEDH:

- a) ordenamentos jurídicos com grau mínimo de proteção:** são aqueles onde foram anuladas as repressões tradicionais de práticas sexuais desligadas dos modelos hegemônicos, principalmente conduzidas pelo direito penal;
- b) ordenamentos jurídicos com grau intermediário de proteção:** são aqueles em que – fora a não criminalização – tais práticas sexuais, estabelecem procedimentos sancionadores de ações discriminatórias, como, especialmente, o impedimento de discriminação motivada a partir da orientação sexual;
- c) ordenamentos jurídicos com grau máximo de proteção:** são aqueles onde, além da desmarginalização das práticas mencionadas e da homologação das ações discriminatórias, são constituídos procedimentos positivos de proteção, assistência e legitimação de práticas e identidades sexuais de pessoas LGBTTTI.

2.2.1 Panorama e Jurisprudência no Brasil: uma breve contextualização

De acordo com o último censo geral do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), em 2010, no Brasil existem em torno de 60 mil casais homoafetivos declarados. Ressalta-se que o censo de 2010 foi o primeiro na história do país que reconheceu a importância de

registrar-se a população existente com companheiros/companheiras do mesmo sexo. Em números específicos, a região norte tem o menor número de casais homo, com apenas 3.429; a região sudeste possui, na ocasião do levantamento, o maior número, como 32. 202 casais. O nordeste com 12.196, a sul com 8.000 e a centro-oeste com 4.141 respectivamente.

Por sua vez, o número de casais formados por pessoas de sexo oposto passou dos 37 milhões. Morais (2014) elucida que essa disparidade numérica é, provavelmente, umas das razões centrais que tornou tão complexa a legitimação do casamento homoafetivo no país, institucionalizado apenas em 2013 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob os termos da Lei n. 11.419/2006, § 3º e 4º do art. 4º. Anteriormente a isso, Prado e Machado citados por Morais (2014) realizaram um levantamento (em 2008) que mostrou, no período da pesquisa, que as leis brasileiras negavam a população LGBTTTI pelos menos 37 direitos o que, na prática, assimilaria o país a nações fundamentalistas, no que toca a legislação sobre a população LGBTTTI.

No ano seguinte, 2009, a aprovação da chamada Lei de Adoção (Lei nº 12.010/2009), representou um recuo para o movimento gay, uma vez que do texto legal do projeto foi retirado – para que o legislativo desse seu consentimento – a proposta explícita da oportunidade de adoção por casais homoafetivos. O impedimento imposto para a remoção do argumento foi alicerçado no sentido de que haveria prejuízos de desenvolvimento para crianças e adolescentes educados por casais do mesmo sexo. Ainda sobre esta prerrogativa, o deputado federal Zequinha Marinho (PSC-PA) submeteu ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7.018/2010 cujo texto, de forma explícita, tinha como objetivo inviabilizar a adoção de crianças e adolescentes por casais homossexuais (MORAIS, 2014).

A desembargadora Maria Berenice Dias, administra o site Direito Homoafetivo¹ que tem como finalidade, segundo ela, de reunir informações e disponibiliza-las para que os avanços obtidos na justiça – o site tem uma rica bibliografia, dados e pesquisas referentes ao tema – referente à comunidade LGBT tenham livre acesso. De acordo com as informações do site, na atualidade, existem trinta e dois projetos de lei que envolve direitos LGBT no país, dos quais trinta e um estão em tramitação (sem prazos para aprovação) e um arquivado o

¹ Direito Homoafetivo – Disponível em: <<http://www.direitohomoafetivo.com.br/>>.

que, efetivamente, deixa claro a conduta negligenciadora do legislativo perante as solicitações da comunidade gay no Brasil. No entanto, mesmo com a “política do descaso” no âmbito da legislatura, a justiça – Jurisprudência (justiça) pode ser definida como o conjunto de decisões tomadas no poder judiciário sobre determinada aspecto do direito acompanhando um mesmo foco interpretativo que, por sua vez, representa a visão do Tribunal no exercício e na aplicação da lei – assume a parte do legislativo atuando em relação às petições sociais, é o que esclarece Morais (2014):

Enquanto a lei insistiu em não avançar, a jurisprudência caminhou a passos largos. O ordenamento brasileiro é originalmente legista (...) sua principal fonte é a lei. No entanto, há muitos temas controversos que os parlamentares insistem em não abordar, principalmente por não quererem se comprometer perante a sociedade. Em consequência, as demandas sociais acabam chegando ao Poder Judiciário que, para solucionar questões jurídicas, utiliza-se de outras fontes legítimas do direito. Diante do silêncio do legislador, a jurisprudência tem sido a mais importante ferramenta para assegurar aos homossexuais o exercício da cidadania (MORAIS, 2014, p. 77).

Segundo uma pesquisa realizada pela Secretaria de Reforma do Judiciário (2012) sobre os direitos sexuais de LGBTTTI no Brasil a cerca da jurisprudência, propostas legislativas e normatização federal, o baixo índice de legislação consistente na esfera dos direitos sexuais da população gay no país, no momento, confirma que seu reconhecimento se submete a uma vontade política aliada a programas do governo, como explica o estudo:

A iniciativa é frequentemente condicionada pela mobilização social em torno de suas demandas específicas perante o Estado (...) ou de iniciativas do Judiciário, cuja provocação é sempre dependente do acesso à justiça das partes envolvidas. Os efeitos sobre o Congresso Nacional, embora ainda sutis, podem ser vistos se observarmos o salto, em termos de produção legislativa, que, guardadas as devidas proporções, implica num incremento, importante, principalmente a partir da realização da 1ª Conferência LGBTTT de 2008 (BRASIL, 2012, p. 128).

Ainda de acordo com a pesquisa, a consolidação dos “direitos LGBT” tem sido estimulada pelo menor ou maior consentimento da arcaica sentença “em defesa da família” de um lado, prontamente integrada por um discurso mais conservador, e da ratificação deste mesmo paradigma, de outro lado, para, incoerentemente, nos conduzir ao reconhecimento de direitos, no campo civil, aos/as homossexuais. Situação visível, por exemplo: “dentro da concepção doutrinária sobre união estável, à qual os casais de heterossexuais (e agora os homossexuais) sempre estiveram adstritos e atentos para ver

algum direito - patrimonial ou em relação à guarda e adoção de suas crianças – garantido” (BRASIL, 2012, p. 127).

2.3 Enfrentamento da Les-homo-bi-trans-inter-fobia

Nos debates públicos e políticos do século XX, o olhar para o anti-semitismo, o racismo, o sexismo, a misoginia e a homofobia representa o horizonte das lutas sociais no desenraizamento histórico das formas de discriminação e preconceito. Foi a partir desse enquadramento que as perspectivas sociais, políticas e acadêmicas se estruturaram. Dentre tais ilustrações discriminatórias, a homofobia – até então – é a menos abordada e problematizada, além de ser a que mais gera questionamentos no âmbito das políticas públicas. Isto pode ser observado, por exemplo, na disparidade entre a literatura e os programas governamentais produzidos segundo cada um dos temas mencionados, sem esquecer-se das formas de naturalização e condescendência perante demonstrações homofóbicas que ainda vigoram na sociedade, que amenizam a violência contra as pessoas homossexuais. Sobre esse prisma, Navanethem Pillay, a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), no Dia Internacional contra a Homofobia, declarou:

A homofobia e a transfobia não são diferentes do sexismo, da misoginia, do racismo ou da xenofobia. Mas enquanto essas últimas formas de preconceito são universalmente condenadas pelos governos, à homofobia e a transfobia são muitas vezes negligenciadas. A história nos mostra o terrível preço humano da discriminação e do preconceito. Ninguém tem o direito de tratar um grupo de pessoas como sendo de menor valor, menos merecedores ou menos dignos de respeito (PILLAY, 2011, s/p).

Teoricamente, a expressão homofobia advém da reunião de sentidos dos termos “homo”, pseudoprefixo de homossexual e “fobia” do grego *φόβος*, que significa medo ou aversão irreprimível. Na prática, se traduz no sentimento e atitudes de aversão, hostilidade e ódio em relação às homossexualidades. A autoria do termo é, habitualmente, conferida ao psicólogo K.T. Smith, que publicara um artigo científico em 1971 a respeito da personalidade homofóbica e suas características. Porém, o conceito de homofobia – enquanto sentido de execração e desprezo – é atribuído, igualmente, a George Weinberg pelo seu trabalho *Society and Healthy Homosexual*, de 1972 (PRETES, 2014).

Roger (2007) reflete sobre a homofobia alicerçado nas noções de discriminação e do preconceito. Ele explica que por preconceito se entende as percepções mentais contrárias

diante de indivíduos, ou grupos socialmente marginalizados, assim como as interpretações coletivas relacionadas a essas assimilações. Já o princípio de discriminação consiste na concretização, no plano real das analogias sociais, de condutas opressoras, comissivas ou inexistentes, no que se refere à intolerância que geram transgressão aos direitos dos indivíduos, ou de grupos. Assim sendo, como pontua o autor, as dinâmicas que desencadeiam o comportamento homofóbico estão nas raízes coletivas, estatais e culturais da sociedade “habituada” a consolidação da heterossexualidade como regulamento da prática sexual e afetiva.

Borrillo (2010) de forma ampla conceitua a homofobia como hostilidade e desprezo pelos homossexuais. No entanto, declara que, para compreender a ação homofóbica, é necessário analisa-la – e categorizar - para que, assim, se possa entendê-la de forma mais consistente, para tal, ele situou uma fragmentação dos conceitos já existentes em: homofobia irracional e homofobia cognitiva; homofobia geral e a homofobia específica. Em ato contínuo, o autor nos proporciona um resgate das origens e elementos antecessores: o mundo helênico-romano, a herança judaica-cristã, a Igreja Católica moderna e, por fim, a crítica da homossexualidade, galgando pelo preceito heterossexista e pelos valores homofóbicos – a homofobia clínica, a antropológica, a liberal e a burocrática – para, em conclusão, chegar às causas da homofobia.

De acordo com o autor, a homofobia irracional é definida pela junção dos sentimentos de repulsa, animosidade e pavor comparada à claustrofobia – medo de lugares pequenos e fechados – ou acrofobia – medo de altura –, para ele, seria esse o sentido original da homofobia: o medo. Porém, ele diz que a expressão se tornou limitada e insatisfatória para integrar um significado mais amplo. Sob outra perspectiva, a homofobia cognitiva denota sutilmente, disfarçada em um discurso “tolerante” de acolhimento à diversidade; uma prática moderada, nem por isso menos violenta. A homofobia geral irrompe no banal, por meio de condutas de hostilização e desprezo ridicularizando o outro/a. Delimita a separação entre o binário homo/hétero, contudo, não há uma recusa explícita, ao mesmo passo que não se considera dividir os mesmos direitos com os/as homossexuais. Já a homofobia específica, diferentemente da geral, estabelece formas de intolerâncias, principalmente, direcionadas a os gays e as lésbicas (BORRILLO, 2010, p. 21-23).

Com isso posto, Borrillo tenta agregar ao conceito de homofobia a relação direta entre a classificação das sexualidades e o tratamento discriminatório: a homossexualidade ocupa um lugar de inferiorização enquanto a heterossexualidade é vista como superior e natural. Segundo ele, a diferenciação entre homo/hétero não é apenas para ser confirmada, pois essa distinção serve, também, para exercer uma espécie de supervisão das sexualidades, na qual apenas os papéis heterossexuais são considerados como modelos sociais. Assim, o sexo biológico – macho e fêmea – determina um desejo sexual único, o hétero, bem como uma maneira social específica – masculina e feminina “a divisão dos gêneros e o desejo (hétero) sexual funcionam mais como um mecanismo de reprodução da ordem social que como um mecanismo de reprodução biológica da espécie. A homofobia torna-se, assim, uma guardiã das fronteiras sexuais e de gênero” (BORRILLO, 2009, p. 18).

Complementando o que diz Borrillo sobre a natureza homofóbica e suas manifestações, podemos dizer, objetivamente, que a violência em relação aos/as LGBTTTI alcança os diferentes espaços de integração e desenvolvimento social dos indivíduos. São as escolas, os locais de trabalho, o universo familiar, além de ser constatada em diversos setores do poder público, constituindo novas ramificações do comportamento homofóbico como a homofobia “institucional” e a “estruturante”. Ante a isso e de acordo com definições da Secretária de Direitos Humanos:

(...) Podemos apontar a homofobia institucional como as formas pelas quais instituições discriminam pessoas em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero presumida e os crimes de ódio de caráter homofóbico, ou seja, violências, tipificadas pelo código penal, cometidas em função da orientação sexual ou identidade de gênero presumidas da vítima. A homofobia estruturante da sociedade brasileira vitima não apenas a população LGBT – cujas possibilidades de existência em sociedade são mediadas pelo estigma que carregam limitações especialmente visíveis quando se trata de travestis e transexuais, mas qualquer indivíduo cuja identidade de gênero ou orientação sexual seja percebida como diferente da heterossexual (BRASIL, 2012).

Quanto às especificações de reconhecimento dos/das discriminados/as, Roger (2002) pondera sobre a polarização entre *essencialistas* e *construcionistas* que, segundo ele, giram obstinadamente em debates em torno da homossexualidade. Em suma, para os primeiros o reconhecimento se dá através da exposição de certas particularidades pré-fixadas e constantes – o desejo/ou apelo sexual por pessoas do mesmo sexo, a exemplo –. Já para os segundos, a respectiva existência do grupo em caráter afirmativo e a identificação das

peessoas discriminadas dependem da singularidade de cada cenário cultural e político, impossibilitando qualquer reconhecimento prévio, como assegura Roger (2007, p. 35):

Uma vez identificadas às vítimas da discriminação homofóbica, não importa qual corrente for adotada, apresenta-se, de modo peculiar, a questão da chamada "visibilidade homossexual". Diversamente do sexismo ou do racismo, onde estão presentes marcadores corporais, e do anti-semitismo (onde a pertinência genealógica pode ser rastreada), a homossexualidade está presente em todos os sexos, raças, etnias e convicções religiosas. Não há como, salvo auto-identificação ou atribuição por terceiros, distinguir por mero recurso visual, de antemão, homossexuais de heterossexuais.

A homofobia é um profundo dilema social e deve ser considerada como uma intensa violação aos direitos humanos de suas vítimas. Borrillo conta que não se pode entender a homofobia apenas como mais uma forma de violência contraria a comunidade gay, visto que a população LGBTTTI diariamente convive com a vulnerabilidade e a discriminação por conta de sua identidade sexual e de gênero e isso diante uma sociedade neutra e indiferente ao problema, portanto, suas implicações tanto psicológicas como físicas, revelam um caráter transgressor aos princípios básicos da democracia, já que se coloca como uma ameaça aos conceitos de igualdade, liberdade e de entendimento e aceitação do/a outro/a.

Costa e Melo (2014) avaliam que, do ponto de vista histórico, apenas recentemente os debates em torno da homofobia passaram (de modo considerável) a dialogar sobre suas consequências para sociedade. Para tanto, os discursos e a linguagem do movimento LGBTTTI tem sido utilizados para contextualizar a violência psicológica, física e moral sofrida por aqueles/as que apresentam uma condição sexual que difere da heterossexual. Diante desse cenário apresentado por Costa e Melo, as proposições sobre as práticas homofóbicas logo se desdobraram até academia para depois popularizar-se na imprensa, que passou a fomentar as discussões relativas à agenda do movimento LGBTTTI, como o combate as formas de violências que o grupo é submetido, além da luta pela regulamentação e criminalização da homofobia mediante o Estado.

2.3.1 Les-homo-bi-trans-inter-fobia: das particularidades

Frente ao contexto apresentado, torna-se essencial que a problematização da homofobia seja realizada de forma constante de modo a evitar a homogeneização relativa à diversidade que o termo propõe incluir. Isto é, o procedimento adotado para classificar a homofobia, muitas vezes, pertence exclusivamente a estigmatização atribuída aos homens

gays, culminando na invisibilização da violência praticada contra as mulheres lésbicas, pessoas transexuais, bissexuais, intersexuais e as travestis. À vista disso, é importante endossar que foi a partir da experiência da homossexualidade masculina que surgiu a necessidade de desenvolvimento e problematização de novas terminologias que visibilizassem as outras formas, relacionadas ou específicas, de marginalizações particulares a cada identidade representada pelo “guarda-chuva” LGBTTTI, tais como: a transfobia (transexuais/transgêneros), travestifobia (travestis), lesbofobia (lésbicas), bifobia (bissexuais) e a intersexofobia (intersexuais).

Siqueira (2009) ao refletir sobre as identidades travestis, transexuais e transgêneros (TTT), reporta-se ao filósofo Gilles Deleuze (1925-1995) que, por sua vez, propôs a ideia de que somos formados pelas multiplicidades e que, deste modo, a constituição do indivíduo é acionada através de diversos “*deviris*” e diferentes oportunidades que nos proporcionam expressar nossas formas e discursos e que estes são modificados, provisoriamente, em cada lugar histórico social/cultural pelos quais caminhamos. Em outras palavras, em cada sujeito residem diversas maneiras de ser e existir o que contrapõe definições fixas como “ser homossexual” ou “ser heterossexual”. Aqui, a pergunta sobre o que uma pessoa “é” perde o sentido ao ser substituída pela dinâmica “estar sendo”.

Essa perspectiva apresentada pelo autor, quando aproximada ao universo TTT, revela que os processos de subjetivação e estigmatização suportados por elas/eles estão explícitos em suas vivências cotidianas e nos espaços que ocupam socialmente e que são esses mesmos processos que determinam, sobretudo, a existência e a condição vulnerável dessas pessoas. Para ele, é essencial debater sobre o princípio de universalização “que homogeneíza travestis, transexuais e transgêneros como se fossem todas iguais, sem distinção, produzindo generalização estereotipante”, Siqueira (2009, p. 258). Imediatamente, fica manifesto a importância de arranjos que assegurem, protejam e promovam os direitos as identidades das pessoas TTT. Entretanto, a implantação binária da transfobia/travestifobia nos discursos públicos que buscam estruturar a visibilidade é delicada por permanecerem submissas a uma ordem social-política-cultural que, além das particularidades, apresenta uma complexa sucessão de preconceitos específicos:

Uma TTT rica será menos discriminada do que uma TTT pobre; uma TTT branca menos que uma TTT negra; uma TTT “mais discreta/educada”,

menos que uma TTT “mais barraqueira”; uma transexual “educada e feminina”, menos que uma transexual “perua”; uma travesti jovem, menos que uma travesti idosa (SIQUEIRA, 2009, p. 260).

As representações de cada um dos sexos, bem como as atribuições que os seguem, precisam de uma terminologia própria, é o que defende Borrillo (2009). Ele reforça que a lesbofobia – discriminação contra mulheres homossexuais – é caracterizada, principalmente, pela violência específica que a mulher sofre em consequência de uma dupla hostilidade: por ser mulher e por ser homossexual. Dessemelhante do gay, a lésbica é marginalizada por seu sexo e, novamente, por sua sexualidade. Dessa forma, nas relações sociais alicerçadas no gênero, as mulheres lésbicas, devido a sua condição feminina, são invisibilizadas e silenciadas pelo patriarcalismo sexista. Em conformidade com o autor:

Se por um lado as lésbicas foram visivelmente menos perseguidas que os gays, por outro, isso não pode ser interpretado como indicativo de uma maior tolerância a seu respeito. Pelo contrário, essa indiferença é sinal de uma depreciação ainda mais forte, reflexo de uma misoginia que, ao fazer da sexualidade feminina um objeto do desejo masculino, torna impensáveis as relações erótico-afetivas entre mulheres (...). O desdém dos homens pela sexualidade feminina – inclusive a sexualidade lésbica, pensada como inofensiva – se transforma em violência quando as mulheres contestam o status atribuído a seu sexo, ou seja, quando se recusam a ser esposas e mães. (BORRILLO, 2009, p. 42).

Santos e Carneiro (2011) criticam a postura do movimento gay por repetir, em sua agenda, a invisibilização e silenciamento das pautas que denunciam à estrutura de domínio dos corpos das mulheres lésbicas, assim como a violação dos seus direitos “o movimento LGBT não incorporou a crítica à subordinação das mulheres e do feminino nas relações de gênero, reproduzindo relações hierárquicas e de subordinação de mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais aos homens gays no campo de atuação LGBT”. Valadão (2010) aprofunda a discussão afirmando que os mecanismos de invisibilização da homossexualidade feminina são, na verdade, uma violência simbólica “uma vez que na constituição de seu status contabilizam-se a superposição de diferentes dominações simbólicas” em complemento “toda a reflexão sobre a dominação simbólica da Heteronormatividade pode iluminar a discussão da não visibilidade de lésbicas e mulheres bissexuais” (VALADÃO, 2010, p. 1146).

Para Oliveira e Athayde (2014), o descobrimento da própria sexualidade é um desafio que independe da condição sexual dos sujeitos. De acordo com as autoras, as pessoas

bissexuais sofrem uma “invalidação” continuada dos seus desejos e preferências. Sob essa colocação, é sabido que não há questionamentos sobre quando uma determinada pessoa se descobriu ou se autodeclarou heterossexual, no entanto, quando se trata das outras orientações sexuais a indagação é constante. Isso ocorre porque a bissexualidade é creditada a estar sempre com homens ou com mulheres na tentativa de “equilibrar” o desejo. No mesmo sentido, as práticas sexuais com ambos os sexos (bissexualidade) é sempre associada a conflitos internos ou a dúvida, estabelecendo a estereotipação da conduta bissexual.

Cavalcante (2007) analisa que por ser particularmente dúbia, a problematização da bissexualidade é considerada a mais contraditória – dentro da polaridade “homo/hétero” – das orientações sexuais. Ela descreve que a crítica central do movimento LGBTTTI é a não definição de uma identidade específica que represente os interesses dos/das bissexuais frente a uma ação política na conquista de direitos, isto é: apesar da menção do “B” na sigla LGBTTTI, sua reprodução se configura mais como alusão simbólica do que uma integração efetiva junto ao movimento “descobrir-se bissexual pode ser um processo doloroso (...). Ao perceber que sente atração por mulheres, homens e pessoas não-binárias, a pessoa que descobre-se bi costuma ter a sua identidade deslegetimada”(OLIVEIRA E ATHAYDE, 2014, s/p).

Conforme Érika (2015), a recente organização das pessoas não-monossexuais – que não são héteros ou homossexuais – instituiu, a partir do discurso sobre homofobia, o conceito de bifobia devido à necessidade de contestação da lógica binária de normatização da sexualidade e das relações entre os gêneros. Para ela, a criação do termo foi determinante para caracterizar a dupla violência sofrida pelas pessoas bi: por não estarem enquadrados/as na heteronormatidade, nem na homossexualidade. Causa da não percepção das violações atribuídas a esse grupo. Já Barker (2014), explica que as pessoas se sentem intensamente desconfortáveis para se declararem como bissexuais em decorrência da estigmatização que geralmente enfrentam por serem bi.

No Brasil, assim como no mundo, falar com propriedade ou embasamento teórico/científico sobre as pessoas intersexuais é uma tarefa complexa e preocupante. Se nesta pesquisa há uma preocupação ética e moral que propõe problematizar todas as afirmações identitárias representadas efetiva ou simbolicamente pelo movimento LGBTTTI,

uma em especial teve limitações impostas pela raridade na literatura e nos estudos críveis no que se refere à intersexualidade.

De forma ampla, a Intersexofobia pode ser entendida através da discriminação contra pessoas intersexo de forma sistemática, institucional e individual voltada para aqueles/as que nascem com características que não se enquadram nos padrões médicos de “masculino” ou “feminino”. No entanto, frente à timidez sobre a identidade “intergênera” nos diálogos políticos sobre orientação sexual e condição de gênero, há resistência por parte de grupos e associações que almejam serem ouvidos e legitimados de forma desconstruir os lugares de patologização em virtude da dignidade da população intersexual como a *Intersex Society of North America (ISNA)*, a *Androgen Insensitivity Syndrome Support Group Australia (AISSGA)* e a Ação Global pela Igualdade Trans, a “Gate” sigla em inglês.

O sexo de uma pessoa está em seu corpo. São formados por seus cromossomos (XX para mulheres, XY para homens), hormônios (estrogênio, testosterona), órgãos internos (útero, ovários, testículos) e órgãos externos (vagina, pênis). Mas a forma como todo esse conjunto de fatores é interpretado para dizer que alguém é do gênero masculino ou feminino e o que implica ser homem ou mulher é uma construção social. Estar no meio, em algum tom de cinza entre esse preto e esse branco – ou seja, ser intersexual – é uma situação que causa dor e sofrimentos para quem não teve a “sorte” de nascer dentro dos padrões. (RAQUEL, 2016, s/p).

Para Cabral (2016), o movimento intersexual se concentra, fundamentalmente, para corrigir o modo como a sociedade enxerga a intersexualidade através do vocabulário médico, assim como no empenho para desassociar termos como “distúrbio” e “malformação” da comunidade intersexual “as principais reivindicações desses movimentos são para que as cirurgias de “correção” genital em crianças, que não podem decidir sobre seus próprios corpos, não sejam a praxe ao lidar com crianças de sexo biológico ambíguo” (CABRAL, 2016, s/p).

2.3.2 Les-homo-bi-trans-inter-fobia: da violência

Na atualidade, o país vive um período emblemático em relação aos direitos humanos da comunidade LGBTTTI. Por um lado, observamos o início da preocupação das políticas públicas voltadas – ainda que de forma preliminar – para as agendas da militância relativa aos primeiros avanços nos direitos dessa população, direitos antes condicionados apenas a uma aristocracia normativa e sexista. De outro, observamos a rejeição da mesma parcela

dominante operando de modo a preservar e perpetuar a marginalização do pluralismo sexual e de gênero, bem como as liberdades individuais em suas formas de ser e existir.

Diante desse quadro, iniciativas importantes como a da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), que nos anos de 2011 e 2012, divulgou relatórios a nível nacional sobre o mapa da violência contra a população LGBTTTTI no país, o “Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil”, com dados oficiais alusivos aos anos 2011 e 2012, tem contribuído com a construção da igualdade social. Na prática, a divulgação de dados com esse perfil no Brasil, que representam objetivamente a real situação de vulnerabilidade dos e das LGBTTTTI, tornam-se extremamente significativos e importantes na medida em que estes números se materializam enquanto mecanismos de fundamentação das pautas de enfrentamento e do combate às formas de estigmatização do movimento gay. Segundo a SDH/PR, a finalidade dos estudos foi promover uma conscientização, ainda que minimamente, das pessoas sobre o processo de exclusão infligido as homossexualidades classificando, visibilizando e confrontando, efetivamente, a desmoralização das identidades e a prática discriminatória imputada a esse grupo.

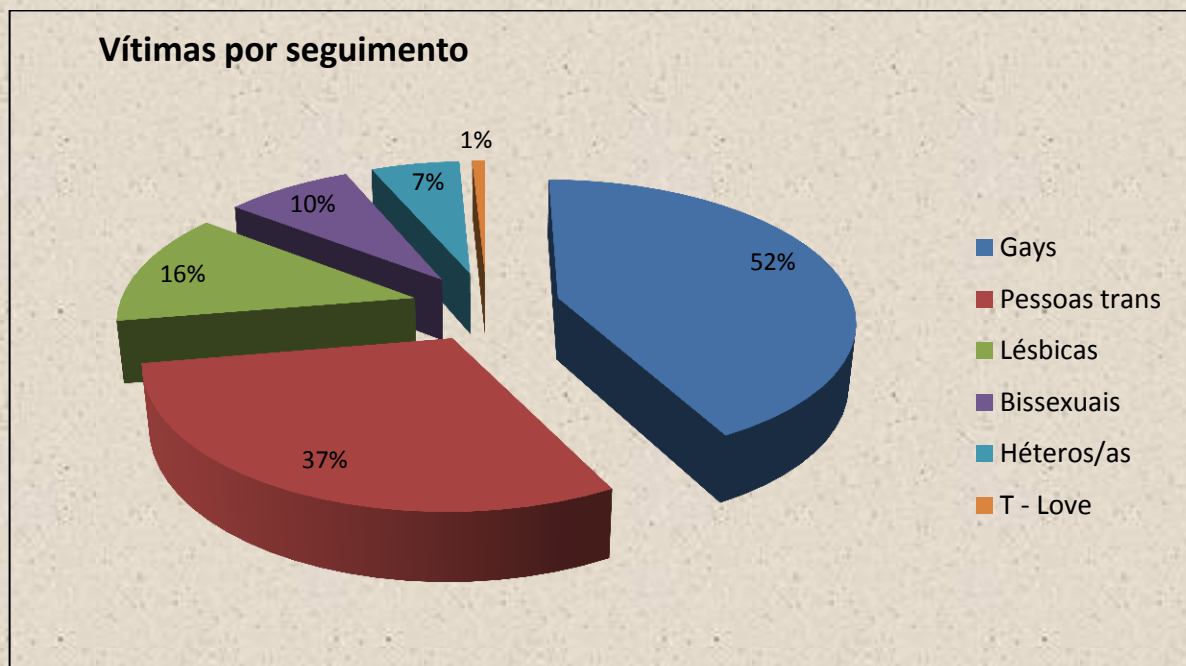
De acordo com o estudo, – em números gerais – apenas no ano de 2011, foram notificadas 6.809 violações de direitos humanos contra a população LGBTTTTI, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos naquele ano. Já em 2012, o segundo relatório listou 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à comunidade LGBTTTTI, totalizando 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. Na prática, significa dizer que foram registradas 27,34 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia no Brasil, significando 13,29 pessoas vítimas de agressão homofóbica, o que representa um aumento de 166,09% de denúncias e 46,6% de violações em relação a 2011. Ainda sobre esses números, é importante ressaltar que os dados mais recentes da SDH/PR sobre violência homofóbica no Brasil foram os de 2012. Em 2013, 2014 e 2015 não houve divulgação de relatórios respectivos há esses anos.

O emprego de números estatísticos do poder público é amplamente utilizado pelo sistema internacional de direitos humanos nos processos de reivindicação e agenciamento dos indivíduos, no que se refere às políticas públicas. Em teoria, avaliam as estatísticas como mecanismo essencial na formulação de programas governamentais que auxiliem o Estado, em seu próprio aperfeiçoamento no que diz respeito aos direitos humanos de sua

população. É nesse sentido que ações como os relatórios da SDH/PR representam um avanço ao visibilizar as violações de direitos humanos contra a população LGBTTTI na tentativa de assegurar seu controle, ao passo que favorece a desconstrução da realidade violenta no país contra a comunidade gay (BRASIL, 2012).

Na ocasião desta pesquisa, o Brasil ocupava a primeira posição no ranking mundial de crimes relacionados à LGBTTTIfobia, de acordo com os números levantados pelo Grupo Gay Bahia (GGB). Fundado em 1980, o GGB é um dos mais atuantes associações brasileiras de militância voltada para a defesa dos direitos dos/das homossexuais. O grupo cumpre uma importante agenda no enfrentamento a homofobia divulgando, anualmente, o “Relatório de Assassinatos LGBT no Brasil”. De acordo com os dados reunidos pelo GGB, em 2015, houve 318 homicídios de LGBTTTI no país, o que equivale a um crime de ordem homofóbica a cada 27 horas. Em números específicos, 52% das vítimas foram gays, 37% travestis/trans, 16% lésbicas e 10 bissexuais, 7% pessoas heterossexuais confundidas com gays e 1% amantes de travestis. Conforme as descrições da pesquisa, proporcionalmente, as transexuais e as travestis são as maiores sacrificadas: foram 115 com morte violenta em 2015 e o risco de uma ser assassinada é 14% maior que de um gay, por exemplo – mais da metade dos crimes cometidos contra travestis e transexuais no mundo ocorrem no Brasil, segundo o GGB.

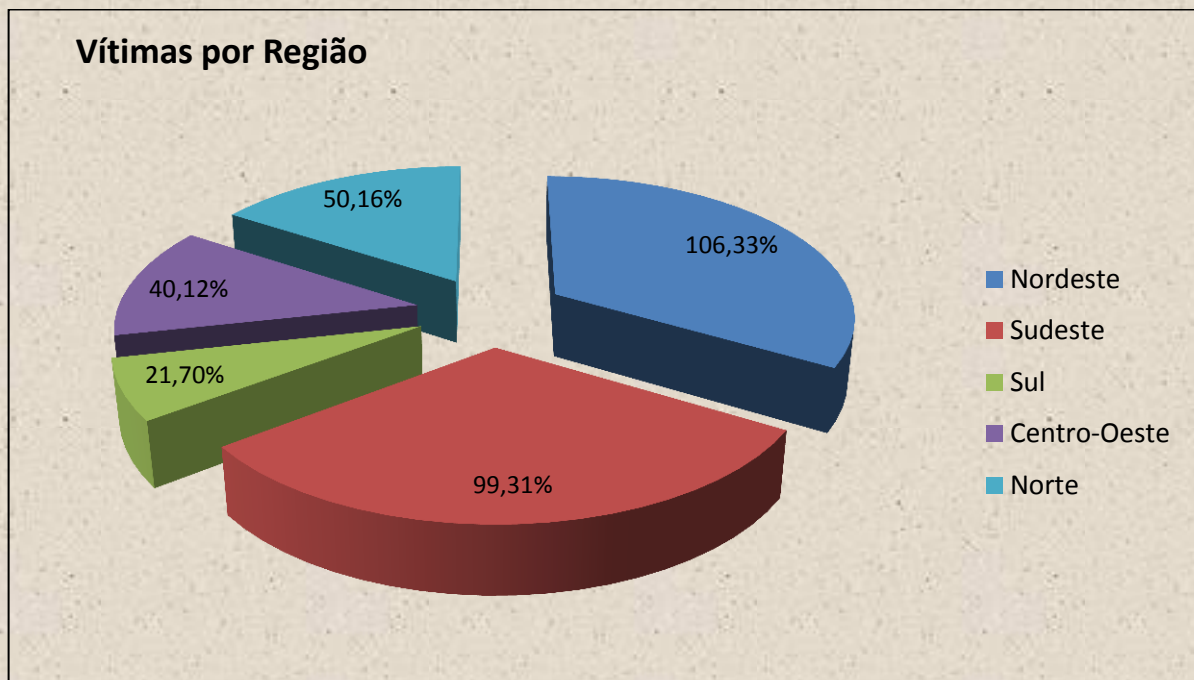
Gráfico 01: Vítimas LGBTTTI por seguimento em 2015



Fonte: GGB, 2015.

Relativo aos números estaduais com maior incidência de crimes, São Paulo ocupa a primeira posição, onde ocorreram 55 mortes, acompanhado da Bahia, com 33 assassinatos. Quando o estudo levou em conta a população total, Mato Grosso do Sul se revelou como o estado mais homofóbico, com 6,49 homicídios para cada um milhão de habitantes seguido do Amazonas, com 6,45. Nas dimensões regionais, dos 318 registrados em 2015, o Nordeste lidera com 106 mortes, consecutivamente o Sudeste com 99, Norte com 50, Centro-Oeste 40 e o sul com 21 crimes fatais. Em números totais, segundo com o tamanho da população de cada região, Norte aparece como o que registrou o maior percentual em relação aos demais, com 2,9 por milhão de pessoas. Na sequência vem o Centro-Oeste com 2,5, Nordeste com 1,8, Sudeste com 1,1 e o Sul com 0,7. A média geral do país ficou em torno de 1,5.

Gráfico 02: Número vítimas LGBTTTI por região em 2015



Fonte: GGB, 2015.

No tocante ao perfil das vítimas, o relatório mostrou que a homofobia atinge todos os setores e camadas sociais, bem como toda faixa-etária. Michael de Rio Claro (SP) foi à vítima mais jovem, de apenas 13 anos. A adolescente começara sua performance feminina foi encontrada morta com 15 golpes de faca. O mais experiente, foi um homem de 74 e era do Rio de Janeiro (RJ) e foi encontrado morto amarrado e com vestígios de espancamento. Mas o maior número de mortes permanece com os menores de 29 anos (58%). Os menores

de 18 anos somam 21% das vítimas, deixando em evidência a condição vulnerável dos/das jovens LGBTTTI no país.

Os/as profissionais do sexo predominam o grupo de maior risco, com 26 homicídios, em seguida: cabelereiros/as com 16; 11 professores/as; 10 estudantes; três pais de santo; dois pastores protestantes e um padre católico, além das outras pessoas cruelmente mortas por sua condição sexual. Em fala, o coordenador do banco de dados do GGB declara “a subnotificação destes crimes é notória, indicando que tais números representam apenas a ponta do iceberg de violência (...) a realidade deve certamente ultrapassar em muito tais estimativas”. De acordo com o site Homofobia Mata², organizado e mantido pelo GGB, em 2016 até o mês de maio, foram documentados 121 crimes fatais de natureza homofóbica.

² Homofobia Mata – Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/>>.

CAPÍTULO III

**TEORIA QUEER
E O ESTUDO DAS IDENTIDADES**

CAPÍTULO III - TEORIA QUEER E O ESTUDO DAS IDENTIDADES

Existem diferentes modos de compreender a diferenciação e a desigualdade que caracterizam os grupos historicamente marginalizados como inferiores, anormais ou insignificantes, lidos como “minorias” sexuais, de gênero e étnico-raciais (MISKOLCI, 2007). No horizonte dos Estudos Gays, a Teoria Queer representa para as discussões alusivas à sexualidade e as questões sobre gênero, o reconhecimento essencialista sobre a subjetividade indentitária contemporânea da população LGBTTTI e as pessoas queers. Vinculada à cultura e aos movimentos políticos de libertação gay, surgiu do encontro dos Estudos Culturais norte-americanos com o pensamento pós-estruturalista francês. A hipótese queer tem um caráter poliforme e multicultural, aspectos importantes na agenda dos movimentos feministas e gays, e foi baseada neles que teoria problematizou as noções e os discursos tradicionais sobre os indivíduos e suas agências de identificação: as identidades. Assim, neste capítulo, as considerações queer serão utilizadas como base conceitual nos questionamentos sobre as individualidades e abstrações dos sujeitos na sociedade moderna, principalmente as concepções sobre as identidades sexuais e de gênero.

3.1 Queer: apropriações de conceitos

Com berço nos Estudos Culturais, a Teoria Queer surgiu nos Estados Unidos no final da década de 1980 contrariando os estudos sociológicos, bem como aos estigmas generalistas sobre gênero e as “minorias” sexuais vigentes na época. Miskolci (2009) explica que a corrente queer passou a ganhar seu reconhecimento, no início, através de conferências realizadas em Universidades da *Ivy League*, de onde partiram suas propostas e objetivos centrais: a influência da sexualidade e do desejo na ordenação das relações sociais. Ainda em continuidade com o autor, no primeiro momento, o diálogo entre a Teoria e a Sociologia foi de animosidade, embora as duas matrizes teóricas concordassem com o fato de a sexualidade ser interpretada como uma construção histórica-social.

O estranhamento queer com relação à teoria social derivava do fato de que, ao menos até a década de 1990, as ciências sociais tratavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade. O pressuposto heterossexista do pensamento sociológico era patente até nas investigações sobre sexualidades não-hegemônicas. A despeito de suas boas intenções, os

estudos sobre minorias terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual (MISKOLCI, 2009, p. 151).

Avançando no contexto e segundo Miskolci (2009), os primeiros/as estudiosos/as que estruturaram o pensamento queer negaram o fundamento “minorizante” das teorias socioantropológicas e apoiaram os estudos que contestassem os pressupostos normativos manifestos na Sociologia canônica. Para ele, a decisão pelo termo queer no processo de autonominação – um insulto que expressava uma não normalidade e depravação – demonstrou o empenho dos pesquisadores/as em garantir um desdobramento efetivo da regularização da sexualidade “foi em uma conferência na Califórnia, em fevereiro de 1990, que Teresa de Lauretis empregou a denominação *Queer Theory* para contrastar o empreendimento queer com os estudos gays e lésbicos” (MISKOLICI, 2009, p. 162).

A Teoria queer encontrou nas obras de Michel Foucault e Jacques Derrida uma importante base conceitual e metodológica para o desdobramento teórico mais significativo no campo das Ciências Sociais no que diz respeito às raízes identitárias da população LGBTTTI e dos movimentos feministas, descreve Miskolci (2009). Ele menciona duas obras que foram primordiais para isso: *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1976) e *Gramatologia* (1967). *História da Sexualidade* por romper as suposições repressoras adotadas pela maioria das pesquisas da época: a obra abordara a sexualidade como não proibida, sim determinada pelo discurso. Em análise, Foucault alude para a invenção do homossexual, instituindo a ideia de que as identidades sociais são resultados da forma como o conhecimento é estruturado e que, por consequência, também são produções sociais naturalizadas pela cultura predominante. *Gramatologia* pelo seu princípio de complementaridade e a concepção metodológica da desconstrução. Derrida, no conceito de complementaridade, pontou que os sentidos são sistematizados pela diferença em um contexto de presença e ausência, a vista disso, o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural é, na verdade, histórico. (MISKOLICI, 2009).

Na perspectiva dos Estudos Sociais, houve uma grande produção autoral cujas contribuições mais importantes foram de autores/as como Eve K. Sedgwick, David M. Halperin, e Michael Warne, com destaque para Judith Butler, filósofa, pós-feminista que agregou na agenda queer, os estudos mais significativos na compressão sobre gênero e o comportamento heteronormativo. As pesquisas desenvolvidas por Butler foram decisivas e

influenciaram profundamente os estudos culturais, principalmente as teorias feministas e gays, sobretudo as que discutem a desconstrução da normatividade heterossexual.

Nesse cenário, Sangalett (2013) observa que a Teoria queer se tornou um espaço de questionamento da cultura heteronormativa ao se filiar política e simbolicamente com as questões – o menosprezo e a negação - da população LGBTTTI e com o desdobramento relativo à construção histórico-cultural da sexualidade. Para a autora, trata-se de um campo de estudo que, assim como o movimento feminista, concentra sua força nos movimentos sociais de libertação, nas formas de enfrentamento e nos conceitos que se ajustam com o objetivo da teoria: promover uma crítica aos discursos hegemônicos da cultura ocidental.

3.1.2 Queer: uma noção pós-identitária

A expressão queer é normalmente usada pelos norte-americanos de modo pejorativo e hostil para chamar – xingar – as pessoas homossexuais. Aqui no Brasil, o termo assemelha-se a “viado”, “bicha” ou “sapatão”. Nesse sentido, a apropriação de uma palavra com origem discriminatória e preconceituosa para auto-nomeação de uma corrente de pensamento (e agora de grupos) é, antes de tudo, um marco político no empoderamento das identidades “desviantes”; ser queer é não estar na “normalidade”, tão pouco desejar ser parte dela. A pesquisadora Guacira Lopes Louro (2004), sintetizou umas das melhores definições do que é ser uma pessoa queer, ao explicar:

Queer é estranho, raro, esquisito. Queer é também, o sujeito da sexualidade desviante-homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis e drags. É o ex-cêntrico que não deseja ser “integrado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assumo o desconforto da ambiguidade, de “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca, fascina. (LOURO, 2004, p. 57).

De acordo com Louro (2006), o termo queer foi – ao longo dos anos – reforçado como xingamento e insulto, firmando-se enquanto expressão que fez e faz existir aqueles e aquelas a quem nomeia. Para ela, a expressão constituiu o lugar de marginalização atribuído aos grupos lidos como “não-normativos”. Contudo, ela esclarece que esses mesmo grupos em um ato de inversão, ao assumir o queer de forma positiva e em caráter político, estabeleceram uma posição particular relacionada a uma maneira própria de estar e de ser,

ou melhor, firmou um novo espaço social onde o sujeito queer se tornou, simultaneamente, o movimento e a inclinação dos paradigmas regulatórios da sociedade (LOURO, 2006, p. 03).

O termo queer surge como interpelação que discute a questão da força e da oposição, da estabilidade e variabilidade no seio da performatividade. Este termo tem operado como uma prática linguística cujo propósito tem sido a degradação do sujeito a que se refere, ou melhor, a constituição desse sujeito mediante este apelativo degradante. Queer adquiri todo seu poder precariamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos (BUTLER, 2002, p. 61).

Diante do contexto da significação do termo queer e ainda conforme Louro (2000), a “reviravolta epistemológica” impulsionada pelos estudos queer amplia a discussão sobre a sexualidade e provoca uma mudança no modo tradicional de pensar e de conhecer os/as indivíduos. Para a pesquisadora, a sexualidade passa a ser relacionada com a curiosidade e com o conhecimento, visto como o erotismo passou a ocupar (abertamente) uma importante função na vida e no desejo sexual das pessoas. O prazer gravita em meio a um status de subjetivo, subversivo e provocador.

Sangalett (2013), citando Kerber (2011), afirma que os estudos queer objetivam a libertação do patriarcalismo e da ruptura dos estigmas pré-definidos que integra aos sujeitos um emprego social distinto e fixo capaz de lhe definir como forte e propenso a “aliança” do casamento, ou como sujeito perturbador da ordem, aquele não se ajusta aos “valores morais” instaurados pelo patriarcado. Isto posto e retomando Miskolci (2007, p. 176), que simplifica os processos reguladores como “interseccionalmente tendo as categorias raça e sexualidade como eixo formador simultâneo de identidades hegemônicas e subalternas”. Para o autor, os processos normalizadores expressam a regularização da sexualidade como forma característica das sociedades e estes processos resultam em maneiras específicas e conflitantes de organização social através da regulação sexual.

A Teoria Queer busca romper as lógicas binárias que resultam no estabelecimento de hierarquias e subalternizações, mas não apela à crença humanista, ainda que bem intencionada, nem na “defesa” de sujeitos estigmatizados, pois isto congelaria lugares enunciatórios como subversivos e ignoraria o caráter contingente da agência. A crítica da normalização aposta na multiplicação das diferenças que podem subverter os discursos totalizantes, hegemônicos ou autoritários (MISKOLICI, 2009, p. 178).

No horizonte contemporâneo, os conceitos queer passaram a abrigar as discussões sobre gênero e sexualidade e suas formas de construção, no entanto, para além da

problematização teórica, a agenda queer se transformou, também, em uma importante plataforma política para os movimentos sociais feministas e LGBTTTTI. O crescimento do movimento e sua natural visibilização, configurou-se enquanto dinâmica estratégica de subversão sexual, dando lugar a diversas formas de luta e processos de empoderamento colaborando, por conseguinte, com a aproximação dos sujeitos queer com as instituições de decisão política e de reivindicação.

3.2 Identidades de Gênero

Segundo Mariano (2012), nas últimas décadas as ciências sociais viveram um processo constante de renovação teórica, estabelecendo diversos métodos de análise das relações coletivas e novas problematizações no que se refere ao mundo social. Partindo desse pressuposto, um tema sociológico específico ganhou evidência: os aspectos normalizadores hegemônicos relacionados à heterossexualidade “obrigatória” e a categorização de gênero alicerçada no pensamento que supõe uma equivalência entre sexo (corpo), gênero (comportamento) e sexualidade (desejo).

Em um sentido amplo, a identidade de gênero pode ser definida como uma construção – histórica e social – pela qual os conceitos de masculino e feminino são determinados e naturalizados, mas que gênero pode significar, também, o mecanismo através do qual essas noções podem ser desconstruídas e desnaturalizadas. Gênero não é o mesmo que as noções de masculinidade e feminilidade, ou alguém que “é” ou alguém que “tem”, gênero é o instrumento em que a idealização e a normalização de “homem” ou “mulher” são marcadas junto aos aspectos físicos e performativos que ele assume, ou melhor, gênero não é, exclusivamente, o binarismo homem/mulher, ele é, na verdade, a alternativa para que a mesma regra binária se transforme na multiplicação dos gêneros, dos seus significados e de suas formas de ser (BUTLER, 2004).

Gomes (2012) explica que, do ponto de vista biológico, o que determina o gênero de uma pessoa são suas células reprodutivas: se são pequenas – espermatozoides – é macho; se são grandes – óvulos – é fêmea. Para ela, este discurso é fundamentalmente limitado ao definir o comportamento feminino ou masculino. Nessa significação é preciso sobrelevar que, se uma pessoa adota ou não uma determinada performance de gênero, não sugere que esse fato se relacione aos órgãos genitais, cromossomos ou tão pouco dos níveis hormonais

dela, uma vez que o sexo é uma condição de ordem biológica, mas, entretanto, o gênero é um fator social construído culturalmente “o gênero vai além do sexo: o que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente” (GOMES, 2012, p. 06). Já em consentimento com Scott (1995), o gênero pode ser definido como uma esfera analítica que designa a composição sociocultural atribuída aos indivíduos de diferentes sexos:

O termo “gênero” (...) é utilizado para designar relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm capacidade de dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres (SCOTT, 1995, p. 75).

Ainda sobre as definições de gênero, Louro (1999) esclarece que existem muitas formas de inventar-se mulher ou homem, mas esses diversos haveres de existir e vivenciar os desejos e o prazer sempre foram recomendados, apresentados e determinados socialmente e, de um mesmo modo, são também mensurados, tachados ou contestados “é, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais. Todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc.” (LOURO, 1999, p. 11). Segundo ela, são essas múltiplas e diferentes identidades que organizam os sujeitos – uma vez que esses são questionados mediante conjunturas específicas como as instituições e arranjos sociais –, aqui, afirmar uma identidade é pertencer (reconhecer-se) a um grupo social de referência.

Ao aprofundar-se na reflexão sobre a dinâmica de gênero na sociedade ocidental, Butler (2004) cria uma nova concepção para estudar os processos de identificação: a terminologia “regulação de gênero” que – de acordo como a autora descreve – em um primeiro momento sugere a institucionalização do processo pelo qual as pessoas são tornadas normais. Para ela, por regulação entendem-se as leis, regras e políticas que instituem os aparelhos legais que normalizam os indivíduos. No entanto, ela explica que “seria um equívoco compreender todas as maneiras pelas quais gênero é regulado em

termos dessas instâncias legais empíricas, porque as normas que governam essas regulações superam as próprias instâncias nas quais são corporificadas” (BUTLER, 2004, p. 251).

Com isso, a filósofa busca problematizar as formas de regulações existentes e como elas foram estabelecidas e englobadas e a sua influência na vida das pessoas que são submetidas a esse processo. Segundo ela, a classificação de gênero enquanto norma necessita de maiores discussões, pois uma norma não é o mesmo que uma regra, tão pouco o mesmo que uma lei, uma norma atua exclusivamente no campo das práticas sociais sob um modelo comum subjacente da normalização, ou seja, para que o gênero signifique uma norma é necessário que ele permaneça unicamente integrado a um ator social em particular.

A norma governa a inteligibilidade social da ação, mas não é o mesmo que a ação que ela governa. A norma parece ser indiferente às ações que ela governa, e com isso (...) aparenta ter um estatuto e efeito independente das ações governadas por ela. A norma governa inteligibilidades, permitindo que determinadas práticas e ações sejam reconhecidas como tais, impondo uma grelha de legibilidade sobre o social e definindo os parâmetros do que será e do que não será reconhecido como domínio do social. A questão acerca do que estará excluído da norma estabelece um paradoxo, pois se a norma confere inteligibilidade ao campo social e normatiza esse campo para nós, então estar fora da norma é continuar, em certo sentido, a ser definido em relação a ela (BUTLER, 2004, p. 253).

Mariano (2012) elucida que quando as formas de sociabilidade são organizadas através de modelos masculinos e heterossexuais como normas hegemônicas, produzem desigualdade ao estigmatizar as particularidades ligadas ao feminino e ao inferiorizar as sexualidades não hegemônicas, como a homossexualidade (atribuindo formas de menosprezo aos sujeitos que a estes grupos pertencem). Dito isto, a autora observa que os movimentos de mulheres, assim como as associações LGBTTTI têm, em comum, uma base política, cultural e de referência relativa aos debates e desdobramentos da (re)construção das identidades de gênero, pois “as variações culturais e histórias nos comprovam que esses dados estão inscritos em nossa “sociedade” e não em nossa “natureza”. Portanto, os padrões sociais de gênero e de sexualidade são mutáveis”(MARIANO et al, 2012, p. 19).

Assim, diante do que foi exposto podemos considerar que a cultura da diferenciação entre os sexos funciona como alicerce para a distinção social entre homens e mulheres – originando o sexismo – e para a discriminação do pluralismo sexual – originando a heteronormatividade e o heterossexismo (BUTLER, 2003).

3.2.1 Heteronormatividade e hetero/sexismo: desdobramentos

Louro (2009) ao refletir sobre a origem histórica da homossexualidade e – consequentemente – do sujeito homossexual, atenta para o fato de que a heterossexualidade só ganhou sentido após a “invenção” da homossexualidade e que, portanto, ela depende da homossexualidade para existir. Segundo a pesquisadora, o mesmo pressuposto ajusta-se ao sujeito heterossexual, na medida em que sua designação depende da negação do seu oposto “ao dizer: eu sou heterossexual, um homem ou uma mulher acabam invariavelmente por ter de recorrer a algumas características ou marcas atribuídas ao homossexual, na medida em que ele ou ela precisam afirmar também o que não são” (LOURO, 2009, p. 89). No entendimento dela, trata-se de uma dinâmica recíproca já que homossexualidade precisa da heterossexualidade para falar sobre si e, ainda ilustra que a continuidade dessas posições, só ocorre devido a um e esforço constante e contínuo para que, assim, aconteça a manutenção da predominância (social) da heterossexualidade.

Em continuidade com pensamento da autora, a linearidade entre sexo, a sexualidade e o gênero produziram heteronormatividade que, de forma objetiva, pode ser definida como o comportamento normativo que pressupõe uma reprodução obrigatória dos parâmetros heterossexuais como a “norma natural”. Segundo esta prerrogativa, todas as pessoas são – ou precisam ser – heterossexuais. Logo, é a partir dessa lógica que as instituições – saúde, educação, sistema jurídico e midiático – são estruturadas em afinidade com esses indivíduos, os que estão adequados e habilitados para desfrutar dessas instituições. Já os sujeitos que fogem a norma hegemônica, estão submetidos à degradação (hostilidade, discriminação e a punição) e aos espaços marginalizados e inferiores na hierarquia social.

A heteronormatividade está na base da ordem social em que meninas e meninos são criadas/os e educadas/os; está no controle a que todas as pessoas são sujeitas no que diz respeito à sua identificação como homem ou como mulher. Enquanto as disposições coerentes em relação ao que é esperado do gênero masculino e do feminino são estimuladas e celebradas em meninos/as e adolescentes, as expressões divergentes desse padrão, assim como as amostras de afeto ou atração por pessoas do “mesmo sexo” são corrigidas. Esta ordem produz violência contra as/os jovens identificadas e identificados como gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros, que são constantemente advertidas/os de que a sociedade não respeitará suas “escolhas” (BRASIL, 2009).

Junqueira (2012) fala que mais do que a homofobia, a heteronormatividade se destaca pelos arranjos que operam na sua construção, como a regulação e hierarquização de corpos, identidades, expressões, estilos e condutas que pautam as relações sociais e de poder conforme os comportamentos estabelecidos pela heterossexualidade. O autor considera que, nesse contexto normativo, é importante ponderar sobre os processos formadores das identidades étnicas (ou racializadas), pois essas ações tendem a naturalizar não somente o entendimento sobre o que é raça e etnia, mas também as representações de gênero e sexualidade.

Assim sendo, a ordem heteronormativa passa a subordinar as sexualidades “desviantes” do modelo normativo sob uma lógica de superioridade biológica e moral da prática heterossexual (é um planejamento político para implantar discursos normalizadores da sexualidade). Dessa maneira, a heterossexualidade passa a ser naturalizada como o padrão a ser seguido e todas as outras sexualidades que não estão ajustadas a ele, são discriminadas e marginalizadas socialmente (BORRILLO, 2009). Já no tocante aos movimentos feministas e LGBTTTI, Louro (2009, p. 100-101) destaca no processo de (des)normalização da heteronormatividade dois pontos importantes, são eles:

Primeiro porque a norma precisa ser reproduzida de modo constante, não havendo nenhuma garantia de que a heterossexualidade ocorra naturalmente. Isto é, se a sexualidade normativa fosse segura, fixa e imutável, não seriam realizados os múltiplos esforços para afirmá-la e reafirmá-la como a orientação sexual “natural”. Segundo porque a norma pode e é subvertida. Cotidianamente e em todos os arranjos sociais, homens e mulheres a desafiam, a provocam. Alguns indivíduos emaranham as dinâmicas de gênero ou “ultrapassam” suas fronteiras; enquanto outros estruturam de modo distinto o sexo, o gênero e a sexualidade; outros recriminam os padrões através do ridículo ou da ironia. Dessa forma, a heteronormatividade articulou-se em um empreendimento sociocultural que – assim como qualquer outro – sugere disputa política.

Borrillo (2009) esclarece que para falarmos sobre sexismo precisamos, antes a tudo, levar em consideração as normas que categorizam as relações sociais entre os sexos e as sexualidades, uma vez que são essas normas que justificam a divisão de papéis entre homens e mulheres e a diferenciação entre os dois sexos. Segundo ele, essa categorização

(naturalizada pela heteronormatividade) é a responsável por estabelecer uma hierarquia social onde o feminino é subjugado como completo do masculino, princípio que alicerça a inferiorização histórico-cultural das mulheres e das características associadas à feminilidade. Assim, o sexismo é definido por Borrillo (2009, p. 24) como “a ideologia organizadora das relações entre os sexos, no seio da qual o masculino se caracteriza por seu pertencimento ao universo exterior e político, ao passo que o feminino denota intimidade e ligação com o ambiente doméstico”.

O sexismo não opera apenas na submissão do feminino ao masculino, mas sim na ordenação de todas as sexualidades que não seja a hegemônica, e é essa idealização normativa que faz surgir um novo mecanismo de dominação: o heterossexismo (BORRILLO, 2009). De forma sistêmica, o heterossexismo pode ser definido como a convicção ideológica que nega, discrimina e estigmatiza as sexualidades que não estão no espaço lógico da heterossexualidade. Nessa concepção, a diferenciação com base na sexualidade constitui uma nova “produção” dos sujeitos, onde os binarismos “homem/mulher”, “hetero/homo” são reforçados, evento que limita as discussões que envolvem o pluralismo de gênero e sexualidade, naturalizando dessa forma o princípio de superioridade heterossexual.

Diante disso, Borrillo (2009) defende a ideia de que essa categorização alimenta as desigualdades, sejam elas entre raças, classes ou gênero e sexualidade. Para o autor, o heterossexismo é perigoso do mesmo modo que a diferença entre os sexos – que justifica a discriminação e violência contra as mulheres – e a diferenciação entre as raças – que justificou a escravidão e colonialismo. Segundo ele, a distinção entre os sexos (sexismo) e as sexualidades (heterossexismo) estabelece um sistema político de ação e reprodução sociocultural que legitima essas desigualdades, ao passo que admitem sua continuidade e, pior, sua manutenção.

A compreensão da discriminação sofrida pela população LGBTTTI está nas experiências individuais vividas – nas esferas de socialização – por esses sujeitos. Dessa forma, a noção de heterossexismo centraliza-se na perspectiva onde a heterossexualidade é institucionalizada e, uma vez que ela tenha esse status, o heterossexismo apresenta-se nos aparelhos culturais e nas estruturas políticas. No pretexto heterossexista, mais do que uma questão de identidade sexual, a dualidade hetero/homossexual desponta como base

para a legitimação, ou isolamento dos indivíduos. Isto porque as agências sociais de direitos e oportunidades são atribuídas de acordo com o pertencimento dos sujeitos a grupos distintos. Nessa conjuntura, os heterossexuais ocupam os lugares de prestígio e regalias sociais, enquanto os homossexuais sofrem com a restrição de direitos – seja pela violência simbólica, física ou ação jurídica – em consequência da representação heterossexista como ordem natural (RAUPP, 2007).

3.3 Identidade Sexual

Até certo sentido, é natural pensar sobre o corpo como algo que os sujeitos têm de mais particular. Ele, o corpo, manifesta-se como origem pregressa da identidade masculina e feminina. Em outra percepção, pode-se dizer que é por meio do corpo que os des/dobramentos das agências formadoras – as identidades – assumem sua identificação. Mas é, também, através dele que ocorrem as regulações, discriminações e direcionamentos conforme a sexualidade e orientação sexual das pessoas. Dinâmicas que determinam a equivalência (ou não) dos indivíduos na sociedade. Louro (1999, p. 02) descreve que “a sexualidade seria algo "dado" pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma”. Diante disso, é importante ressaltar que identidade sexual e sexualidade, apesar de estarem relacionadas, são duas coisas diferentes e atuam de modos distintos na constituição das individualidades dos sujeitos e nos cenários desenhados a partir delas.

Por identidade sexual compreendemos a forma como as pessoas se percebem no que diz respeito a sua orientação sexual e de como ela anuncia – ou não – a compreensão de si em determinadas esferas ou situações sociais. Portanto, a identidade sexual corresponde à condição – que pode não ser continuamente fixa – da pessoa enquanto homossexual, heterossexual ou bissexual. Por sexualidade, que se configura de modo mais complexo, se entende as concepções socioculturais sobre as interações sociais relacionadas ao prazer, o erotismo, o desejo e as noções de amorosidades que foram elaboradas ao longo da história. Trata-se dos significados de comportamento e práticas de acordo com os contextos sociais que as pessoas experimentam, ou são inseridas. Dito isso, a sexualidade é uma dinâmica de

(re)construção social – sempre – sujeita aos cenários políticos e períodos históricos a que pertence (BRASIL, 2009).

Louro (1999), ao citar Foucault (1988), diz que a sexualidade é um “dispositivo histórico”. Em sequência, explica que se trata de uma invenção social constituída através da história em meio aos diversos discursos sobre sexo e que estes discursos são regulatórios normativos que definem saberes e fixam “verdades”. Em síntese, sob essa mesma lógica, tanto a sexualidade quanto o gênero derivam de processos e elaborações produzidas pela sociedade e são construções culturais, igualmente determinantes na composição histórica dos modelos e enunciados hegemônicos. Para ela, a sexualidade abraça diferentes dinâmicas como ritos, discursos, abstrações, símbolos, reproduções e costumes, todas multiculturais e diversificadas, portanto, não há nada que seja puramente “natural”, sobretudo a própria noção de corpo.

Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 1999, p. 04).

Weeks (1999) reforça a ideia de que a sexualidade é, essencialmente, um produto da sociedade ao argumentar que todas as abordagens do ponto de vista "cons-truto histórico", adquirem uma mesma visão de que os atos sexuais (fisicamente) idênticos (ou não) podem variar seu significado, assim como variar seu sentido conforme as circunstâncias em que eles são determinados e entendidos nos diferentes arranjos culturais e períodos históricos. Já em um panorama mais contemporâneo, a Organização Mundial da Saúde (OMS), defendeu que a sexualidade é uma expressão essencial do ser humano que, ao longo de sua vida, integra sexo, orientação sexual, papéis de gênero, desejo, prazer, erotismo e, intimamente, a reprodução. Segundo a OMS, a sexualidade é experimentada pelo conjunto de valores e pensamentos expressados no comportamento dos indivíduos e na forma como ela é influenciada pelos diversos modelos de interações e aspectos de ordem social como psicológica, política, ética, legal, biológica, religiosa e cultural entre outros fatores.

Atualmente, são reconhecidas três tipos de orientação sexual: homossexualidade, bissexualidade e heterossexualidade. A definição “orientação sexual” surge para desconceituar a expressão “opção sexual”, apresentada como livre escolha e alcançada de forma voluntária pelos sujeitos, independente do cenário social que estão inseridos. No entanto, sabemos que as formas de sentir, pensar, ser e agir são influenciadas pelos contextos sociais que experimentamos e pertencemos, logo, o sentido de que os desejos resultam, exclusivamente, de uma opção realizada mecânica e linearmente não pode ser aceita (BRASIL, 2009). O conceito de orientação sexual relaciona-se com o sexo das pessoas que escolhemos como objetos de desejo e afeto, como explica Bezerra (2011) citando Ramirez e Picazio (2007, s/p):

Orientação sexual é a atração afetiva e ou sexual que uma pessoa sente pela outra. É o impulso erótico que atrai nosso olhar, interesse e desejo por alguém. Distinguem-se facilmente dos outros componentes da sexualidade, entre eles o sexo biológico, a identidade sexual (o senso psicológico de ser homem ou mulher) e o papel social de gênero (a adesão a normas culturais de comportamento masculino ou feminino). A orientação sexual existe um continuum que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. As pessoas bissexuais podem vivenciar atração sexual, impulso erótico por pessoas do sexo igual ao seu como pelo sexo oposto.

Em *Corpo e Sexualidade* (1999) Weeks faz uma ampla contextualização sobre sexualidade-sociedade e os sujeitos. O autor descreve a ideia de que a identidade sexual estabelece uma ação ambígua, que apresenta sentimentos de unidade pessoal, de posicionamentos sociais ou empenho político. Ele explica que não são muitas pessoas que afirmam “serem heterossexuais” por ser esta a suposição “predominante”, no entanto, se alguém afirmar “ser gay” ou “ser lésbica”, por exemplo, significa fazer uma afirmação sobre pertencimento a um grupo específico, além de reconhecer um lugar de subversão aos preceitos dominantes. Sob essa lógica, Weeks diz que a preocupação que os sujeitos sexualmente marginalizados – como é o caso das pessoas LGBTTTI – têm com as identidades sexuais não pode ser taxada como mero efeito de uma obsessão particular por sexo, como durante muito tempo foi afirmado. Para ele, essa preocupação deve ser considerada como uma importante resistência aos padrões normalizadores da heterossexualidade.

Na atualidade, as ciências sociais defendem a ideia de que a orientação sexual é formada por três eixos centrais: o comportamento, a identidade e o desejo, embora esses

eixos nem sempre se configurem da mesma forma, ou direção. Continuando com esse pressuposto, podemos considerar que não existe, necessariamente, uma conexão direta entre o desejo e o comportamento sexual, tampouco como os sujeitos se percebem. Ou seja, no que se refere à identidade sexual, é importante vislumbrar que quando se fala em orientação, na verdade, se fala em dois aspectos diferentes: as formas como os indivíduos percebem sua própria sexualidade e a forma como essa percepção é expressa nos espaços de sociabilização.

A definição de categorias de identidade ligadas à constituição corporal, ao gênero e à orientação sexual é bastante diversificada e inscreve-se em uma hierarquia peculiar de valorização de determinados modelos de sexualidade, de um padrão "normal", à custa da estigmatização, degradação e mesmo criminalização da diversidade sexual (...). Estas identidades podem, ainda, mudar ao longo do tempo. Devido à hostilidade que as pessoas enfrentam ao desafiarem as normas do gênero, é comum a descoberta da orientação sexual ser um processo lento e problemático (BRASIL, 2009, p. 131).

Avançando no contexto, podemos dizer que no campo dos direitos humanos, muitos avanços já foram assegurados para as pessoas com diferentes identidades sexuais e de gênero que pudessem viver com dignidade e respeito. Mas, apesar de muitos Estados-nações disporem de leis que objetivam proporcionar paridade e direitos, as violações aos direitos humanos para com as populações LGBTTTI continuam acontecendo – amplamente – em escala global. Entre essas violações estão torturas, agressões, estupros, maus-tratos e execuções, assim como essas pessoas são assoladas pelas discriminações cotidianas, falta de emprego, educação entre outras, todas motivadas pela orientação sexual ou identidade de gênero (CORRÊA; MUNTARBHOM, 2007).

Foi baseado nesse quadro que a Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos, elaboraram um projeto com o propósito de desenvolver mecanismos legais que fossem aplicados pela jurisdição internacional no tocante as violações dos direitos humanos alicerçadas na identidade sexual/gênero das vítimas. Em novembro de 2006, cerca de 29 especialistas de 25 nacionalidades diferentes formularam um conjunto de leis que respaldariam a legislação de direitos humanos acerca da Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero, conhecida como os Princípios de Yogyakarta "a ideia de direitos sexuais na perspectiva dos direitos humanos aponta para a possibilidade do livre exercício

responsável da sexualidade criando as bases para uma regulação jurídica que supere as tradicionais abordagens repressivas que caracterizam as intervenções jurídicas nesses domínios” (RAUPP, 2006, p.72).

CAPÍTULO IV

**JORNALISMO
E SISTEMATIZAÇÃO IDEOLÓGICA**

CAPÍTULO IV – JORNALISMO E SISTEMATIZAÇÃO IDEOLÓGICA

A partir do século XIX, com o advento das inovações tecnológicas, o mundo passou por uma profunda mudança na forma de se comunicar. As novas tecnologias permitiram a transmissão de informações em grandes escalas, revolucionando a maneira como as pessoas se informavam e interagem. Esse importante avanço foi fundamental para o desenvolvimento da imprensa enquanto indústria e para a concepção de uma nova instituição social que marcaria, de forma definitiva, os diálogos urbanos sobre a própria sociedade: o jornalismo. Nessa conjuntura, a imprensa e – conseqüentemente – o jornalismo englobaram diversas funções, umas delas foi a de fiscalizadora dos poderes públicos – executivo, legislativo e judiciário – e com isso ganhou prestígio e importância ao ponto de ser considerada como o “quarto poder”, em referência a tríade do Estado Moderno, proposta por Montesquieu³ (1689-1755). Seguindo essa perspectiva, contudo em um cenário mais atual, o jornalismo representa um importante espaço na produção de discursos, saberes e dizeres e são através dos seus desdobramentos que a prática jornalística corrobora na construção de sentidos e visões dos sujeitos e eventos a quem evidencia, ou oculta. E é sobre essas determinações que esta pesquisa se propõe debater. Para tanto, neste capítulo, problematizaremos como as formas de representação e invisibilização da população LGBTTTI realizadas pela grande mídia influenciam as elaborações e conceitos coletivos sobre as “minorias”.

4.1 Crítica do discurso: trazendo o jornalismo

É sabido que o termo “discurso” assume vários significados e sentidos. De forma genérica, o discurso pode ser entendido como um conjunto de interpretações estruturadas no contexto das interações sociais. Essa visão é compatível com a de Fairclough (1992), que fomenta a ideia do discurso ser a linguagem utilizada como instrumento da prática social. O autor defende que a dinâmica discursiva se baseava em três frentes principais: o texto, o

³ Charles-Louis de Secondat, barão de Montesquieu, foi um dos grandes filósofos políticos do Iluminismo - movimento intelectual que surgiu durante o século XVIII na Europa, que defendia o uso da razão (luz) contra o antigo regime (trevas) e pregava maior liberdade econômica e política. Autor responsável pela “teoria da separação dos poderes”, descreveu um dos mais importantes estudos sobre as várias formas de poder do Estado, como os governos podem ser preservados da corrupção. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/>>. Acesso em: 21 de março de 2016.

processo discursivo e a ação social. Dessa forma, Fairclough, que foi um dos fundadores da Análise Crítica do Discurso (ACD), afirmou que esta só seria possível mediante a investigação dessas três formas mencionadas, isto é, com a descrição do texto e com a interpretação e explicação da prática social.

Desenvolvendo o cenário, Martins (2005) assevera que após agregar o conceito de ideologia nos estudos da linguagem, a ACD possibilitou novos desdobramentos dos fenômenos relacionados à linguística. De acordo com ele, a análise do discurso tem como pretensão verificar como a ideologia atua através do texto e de que modo essa atuação influencia na formação dos indivíduos. Nesse quadro, a escola francesa de ACD encontrara nas obras de Pêcheux (1938-1983) e Foucault (1926-1984), suas principais referências teóricas. Pêcheux por ter buscado a ligação entre a teoria social do discurso e o método de análise textual a partir da abstração marxista sobre ideologia, trabalhando o conceito de linguagem enquanto forma concreta do pensamento. Foucault por ter pronunciado um elo entre discurso e poder na composição discursiva dos atores sociais, ao apregoar o discurso como ação fundamental da constituição e organização social (MARTINS, 2005).

Nessa perspectiva, a análise de discurso supõe, então, que qualquer texto ou enunciado podem ser absorvidos de diversas formas não havendo um sentido único ou determinado. Diante disso, existem duas adjacências da ACD que são importantes considerar: o princípio da intertextualidade, que preconiza a hipótese da linguagem transmitir sentidos advindos de outros enunciados; e a formação discursiva, cuja compreensão narra que a construção ideológica dos sujeitos, de acordo com o cenário histórico, é quem estabelece aquilo que deve e pode ser dito. E um dos resultados dessas abordagens materializa-se no interesse dos estudos filosóficos e sociais pelos diferentes desdobramentos do discurso, antes restrito apenas ao âmbito da linguística. Como exemplo disso, temos o discurso midiático que vem sendo, nas últimas décadas, (re)significado pelo esquadrinhamento dos estudos sociais (MARTINS, 2005).

Ainda partilhando das concepções do autor e analisando conforme o contexto, podemos destacar a importância da discussão sobre o impacto que os conteúdos difundidos nos meios de comunicação tem junto ao grande público. À sombra de uma visão atual, sabemos a essa altura que linguagem midiática – sobretudo os programas com teor

jornalístico – manifesta uma sólida influência na construção dos sentidos, muitas vezes manipulados a serviço do poder. Nesse caso, a crítica do discurso funciona, por assim dizer, para evidenciar uma realidade mais ampla, onde o jornalismo é um importante instrumento de dominação social e política.

4.1.1 Jornalismo: do contexto

Como já foi dito brevemente na abertura deste capítulo, o séc. XIX foi marcado por uma grande quantidade de inovações tecnológicas que resultaram em profundas mudanças no estado da cultura e dos diálogos sociais, alterações que repercutem até os dias atuais. Sob esse preâmbulo, Martins (2005) ao resgatar um pouco da história do jornalismo afirma que, embora as transformações tecnológicas sucedidas no século XIX tenham sido determinantes para a especialização e o desenvolvimento da imprensa, foi no século XX que a tecnologia esteve a serviço da comunicação e, por conseguinte, do poderio do sistema capitalista. Apesar disso e independente de estar vinculado ao capital financeiro das grandes empresas e da publicidade desde sua origem, o jornalismo cresce e ganha relevância e passa a ser um “formador da opinião pública” que influenciava – e ainda influencia – a construção do pensamento político, chegando a ser historiado como o “porta-voz” da sociedade.

Na proporção do que foi exposto, o autor comenta que essa visão “romântica” de uma imprensa sempre vigilante e distante do poder logo foi afastada. Segundo ele, a realidade demonstrou uma imprensa corrompida por múltiplos interesses (privados) e pelo amparo das aspirações – geralmente antagônicas – das esferas dominantes. Já Vicente (2012) contraria esses pressupostos quando declara que o campo jornalístico goza, ainda que parcialmente, de uma autonomia em relação ao poder público e a sociedade, na medida em que são a partir dessas instituições que os acontecimentos são narrados “a construção de enunciados sobre os fatos e as suas interpretações não são atribuições exclusivas do jornalismo, mas ele atua na mediação discursiva entre a realidade de diferentes campos sociais, possibilitando o diálogo nessa esfera que deve, em princípio, ser pública”. (BRAGA, 2006, apud VICENTE, 2012, p. 51).

Avançando no cenário do século XX, Martins (2005) destaca que o desenvolvimento da imprensa desempenhou um importante papel na indústria do entretenimento. Seguindo essa consideração, lembramos que foi a partir do crescimento urbanístico e da

popularização dos meios de comunicação em massa como o rádio (anos 1920), televisão (anos 1950) e, mais tarde, a internet nos anos 1990 que o entretenimento se consolidou como uma potência massificadora – e padronização – da cultura, evento que mudou drasticamente a prática jornalística. Esse processo iniciou a chamada “cultura da convergência”, conceito criado por Jenkins (2008) que relaciona a convergência de três fenômenos: 1. Meios de comunicação; 2. Cultura participativa; e 3. Inteligência coletiva, onde a cultura é caracterizada pela produção/assimilação dos conteúdos midiáticos.

Diante desse quadro, a ampliação do horizonte jornalístico trouxe mudanças significativas no campo da comunicação, inclusive de natureza terminológica como a adjacência “*mass media*”, derivada dos eventos já mencionados. De forma circundante, *mass media* é uma expressão que objetiva englobar todos os veículos de comunicação onde desempenha-se o jornalismo e que, através deles, emana e dissemina formas de influências e repercussões na sociedade. Gohn (2000) citado por Nunes (2005) estende o conceito ao ilustrar que, além do contorno da imprensa, a mídia passa a ser analisada como elemento e espaço de lazer ou de entretenimento.

Assentados nessa compreensão, os Estudos Sociais e Culturais passaram a observar, ainda na década de 1970, o funcionamento mediador da mídia, sobretudo as dinâmicas de poder na agenda pública e as manifestações políticas operadas pelos veículos midiáticos. Para Nunes (2005), essa avaliação não deve ser concentrada apenas na influência realizadas pelos meios de comunicação, tão pouco na dicotomia a “favor ou contra”, mas sim, na conjuntura onde a mídia é organizada nos espaços de ações políticas. Segundo ele, trata-se de uma arena fundamental, pois funciona como mediadora da manutenção e preservações dos regimes democráticos hodiernos.

Citando concepções mais específicas, Vicente (2012) descreve o jornalismo como um importante agente social na construção da realidade contemporânea, com capacidade suficiente para atuar na composição das cidadanias ou na rejeição delas (re)afirmando preconceitos. Sob essa premissa, ele afirma que por possuir forte poder simbólico, a prática exige discernimento e responsabilidade aliada a questões de interesse público. Por outro lado, Martins (2005) tem uma visão mais crítica ao definir o jornalismo apenas como uma

fragmentação dos outros veículos de massa, sendo um produtor e propagador de fatos (reais ou não) e pontos de vista – essencialmente – heterogêneos.

4.2 Telejornalismo: discurso e linguagem

Em uma sentença generalista, podemos dizer que, em qualquer parte do globo, a televisão (TV) ocupa um espaço de privilégio dentre os demais veículos de comunicação. Ante a isso, é sabido que, na atualidade, existem múltiplas plataformas que configuram a cena midiática que – por sua vez – formam o perfil comunicativo dos sujeitos. No entanto, a televisão ainda possui uma posição singular mesmo com o advento das novas mídias, inclusive a mais pujante de todas: a internet. Toby Miller publicara um artigo em 2009, onde já no título preconizava – de forma irônica – que televisão era algo do passado e que, portanto, estava ultrapassada. Mas a pesquisa demonstrou um cenário oposto: A TV estava crescendo, diferente do que sugeria o título. Uma das razões observadas é que a televisão vem se adaptando e integrando ferramentas das outras mídias para preservar a sua primazia em relação às outras alternativas de informação e entretenimento.

Reforçando esse contorno, Rezende (2000) assevera que, no Brasil, a TV não é apenas um veículo de comunicação aleatório, pois ela possui uma predominância ao ostentar a condição de única via de acesso à informação e ao entretém para boa parte da população nacional, principalmente nas regiões rurais. Ele explica que existem diversos motivos que mapeiam este quadro, com destaque para a má distribuição de renda e a concentração de propriedade das emissoras mais importantes. Segundo dados da Pesquisa Brasileira de Mídia (2014) sobre os hábitos de consumo midiático da população, 97% dos/as entrevistados/as afirmaram ver televisão como um hábito. O resultado mostra que 65% dos brasileiros assistem televisão todos os dias da semana, com uma intensidade diária de 3h e 29 min. de 2ª a 6ª feira. Ainda de acordo com o estudo, 76,4% consideram a TV seu meio de comunicação preferido e a internet ocupa a segunda posição, com 13,1% da preferência.

Ao aproximar essa realidade com a produção jornalística no país, a dinâmica não muda. Os telejornais brasileiros são – predominantemente – o principal meio pelo qual os indivíduos se informam diariamente. Para Rezende (2000), os telejornais têm um importante papel social e político porque englobam grande parcela da população que, conforme suas concepções são, em sua maioria, pessoas com baixo nível educacional, iletradas ou pouco

habitadas à leitura. Ele chama esse telespectador de passivo ao aludir para o fato dos jornais televisivos serem incompletos e deturpados – de sua função social – por estarem intrinsecamente vinculados aos monopólios que controlam as TVs brasileiras, cujos interesses econômicos e políticos são maiores do que as necessidades de sua audiência.

Wolton (2004) retrata a TV como um dos laços basilares da chamada sociedade individual de massa, sendo a única atividade – no campo da informação – compartilhada por todas as camadas sociais e por pessoas de todas as idades, fato que estabelece, segundo ela, um vínculo entre todos os outros meios comunicativos. Já Scoralick (2009), por sua vez, explica que – assim como a cinematografia hollywoodiana – a televisão se destaca como um dos principais veículos “formador” da opinião pública. Por consequência, o jornalismo televisivo aparece como a frente basilar dos processos de produção-veiculação-publicação das agendas informativas. Scoralick revela que existem quatro tipos de gêneros jornalísticos: o informativo (o que narra, descreve algum fenômeno, ou fato), o interpretativo (o que se caracteriza por matérias mais aprofundadas), o diversional (o jornalismo de entretenimento) e, por fim, o de opinião (o que descreve uma versão a partir do ponto de vista do jornalista).

Becker (2005) define o telejornalismo como o meio de informação de maior influência da sociedade contemporânea. Ou melhor, é por meio do jornalismo televisivo que grande parte da população brasileira forma suas opiniões, imagens, ideias e representações da cultura e realidade nacional. É através do espaço simbólico dos noticiários que participamos, avaliamos e estabelecemos o cotidiano brasileiro (BECKER, 2005). Quando o jornalismo passou a ser um dos protagonistas na interferência da realidade nacional – a ponto de provocar tanto desigualdades como reorganizações – passou a ser, também, um meio pelo qual as tendências de homogeneizar as diversas experiências culturais do país ganham formato, do mesmo modo em que, paradoxalmente, funciona como mecanismo de manifestação de conflitos e mudanças sociais.

No relativo à linguagem dos telejornais, Sousa (2008) explica que, a princípio, o telejornalismo buscou suas referências nos documentários cinematográficos, nas notícias e reportagens radiofônicas e nos radiojornais, o que expõe a razão pela qual os gêneros dominantes nos jornais televisivos são a entrevista e a reportagem. E foi com base nessas referências que a linguagem do telejornalismo foi estruturada – ainda no século XX – para

todas as audiências, sobretudo do horário nobre das emissoras generalistas. Assim, Sousa (2008, p. 233) descreve que: “o formato telejornalístico se baseia no alinhamento de uma série de pequenas reportagens audiovisuais apresentadas ritmicamente por um *pivot*, por vezes intercaladas com *directos* ou com entrevistas e comentários em estúdio”. À vista disso, essa organização inaugurada pelos telejornais agregou vantagens dos meios de comunicação eletrônicos em relação aos impressos, como a possibilidade de anular a barreira do tempo, ou melhor, o jornalismo passou a noticiar os acontecimentos de forma imediata, na medida em que ocorrem.

Avançando no contexto e retomando as reflexões de Becker (2005), que descreve como umas das características principais da linguagem jornalística a utilização de jogos de sentido que produzem uma “suposta objetividade” em seu discurso, além de garantir o mito da imparcialidade. Ela esclarece que os textos são elaborados com o intuito de promoverem resultados da realidade, isso porque devem se confundir com o real já que seus personagens e fatos também o são. Desse modo, os noticiários eletrônicos podem atuar como mecanismos de continuação ou de transformação social, na medida em que a “missão vital” do telejornalismo é informar. Entretanto, o padrão “polifônico” do gênero pode ser acusado – com razão – de tentar disfarçar o fato de que toda produção de discursos derivam de um sujeito, de um coletivo, ou corporação social e, assim sendo, em nenhum momento é efeito de um acordo coletivo, mas sim de uma atitude interpretativa perante os acontecimentos noticiados (MACHADO, 2003 apud BECKER, 2007).

Os enunciados dos telejornais funcionam como palavras de ordem. O mundo parece estar controlado por um conhecimento perfeito, absoluto, objetivo e natural. Toda a construção do texto jornalístico está montada numa lógica própria, voltada para criar efeito de verossimilhança, também chamado por alguns autores de efeito de verdade, inclusive com a citação de fontes e testemunhas no texto verbal e a utilização de gráficos, mapas e outros recursos na imagem para garantir a precisão da notícia. A persuasão é o segredo do texto e da imagem dos telejornais, ainda que a sua função primeira seja informar. Por isso, para maioria dos telespectadores, a credibilidade da notícia na TV é menos contestada que a da imprensa escrita (BECKER, 2005, p. 53).

Machado e Jacks (2001) dialogam sobre a mídia não estar “desligada” do mundo que propõe reproduzir. Para as autoras, assim como o mundo “real”, a mídia é imperfeita, inacabada e complexa, tal como os sujeitos que são dotados de ambições, anseios e interesses, ela também tem suas propensões para defender. Uma visão “humanizada” dos

veículos midiáticos. Por isso, elas descrevem que é comum o/a profissional jornalista fazer uso da leitura sobre os eventos fornecida pelas fontes, da mesma forma que utilizam, também, as expressões e o comportamento de seus/suas confessores/as. Trata-se, portanto, de uma apropriação da visão de um segundo sujeito, como se fossem suas e, ao produzir a enunciação do fato, consideram-se donos deste discurso.

Já de acordo com o pensamento de Rezende (2000), a ampla afinidade entre telejornalismo e o seu público é motivada pela simplicidade (intencional) dos discursos realizados pelos jornais como estratégia para cativar a atenção do telespectador. Dessa forma, o autor elucida que no âmbito nacional, o domínio da oralidade é marcado pela escrita e cultura brasileira, o que explicaria a harmonização entre a “linguagem popular” e a “linguagem televisiva”. Nessa perspectiva, a origem dos discursos que correspondem com o perfil sociocultural dos telespectadores – de forma a assegurar-lhes uma assimilação imediata das informações – está alicerçada, fundamentalmente, na exposição oral da própria comunidade, a fonte medular de qualquer discurso televisivo “a inspiração na oralidade propicia à TV comunica-se com uma vasta camada do público receptor, mas, para consegui-lo, esta é forçada a uniformizar a sua linguagem” (REZENDE, 2000, p. 25).

Seguindo o que foi apresentado, consideramos que quando se fala de mídia, é necessário analisar a estreita relação entre comunicação e cultura, pois é através dessa ligação que os problemas políticos e questões de interesses sociais são considerados mediatizáveis ou não. É sob esse panorama que a noção de mediatização é extremamente importante, por conta do seu poder de influenciar as reproduções ideológicas e formas de representação e invisibilização de determinados setores, ou grupos da sociedade. Logo, essas representações/invisibilizações não são livres de significados, já que os discursos construídos pela mídia estão subordinados a relações de poder (ROSA, 2010).

4.3 Formas de representação e (in)visibilização

Na filosofia, a palavra “representação” é uma tradução para *vorstellung*. Essa expressão tem seus primórdios no vocábulo alemão e foi constituída a partir da junção de dois termos: o *vor* – cujo significado poder ser “antes”, “perante” ou “diante” – e *stellung*, que sugere uma “colocação”, ou “posição”. Deste modo, do ponto de vista da etimologia, o sentido de “representação” é alguma coisa que é posta ante a outra. Já em um sentido mais

amplo, *vorstellung* significa as reproduções, os princípios e as ideias mentais sobre o que se é, conscientemente, compreensivo (CARVALHO, 2013). Em complemento, citando a obra “O Mundo Como Vontade e Como Representação” (1995) de Schopenhauer, Carvalho (2013) assegura que todo conhecimento é uma forma de representação, universalmente dividida entre sujeito e objeto, ou melhor: aquele que conhece e aquilo que é conhecido.

Seguindo esse pensamento no contexto midiático, as “representações” de grupos historicamente marginalizados concretizadas pelos veículos de comunicação relacionam-se diretamente com as formas de silenciamento e invisibilização desses sujeitos. A maneira como os maiores veículos de comunicação – na realidade nacional – abordam as identidades LGBTQTTI em seus discursos reforçam a exclusão e discriminação, ao invés de (des)construí-las, por exemplo. Nessa perspectiva, Bourdieu (1997) reforça a concepção da mídia enquanto poder. O autor define a prática jornalística como mecanismo “formador” de realidade, com autonomia suficiente para promover repercussões sociais e mobilizações. Mas essa construção do “real”, segundo Leal e Carvalho (2012), engloba diversos fatores que variam de acordo com a identidade ideológica dos veículos e do diálogo com os outros agentes sociais – como a cultura organizacional e os processos de relação formais e informais – que estão em constante alteração.

Freire (2004) destaca que, na visão moderna dos princípios progressistas e da democracia, o conceito de representação está relacionado com a divisão de poderes, através do voto, entre determinados grupos de sujeitos – classe política – na esperança de que os escolhidos promovam e protejam os interesses daqueles que os elegeram. Ele explica que o termo caracteriza, ainda, o uso dos múltiplos códigos de informação (texto, imagem e som) para “comunicar a” ou “comunicar sobre” camadas ou grupos sociais, no que diz respeito à configuração e o embate representativo das indústrias da cultura e das artes “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2000, p. 17).

Bourdieu (1997) de forma crítica admite que os discursos difundidos pela mídia, em um primeiro momento, podem ser visto com uma importante ferramenta democrática, porém, por outro lado, podem se tornar aparelhos de opressão simbólica. Segundo ele, os meios de comunicação – principalmente a televisão – estão em controle do capital

financeiro e do poder político, logo, o conteúdo que estes proporcionam ao público não deve ser considerado de modo isento. E sobre o fato de a mídia ser regulada e controlada pelos grandes grupos econômicos, Bourdieu afirma que esta tem, como contrapartida, uma “censura invisível”, resultado da perda de autonomia da comunicação onde os indivíduos são manipulados, ou manipuladores. Quanto ao impacto que o financeiro causa no jornalismo, o autor descreve:

O universo do jornalismo é um campo, mas que está sob pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência. E esse campo muito heterônomo, muito fortemente sujeito às pressões comerciais, exerce, ele próprio, uma pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura. Esse efeito estrutural, objetivo, anônimo, invisível, nada tem a ver com o que se vê diretamente, com o que se denuncia comumente, isto é, com a intervenção de fulano ou sicrano... Não se pode, não se deve contenta-se em denunciar responsáveis (BOURDIEU, 1997, p. 77).

Dito isto, Freire (2004) traz a ideia de uma “sub-representação” ou da “representação distorcida” das identidades sociais (gênero, sexualidades, raças, etnias, nacionalidade e classes) feitas pela mídia. Essa premissa, segundo Biroli (2011), demonstra as reflexões que relacionam a construção dos estereótipos com os veículos de comunicação. Ela revela que a compreensão que esquematiza os estereótipos e a forma como se propagam e causam consequências, é apenas um acréscimo do entendimento que se tem de como o sistema midiático funciona. Isto é, se a mídia é vista como a encarregada por um espaço rico e diverso, onde as informações e pontos de vista sobre o mundo são plurais, a ponto de fazerem parte do cotidiano dos sujeitos, ela atuaria, então, contra a conservação dos estereótipos. Entretanto, se a mídia é vista como mecanismo de uma conjuntura social marcada pela desigualdade, (re)produzindo informações e pontos de vista uniformes que reforçam as visões predominantes, ela poderá ser considerada como disseminadora dos estereótipos. Funcionaria, assim, em favor da (re)produção de estereótipos que legitimam o “padrão cultural” da esfera dominante (BIROLI, 2011).

Para Biroli (2011), os estereótipos surgem como uma extensão da imposição exercida pela visão de mundo dos grupos dominantes. Nesse caso, os veículos de comunicação funcionam como ferramenta principal de proliferação desses “valores” ao disseminar de forma massiva – apenas – representações homogêneas da realidade. Assim, a relação entre a compressão e o enfrentamento das discriminações fica prejudicada pelo fato do controle

dos meios de comunicação estar centralizado nos sujeitos dominantes. Dessa forma, a autora esclarece que a mídia difunde os estereótipos a partir da organização social do ambiente contemporâneo, colaborando ostensivamente com a naturalização de determinadas perspectivas de mundo, ao passo que inferioriza outras.

Ainda de acordo com a autora, é necessário ressaltar que existem diferenciações importantes entre a compreensão dos estereótipos enquanto simplificadores das identidades sociais e como sub-representação da realidade. Segundo ela, o entendimento dos estereótipos como uma (de)formidade do real presume que exista uma linha tênue entre a estereotipia e a própria realidade, ou melhor, as simplificações postas em vigência pelos estereótipos estariam em contraste com o que é real de fato, o que poderia ser interpretado como algo semelhante às experiências efetivas dos sujeitos e grupos sociais quando distanciadas de visões distorcidas “a relação entre estereótipos e realidade está ligada aos exercícios do poder, com graus variados de institucionalização, que impõem ônus e desvantagens materiais e simbólicos a alguns grupos sociais” (BIROLI, 2011, p. 76).

Para Young (2006) os círculos sociais não favorecidos no contexto econômico, estão sub-representados na maioria das democracias modernas. Fato que, segundo ela, emerge da desigualdade socioeconômica basilar dessas sociedades, que produzem a disparidade política e os processos de exclusão dos sujeitos no tocante às plataformas de ação política. Nesse sentido, a autora explica que os indivíduos pobres, da classe trabalhadora, comumente não têm seus desejos e esperanças tão bem representados quanto os indivíduos das classes média e alta. Do mesmo modo, as congregações culturais, bem como as sexualidades e as populações (étnicas, raciais) marginalizadas também são silenciadas nos espaços políticos.

Essa ideia dialoga com Biroli (2011), que afirma que o discurso midiático pode funcionar como “permanência” das experiências individuais/coletivas de invisibilização, estabelecidas pelo aparelhamento social entre “grupos de referência” e “grupos distorcidos”, conforme os princípios da mídia e de seus reguladores.

Os meios de comunicação têm, nas sociedades contemporâneas, um papel central na difusão de representações do mundo social. A relação com o mundo é mediada por imagens produzidas e difundidas em escala industrial, fazendo com que nossas referências sejam uma fusão entre o

mundo com o qual temos contato diretamente e o mundo que conhecemos pelas telas da TV, pela internet e pelas páginas de revistas e jornais. Dessa perspectiva, é preciso pensar na complementaridade entre diferentes modalidades de relação com o mundo, mas também na dependência cognitiva dos indivíduos em relação aos meios de comunicação nas sociedades midiáticas (BIROLI, 2011, p. 85).

Os processos de criação e modificação das representações sociais são vinculados ao campo comunicativo, pois são estruturados através de conversas diretas entre pessoas e, de forma mais ampla, pelos discursos midiáticos. Ou seja, representar é atribuir sentidos. É dentro da zona da informação, portanto, do jornalismo que a linguagem midiática configura-se enquanto formadora de representações. Ante ao que foi dito, as representações sociais, assim como a dinâmica que definem a “ancoragem” e “objetivação” da realidade, são fundamentais para o êxito da prática jornalística. Objetivação por transformar as ideias abstratas em imagens concretas. Ancoragem por assimilar as imagens elaboradas pela objetivação (HALL, 2003).

Seguindo essa linha, poderíamos dizer que as falsas reproduções do real corroboram a ideia de que a mídia influi na invisibilização dos sujeitos a quem não menciona, ou a quem sub-representa de forma distorcida, como o caso da população LGBTTTI. E por “invisibilização”, entendemos as relações sociais em que um indivíduo (ou grupo) não reconhece o outro como igual. Assim, pressupõe-se que, havendo interação entre sujeitos, há, também, relações de domínio que constituem hierarquizações de valores e poder social (RODRIGUES, 2007). Diante dessa consciência, Lopes (2009) conta que é fundamental, ao pensar sobre as identidades LGBTTTI, examinar até que ponto sua institucionalização é indispensável, ou apetente. Para ele, a “nomenclatura” é sempre um risco, mas um risco necessário, pois se as identidades não se autoneciam, os outros o farão – como apresentaremos a seguir.

4.4 Construindo identidades e diferenças

No momento atual, a construção da identidade tem sido – constantemente – tema de debate nas esferas públicas, sobretudo no ambiente acadêmico. As dinâmicas que “recomendam” como mulheres e homens devem assumir modos de ser e agir e apresentar-se envolvem vários estudos de pensadoras e pensadores da sociologia, antropologia, história e do direito, entre outras linhas conceituais. Ferreira (2011) revela que o estudo das culturas

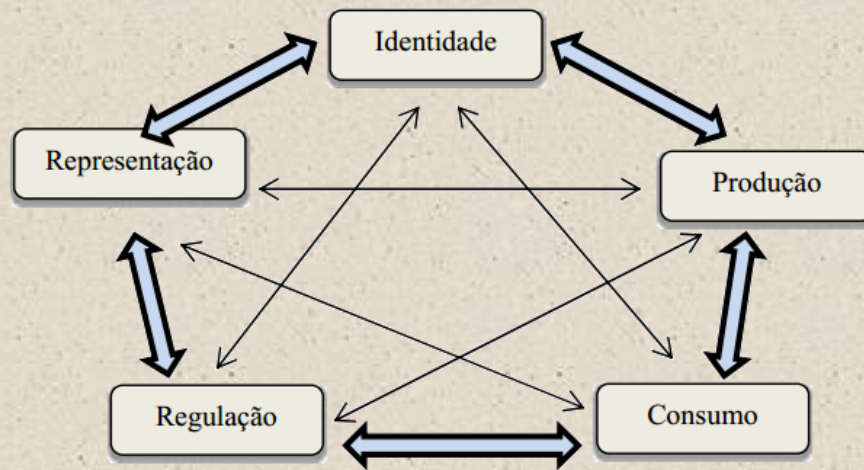
desponta como procedimento essencial na compreensão dessas dinâmicas, ao passo que contribui com a desmistificação do modelo ocidental de cultura. De acordo com ele, as novas perspectivas originadas nesse movimento nos libertam das velhas convicções que polarizavam a cultura conforme os princípios hegemônicos, ao considerar que as discussões teóricas atuais concentram-se na ideia de que a cultura é poliforme e inconstante – transformando-se cotidianamente.

Hall (2005) utiliza o termo identidade para expressar um ponto de encontro entre os discursos e as práticas que procuram nos interpelar na tentativa de conduzir-nos ao ponto em que “assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar” (HALL, 2005, p. 111). Assim, as identidades são pontos de ligação provisórios mediante as colocações de sujeitos que – segundo ele – os mecanismos discursivos estabelecem para nós. Para ele, elas são consequência de processos bem sucedidos que vinculam e fixam os indivíduos ao fluxo do discurso, deste modo, as identidades são os posicionamentos que as pessoas são forçadas a assumirem, mesmo sabendo que eles são, antes de tudo, representações.

De acordo com o sociólogo, no século XX, houve uma profunda transformação no modelo estrutural das sociedades, evento que provoca repercussões até os dias atuais. Ele explica que essa “ruptura” foi a responsável por promover a fragmentação dos cenários culturais, de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, em tempos de outrora, forneceram os parâmetros de comportamento e ordenação social. O autor segue elucidando que estas mudanças também estão modificando nossas identidades pessoais, (des)construindo as noções que pregoam que somos sujeitos “integrados”, o que representa a dissolução de “um sentido si próprio” como fixo. Ou seja, o que está em questão, agora, é o deslocamento descentralizado dos indivíduos “a identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2005, p. 12).

Partindo dessas colocações, podemos dizer que as identidades são instrumentos essenciais para a compreensão dos indivíduos e como o aparelhamento social é organizado. Dessa forma, entendemos que os arranjos sociais pelos quais nos responsabilizamos e com

os quais nos identificamos formam nossas identidades. Citando mais uma vez Hall (2005), que esclarece que as nossas agências de identificação não têm – em grande parte – a ver com “quem somos” ou “de onde viemos”, mas sim com “quem podemos nos tornar”, ou como “somos representados”. Para ele, a questão fundamental é saber como essas representações influenciam a maneira como representamos a nós mesmos, configurações que podem ser simuladas pela figura a seguir:



Fonte: Woodward, 2007.

Trazendo outra visão, recorreremos a um dos mais proeminentes antropólogos do século XX, Erving Goffman. Segundo ele, a sociedade sempre constituiu elementos e modos de classificar as pessoas, levando, geralmente, em conta o conjunto de atributos analisados como “normais” e apropriados para cada uma dessas classificações “os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular” (GOFFMAN, 1988, p. 05). Nesse sentido, ele explica que devido a essa categorização, quando uma pessoa estranha ao nosso círculo social nos é apresentada, são suas características aparentes que nos possibilitam antecipar a qual grupo pertence. Desse modo, quando nos baseamos nessas pré-definições, naturalmente alteramos as expectativas de referência, em requisições normativas estipulando, assim, a identidade social dos sujeitos.

Ainda sobre conceito de identidade Scoralick (2009) explica de modo simples, ao definir identidade como aquilo que se é “sou paraibano” – não sou argentino, nem

canadense -, “sou homossexual” – não sou branco, nem americano –, por exemplo. Já a noção de diferença, segundo ela, trata-se daquilo que o outro é “ele é brasileiro” “ele é magro”. As duas acepções são invenções sociais, consequências de efeitos linguísticos e, portanto, instituídas através do discurso. De acordo com a autora, a identidade é marcada pela diferença, que, por sua vez, é alimentada pela exclusão. Assim, quando há uma divisão de mundo como a nossa, organizada entre “nós” e “eles”, naturalmente ocorrem os processos de categorização dos indivíduos. Partindo dessa lógica, Scoralick descreve que quando existe uma dinâmica de diferenciação que se baseia na identidade/diferença, existe também o poder de incluir ou excluir, de decidir quem está dentro e quem está fora. Para ela, essa relação é uma forma de determinar os alcances dos sujeitos, de regular e organizar suas fronteiras, o que significa, na prática, um modo sutil de demonstração de poder e de exposição e de classificação das identidades e das diferenças.

Assumindo o pensamento da autora, podemos dizer que as identidades são formadas no ambiente das interações sociais e os dispositivos de interação ocorrem através da linguagem que, no que lhe concerne, não se configura exclusivamente como meio de apresentação, mas sim de construção e interpretação do mundo – a utilização da linguagem deve ser compreendida enquanto forma de ação – logo, adquire um lugar de destaque na composição das identidades, bem como nos mecanismos de significação que as integram “aquilo que é anunciado pela linguagem de um determinado discurso pode ser capaz de reproduzir ou transformar nossos pensamentos e ações” (SCORALICK, 2009, p. 195).

Avançando no contexto, observamos que nos últimos anos, as questões relativas aos (des)dobramentos da “identidade” só ganharam evidência – para além do ambiente acadêmico – no cenário da (re)construção das agências de identificação, como resultado da organização dos movimentos sociais preocupados com a (re)significação das raízes identitárias pessoais e culturais. Nessa conjuntura, os movimentos se preocupam principalmente com as sub-representações executadas pelos veículos de comunicação. Diante desse quadro, listamos esses veículos como principal suporte discursivo através do qual são constituídas as narrativas do presente como acontecimento. Quando falamos em reprodução massiva de discursos procurando compreender como determinados conceitos sobre setores ou grupos sociais são estabelecidos, mais uma vez gravitamos perante a mídia

como principal condutora dessa ordem, atuando diretamente na formação e alteração das identidades.

De uma maneira geral, quando as pessoas são representadas pelos meios de comunicação, elas têm suas identidades “produzidas” pela linguagem discursiva, dado que a representação é uma práxis que concede significados, descreve Santos (2009). Neste caso, a mídia assume – por conseguinte – a forma de agente significante, ou melhor, os discursos criados pela mídia tem o poder de fazer as coisas (e os indivíduos) significar. Nesse estágio, a linguagem midiática muitas vezes funciona como reguladora de comportamento, delimitando as formas de ser e agir daqueles que alcança. Essa ação regulatória contribui para criar modelos e normas, ao mesmo passo que excluem aquilo que é diferente, constituindo, assim, uma prática de significação, onde as diferenças são descriminalizadas, bem como as identidades que a partir delas se formam (GUARESCHI, 2006 apud SCORALICK, 2009).

Dessa forma, Scoralick (2009) narra que se os discursos dos meios comunicativos contribuem com a formação da identidade, somos, por assim dizer, espectadores/as das nossas próprias representações. De outro modo, ela elucida que a realidade passou a ser percebida de acordo com a interferência simbólica desempenhada pela “*mass media*”, que cumpre – de forma constante – um papel determinante na organização dos espaços públicos e do aparelhamento social “assim, temos como função fundadora dos meios de comunicação a de constituir e conformar o espaço público” (SCORALICK, 2011, p. 73). Com isso, a autora busca promover uma reflexão referente ao complexo debate sobre a participação da mídia na formação das identidades, reforçando a importância de se (re)pensar o modo como somos produzidos/as, reproduzidos/as e significados/as pelas representações que – em ampla medida – dão sentido às nossas experiências e aquilo que assumimos ser.

4.4.1 Minoria vs. Maioria

De modo bastante comum, a expressão “minoria” é representada pelos diferentes discursos de forma pejorativa, colocando os sujeitos lidos como “minoritário” em posição de desigualdade nos espaços sociais. Um profundo (des)conhecimento identitário. Em uma significação literal, o termo assume um sentido de inferioridade quantitativa – o contrário de

maioria – um princípio inequívoco do ponto de vista gramatical. No entanto, ideologicamente, a compreensão contemporânea de minoria é mais ampla e poliforme, trata-se de uma consciência essencial nas democracias representativas ao historiar a possibilidade de uma “voz ativa” e o poder de intervenção nos setores de decisão do Estado. Minorias são as camadas e grupos sociais organizados e unidos pelo comprometimento com as diversas formas de lutas que as questões sociais assumem (SODRÉ, 2000).

Nessa conjuntura, são consideradas/os “minorias” os/as LGBTTTTI, as mulheres, a população negra, os povos indígenas, os/as ambientalistas, portadores/as de deficiência, entre outros grupos cujas identidades são discriminadas em uma dimensão histórica. Sodré (2000) explica que, nos regimes democráticos, a vontade da maioria predomina, porém, este é apenas um argumento de ordem quantitativa. Qualitativamente, o democratismo deve ser o sistema político dos grupos minoritários, porque – segundo o autor – só em um aparelho democrático que as minorias podem se fazer ouvir. Assim, as minorias podem conquistar emancipação e metamorfosear-se enquanto voz quantitativa “o lugar ‘minoritário’ é onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder” (SODRÉ, 2000, p. 04).

Entretanto, o significado da expressão minoria muda conforme a cultura e os períodos históricos. Essencialmente, os grupos minoritários são reconhecidos por existirem a margem da fronteira social – ou fora dela. Dessa forma, a constituição das representações sociais sobre os grupos “minoritários” e a comparação sociocultural entre “minorias vs. maiorias” é fruto de uma construção social baseada na manutenção da ordem simbólica, que determina a fronteira entre o “normal” e o “desviante”. Partindo desse fundamento, os processos de estereotipação eclodem naturalizando somente aquilo que é análogo com os padrões patriarcais e conservadores, enquanto marginaliza as “diferenças”, excluindo e rejeitando tudo o que não se harmoniza com as normas, tudo e todos/as que são “diferentes”. Na medida em que os estereótipos são infligidos apenas a parte dos sujeitos – ou grupos –, existem duas variáveis latentes: acomoda-se ou não com as determinações do que significa ser “maioria” (ROSO, et al, 2002).

Já Scoralick (2009) retoma a antiga relação entre “dominador e dominado” para ampliar o debate sobre o conceito de minoria. A autora assegura que essa analogia é uma

característica intrínseca ao modelo de organização social que temos e, como tal, promove um sistema de exclusão das minorias representativas. Como exemplo desse cenário, descreve as relações de submissão – ainda postas socialmente – entre homem/mulher, rico/pobre, branco/negro e normal/desviante. Evento que, segundo ela, impede e tira das pessoas o direito de exercer sua cidadania, simplesmente por fazerem parte de um grupo social específico “isso pode gerar uma relação de opressão onde, a partir do olhar da maioria, o “outro” se apresenta com uma conotação negativa, e a “maioria”, uma positiva. Nesta relação de opressão, os estereótipos surgem e se cristalizam” (ROSO, et al, 2002, p. 78).

De acordo com a autora, é necessário ressaltar que nem sempre a relação quantitativa entre minoria/maioria é o argumento mais válido para determinar esses grupos. Citando um exemplo nacional, temos a população pobre como maioria numérica, conforme o último censo do IBGE (2010). No entanto, essa população continua sendo apresentada como minoria pela mídia e, conseqüentemente, pelos próprios brasileiros/as – uma contradição de sentidos. Em outras palavras, se examinarmos o contexto de forma dicotômica, observaremos que as representações de minoria x maioria estão estruturadas, na verdade, na dinâmica do domínio financeiro e simbólico, isto é, quem está dentro e quem está fora das relações de poder político-econômica (SCORALICK, 2009).

Qualquer grupo de pessoas que controle a maior parte de recursos econômicos, de status e de poder, estabelecendo, assim, relações injustas com as minorias sociais (...). Minorias são os segmentos da sociedade que possuem traços culturais ou físicos específicos que são desvalorizados e não inseridos na cultura da maioria, gerando um processo de exclusão e discriminação (ROSO, et al, 2002, p. 75).

Como já vimos, o conceito de minoria excede os princípios quantitativos e passa a se estruturar a partir das reivindicações que sustentam a ideia de que as diferenças entre os indivíduos são, na verdade, características culturais e contra a cultura hegemônica. Diante disso, Barbalho (2005) conta que a partir dos anos 1950 – e em contínuo crescimento até a contemporaneidade – os movimentos sociais assumem espaços fundamentais nas agendas de reivindicação. Ele elucida que foram as “minorias” que implodiram a conjuntura social (standardizada) com pautas e diligências culturais e políticas, solicitando do Estado o reconhecimento de suas “diferenças” e particularidades enquanto identidades de pertencimento. Na prática, esse movimento representou, por um lado, que as “minorias” afirmaram suas diferenças e, de outro, reivindicaram que o direito e a autonomia de

performances de suas individualidades não acarretem em desigualdades mediante as instituições reguladoras da sociedade.

Avançando na discussão e ainda conforme Roso (2002), que explica que os dispositivos de exclusão não são sistematizados apenas no campo do real (do concreto), mas também no cenário virtual (das novas mídias) superando a barreira tempo/espço e, assim, ampliando o prenúncio de que as formas de exclusão podem ser criadas e reforçadas. Para ela, existe um novo movimento de ação sutil, mas bastante produtiva que se utiliza do sistema midiático – além de outros mecanismos – para transformar “o diferente”, a minoria, em “o igual”, a maioria, cuja finalidade é levar as pessoas a agirem de forma massificada, assumindo a perspectiva da sociedade do consumo. Ou seja, o propósito não é promover um senso de comunidade, sim evidenciar traços de uma sociedade cada vez mais individualista.

No que diz respeito à mídia e seu suporte na massificação dos “lugares minoritários, Sousa (2002) – consagrando o pensamento de Elizabeth Noelle-Neuman (1916-2010) – afirma que os veículos de comunicação, em suma maioria, conferem mais espaços às opiniões da cultura dominante, reproduzindo-as e legitimando-as, corroborando com o silenciamento das “minorias” pela (in)visibilização e pela sub-representação. De acordo com ele, os aparelhos midiáticos privilegiam as visões que assemelham como influentes devido à facilidade de acesso de uma minoria ativa aos instrumentos de comunicação “fazendo com que essas opiniões pareçam dominantes ou até consensuais quando o fato é que não são” (SOUSA, 2002, p. 17). Com isso, o autor busca questionar até que ponto as identidades reconhecidas como minoritárias podem ser afirmadas como tal... Ou até que ponto elas são, na verdade, uma maioria silenciosa assumindo o papel de minoria.

CAPÍTULO V

**FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS:
AS RAZÕES DA ESCOLHA**

CAPÍTULO V – FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS: AS RAZÕES DA ESCOLHA

Estabelecer um debate intrinsecamente comprometido com a (re)afirmação das identidades coletivas e individuais, bem como com a valorização da humanidade e do respeito às diferenças, é necessário quando falamos em sociedades justas e igualitárias, ou na inexistência delas. Por esta razão, elaborar um estudo que perfila o papel que o jornalismo desempenha na construção das identidades e na discriminação histórica de determinados grupos, é essencial para compreendermos como ocorrem tais processos de marginalização. Como recorte desse cenário, esta pesquisa pretende, como já foi mencionado antes, analisar como a população LGBTTTI é representada no telejornalismo nacional, especificamente nos principais jornais televisivos das maiores emissoras de TV do país, – nos setores público e privado – a fim de verificar como essa representação pode interferir na cidadania e na construção identitária dessas pessoas.

5.1 Opções Metodológicas

Para realização do presente estudo, determinamos como *corpus* da investigação o fluxo de matérias transmitidas pelo Jornal Nacional (JN) – da TV Globo – e pelo Repórter Brasil (RB) – da TV Brasil – que se relacionam direta ou indiretamente com as identidades de lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais. De forma contínua, destacamos que a opção de analisar uma rede de TV pública e uma privada sobrevém da necessidade de promover uma comparação entre os dois campos discursivos e, desse modo, oferecer uma melhor abordagem/diversidade dos dados da pesquisa. A partir da definição do *corpus*, a investigação foi estruturada em dois momentos: no primeiro buscamos dar conta de todo o enquadramento teórico, histórico e reflexivo referente ao tema; já o segundo, concentrou-se na elaboração do mapeamento dos dados no JN e no RB.

Com o propósito de alcançar tais objetivos, – além da compulsória investigação bibliográfica – foi tomado como procedimento a regra da exaustividade⁴, incluindo todas as

⁴ Após definir o campo do *corpus* sobre determinado tema, devem-se considerar todos os elementos que o compõem, direcionando todos os esforços para obter as informações necessárias. Sendo assim, trata-se do agrupamento dos dados que deve ser exaustivo e significa a categorização de todo o conteúdo considerado significativo de acordo com os objetivos da pesquisa (ROQUE, 1999).

matérias veiculadas nos telejornais já mencionados, no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 que mantinham relação com o assunto pesquisado. Para isso, foi necessário examinar todas as coberturas noticiosas de todas as edições do ano de 2015, cuja finalidade foi selecionar notas, notícias, entrevistas ou reportagens que, de alguma forma, apresentassem os/as LGBTTTI. Após o mapeamento concluído, as matérias que contiveram fluxo referente ao tema, foram subdivididas e categorizadas em tabelas (organizadas por título, temática, subtemática, data, gênero, categoria e duração, se era assinada por algum repórter ou se pertencia a uma cadeia local, regional, nacional ou internacional) objetivando traçar um perfil de análise onde fosse possível compreender como os dois jornais televisivos representam, ou invisibilizam a comunidade gay.

Após maior aproximação e desenvolver familiaridade com o tema apontado, identificamos diversas variáveis importantes para seu aprofundamento e detalhamento, o que permitiu um melhor entendimento do assunto. Por esta razão, realizamos nos primeiros quatro capítulos um levantamento bibliográfico o que nos serviu de suporte para chegarmos até a análise dos dados. No relativo à coleta do material, conseguimos concretizá-la através das plataformas online dos dois telejornais, que disponibilizam integralmente o conteúdo – organizado de acordo com a ordem de publicação – de cada edição. São os sites: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil> e <http://globoplay.globo.com>, ambos possuem sistemas de busca que direcionam para qualquer edição de interesse do/a internauta.

Com os componentes teóricos finalizados e a categorização dos dados observamos, de modo inicial, que as relações entre as teorias e as informações noticiadas no cotidiano do telejornalismo, só se estabelecem devido à deficiência dos próprios telejornais em cumprir sua função básica: informar. Seguindo esse pensamento, Becker (2004) afiança o fato de existir no cenário de dominação do jornalismo, um movimento constante de investigação o que, na prática, significa dizer que existem – consequentemente – demandas que precisam ser problematizadas. De um outro modo, ela explica que se a televisão é entendida como o espaço de maior influência social entre os meios de comunicação, e se através dela criam-se experiências coletivas sobre o país, necessariamente devemos debater a forma como se constroem/propagam seus sentidos e discursos sobre a realidade nacional.

Dessa forma, esta monografia se ajusta com o aforismo de Becker, por ser resultado dessa proeminente necessidade de problematizar e discutir sobre o agendamento baseado na sub-representação das identidades consideradas diferentes ou desviantes pelo imperialismo cultural. À vista disso, o esquadramento das matérias exibidas nos jornais que fizeram relação com a comunidade LGBTTTI, advém como procedimento crucial nesse processo. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo pode ser definida como o conjunto de técnicas e estudo dos meios de comunicação. Abraçando essa linha, Scoralick (2011) descreve a linguagem como a ferramenta de expressão dos indivíduos, através da qual os/as estudiosos/as buscam hierarquizar as unidades do texto – as palavras e as frases – que se reproduzem repetidamente e, deste modo, desejam compreender em que ponto essas unidades inferem nas expressões que as representam. Assim, a metodologia de Bardin torna-se determinante por formular e estabelecer indicadores quantitativos ou não, que possibilitam a dedução – e conclusões dos espaços de raciocínio – de frentes do conhecimento que abordam às conjunturas que produzem e recebem mensagens (BARDIN, 1977). Nessa mesma perspectiva, Scoralick (2011, p. 125) reforça:

O que se procura estabelecer quando se realiza uma análise, conscientemente ou não, é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados. Atingir a profundidade do texto, resgatando-lhe o conteúdo. A materialidade linguística é, dessa forma, entendida como algo que indiretamente remete a um outro espaço, a um outro lugar que representaria o foco de interesse do pesquisador: o das condições (...) em que se produzem os textos submetidos à investigação.

Segundo o que foi exposto, a construção e análise de conteúdo verificadas neste estudo deram-se pela escolha do JN e RB por figurarem como os principais canais informativos das duas emissoras escolhidas, portanto, a “janela” por onde os/as telespectadores/as se inteiram sobre a “realidade” dos cenários locais, regionais, nacionais e internacionais. Avançando nessa fronteira, a decisão de fazer o levantamento das matérias publicadas durante o ano de 2015 nos dois telejornais, só foi considerada para proporcionar uma maior multiplicidade do conteúdo pesquisado. Feito isso, optamos por selecionar e analisar, em profundidade, cinco matérias de cada telejornal, destacando cada uma das ocorrências verificadas, o dia, mês, ano, parte ou íntegra do texto lido pelos/as âncoras e o gênero de encaixe, procurando explorar minuciosamente os discursos atribuídos às pessoas LGBTTTI em suas publicações. Nesse sentido, para escolha das cinco matérias de cada

veículo, usamos como critério principal o fato das dez apresentarem substancialmente, o que este trabalho aspirou debater: as formas de representação e invisibilização adjudicadas às identidades aqui envolvidas.

5.2 TV Globo

De acordo com Silva (1985) foi através do decreto n.º 42.946, datado em 30 de dezembro de 1957 que o então presidente Juscelino Kubitschek concedeu a Rádio Globo uma concessão pública⁵ para que a Rádio pudesse constituir uma estação de radiotelevsão com sede na cidade do Rio de Janeiro. Cinquenta e oito anos depois, a Rede Globo configura o quadro das maiores emissoras de TV comercial do mundo, chegando a alcançar 98,56% do território brasileiro, com uma cobertura de 5.570 municípios e atingindo cerca de 99,55% do total da população brasileira. Atualmente, a emissora detém o maior número de concessões públicas de estações de rádio e redes de televisão no país, desse modo, lidera e conduz o desenvolvimento e retransmissão dos conteúdos televisivos no Brasil.

Inaugurada oficialmente em 1965, a TV Globo, no momento atual, é a rede nacional de televisão mais poderosa e influente da América Latina, controlando 122 emissoras – sendo cinco estações próprias e 117 canais afiliados –, além da transmissão no exterior pela TV Globo Internacional e de serviço mediante assinatura. No mercado, a empresa se coloca como uma indústria, funcionando como aparelho de homogeneização da cultura e das experiências coletivas, como ilustra Bourdieu (1997, p. 96): “um instrumento de modernização e integração e um fator de identidade nacional. Seus prêmios no exterior, especialmente as telenovelas, ilustram sua ‘vontade de ser líder’ e não a mostram como uma empresa de ‘embrutecimento’ do público”.

Desse modo e diante do que foi dito, nossa opção para analisar o Jornal Nacional ganha melhores contornos pelo que representa a própria estrutura que o formou: a TV Globo e seu massivo controle e poder de mercado. Segundo as pesquisas de Borelli (2005), a história do telejornalismo da emissora está compreendida entre os eventos do nosso

⁵ A concessão pública dos serviços de telecomunicações está regulada pela Lei 9.472/97, que organiza e regula os serviços de telecomunicações, bem como institui a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Contudo, as emissoras de TV e rádio gozam de autonomia e gestão próprias, não estando diretamente subordinada ao Executivo. Disponível em: <<https://jus.com.br/>>.

passado e os acontecimentos do nosso presente. Assim sendo, é através dos jornais televisivos (e pelas telenovelas) que a empresa alcança grande parte dos/das brasileiros/as e agenda uma “integração” nacional da nossa cultura conforme seus preceitos e posicionamentos ideológicos. É principalmente dentro desse contexto que os telejornais da TV Globo atuam, como instrumentos cruciais nos processos de sustentação e continuidade da sua ideologia, influenciando econômica e politicamente os cenários sociais do Brasil.

5.2.1 Jornal Nacional

Em 1º de setembro de 1969, o Jornal Nacional⁶ foi ao ar pela primeira vez, inaugurando um novo modo de fazer jornalismo na televisão brasileira. Inicialmente, por principiar a fase do telejornalismo em cadeia nacional, depois, por estabelecer um paradigma de *timing* (cronometragem) da informação que passou a fragmentar os acontecimentos em curtos períodos de tempo. Dessa forma, o jornalismo começou a centralizar-se no que acontece “agora”, ou melhor, as informações de *background* (antecedente) que auxiliavam o/a telespectador/a a acompanhar o noticiário, como uma telenovela – que precisa ser seguida para se localizar no enredo – foram eliminadas com o novo modelo consolidado pelo JN.

Assim, o novo telejornal surgia como um exemplo do desenvolvimento tecnológico, como um avanço nas comunicações e um novo modelo de se fazer jornalismo. Entretanto, ainda sobre sua história, o nascimento do JN é historiado, também, por corresponder com o primórdio do período de maior repressão imposta pelo regime militar – a decretação do Ato Institucional n. 5, em 1968. A título de exemplo, citamos que na sua estreia, a veiculação da reportagem sobre o derrame cerebral sofrido pelo então presidente Costa e Silva, precisou ser negociada com os militares, uma vez que era objetivo dos agentes do golpe de 64 esconder o fato do grande público. Por essa razão (entre outras), o Jornal Nacional, assim como a TV Globo em si, enfrentam críticas pela afinidade ideológica com a ditadura desde sua origem, como contextualiza Rezende (2000, p. 110):

⁶ Atualmente, é importante salientar que o telejornal tem adotado uma postura mais dinâmica e interativa, com novos planos de câmeras mais leves e móveis. Com inauguração do novo cenário (2015) em comemoração aos 50 anos da Rede Globo, vemos os/as apresentadores/as saírem da bancada com a finalidade de criar uma sensação de que estão “mais perto do/da telespectador/a”. O objetivo desse novo formato é garantir uma maior empatia com o público.

Na continuidade do noticiário, revelava-se também, sem subterfúgios, a verdadeira face de quem exercia o poder no país. O primeiro videotape na estréia do Jornal Nacional exibiu o então ministro da Fazenda, Delfim Neto, transmitindo uma mensagem de otimismo, após sair de uma reunião com a Junta Militar. Logo no seu nascimento, ficava claro que a originalidade do Jornal Nacional residiria apenas na qualidade técnica, uma vez que o conteúdo estava sacrificado pela interferência da censura.

Partindo de um contexto mais atualizado, o Jornal Nacional é o jornal televisivo mais importante da América Latina em número de audiência. Veiculado em horário nobre, abrange uma audiência média de cerca de 50 milhões de telespectadores/as por edição. Suas transmissões alcançam 99% dos domicílios com aparelho de televisão, 5.400 dos 5.570 municípios brasileiros e alcança uma extensão de 98% de cobertura nacional. Com relação a essas marcas consideráveis, Rezende (2000) explica que a percepção de exibir o JN entre as novelas das sete e das oito – respectivamente as atrações que detêm as maiores audiências da emissora – foi fundamental para solidificar e aumentar a popularidade e audiência do jornal, além das estratégias que visam credibilizar ainda mais o noticiário, como o fato dos âncoras apresentarem o telejornal no alto da redação consiste em uma postura emblemática, pois a sensação para quem está assistindo é de que ambos estão – simbolicamente – acima da produção da notícia (MENDES; CHRYSSTUS, 2012).

Mas é preciso pontuar que, nas últimas duas décadas, o telejornal tem perdido público e espaço. A respeito dessa premissa, Borelli (2005) revela que não podemos esquecer-nos de considerar os vários aspectos que cercam a crise enfrentada pelas redes de TV diante da constante oscilação da audiência, motivada, em grande parte, pelas múltiplas plataformas que formam a cena midiática contemporânea. Desse modo, o autor observa que apesar dos impactos sofridos na audiência, o JN continua sendo – ainda que em menor grau para o público mais jovem – uma grande referência nacional, operando como o principal espelho para o telejornalismo no país, mesmo havendo uma crescente problematização do jornalismo exercido por ele. Nesse sentido, é importante também conjecturar o fato da televisão – no Brasil – ser a fonte prioritária de informação.

Ainda nesse ponto de vista, Bacin (2006) descreve que, nos seus quase quarenta e sete anos no ar, o JN nasceu sob laços com as esferas dominantes da sociedade civil e militar, foi censurado pelo Estado e depois vítima da própria autocensura, carregou as marcas do “aperfeiçoamento” formal e distante – adotados pelos/as apresentadores/as –,

sofreu com as restrições no seu conteúdo das notícias e, editorialmente, manteve o mesmo padrão “manchetado” e objetivo da sua estreia, mas, ainda assim, protagoniza obstinadamente o cenário do jornalismo televisivo brasileiro, – segundo o autor – talvez seja esse o grande “feito” do telejornal, manter sua posição e influência apesar das transformações ocorridas na sociedade, bem como o surgimento e a consequente migração de parte do seu público para as novas plataformas midiáticas.

5.3 TV Brasil

Com origem dentro dos movimentos populares que defendem democratização dos meios de comunicação, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo então Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) implementou em outubro de 2007, ao editar a Medida Provisória 398, depois convertida pelo Congresso na Lei 11.652/2008, a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Com a missão de unificar e administrar, sob autoridade social, as emissoras federais já existentes, o nascimento da EBC representou um significativo avanço na instituição de um Sistema Público de Comunicação Nacional “a criação da EBC significou um esforço importante de superação do passado de atrelamento destes canais públicos aos governos e autoridades para apontar na direção da construção de iniciativas efetivamente públicas” (ABCCOM et al, 2014, p. 03).

Em seu site oficial – Memória da EBC⁷ – a formação da empresa é apresentada como uma tentativa de suprir uma lacuna no sistema de radiodifusão brasileiro, instituindo e gerenciando os canais públicos no país. Foi nesse cenário que a TV Brasil foi criada em 02 de dezembro de 2007, atendendo uma antiga aspiração da sociedade brasileira por uma televisão pública independente e democrática. Ainda segundo o site Memória da EBC, sua principal finalidade é complementar e desenvolver a oferta de conteúdos, promovendo e ofertando uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania e do conhecimento. Nesse sentido, a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM) reforça a função central das TV’s públicas:

Garantir a liberdade de expressão de toda a diversidade cultural brasileira significa hoje contrapor-se à padronização e à composição estereotipada, empobrecida e rasa que a mídia comercial do país faz da realidade. Indígenas, negras e negros, mulheres, LGBTQTs, pessoas com deficiência,

⁷ Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/>>.

jovens e idosos também têm direito a ter suas representatividades garantidas e a ocuparem espaços de produção e veiculação de conteúdos na mídia brasileira. O fortalecimento da comunicação pública é entender também a comunicação plural e diversa enquanto direito dos cidadãos. (ABCCOM et al, 2014, p. 11).

A TV Brasil⁸ tem quatro sedes principais, localizadas em Brasília-DF, São Paulo-SP, São Luís-MA e Rio de Janeiro-RJ, além de estar presente em 21 estados através de emissoras de televisão parceiras, como a TV Educativa da Universidade Federal da Paraíba (TV UFPB), por exemplo. Barroso (2015) explica que a programação atual da emissora é ampla e bem diversificada. Segundo ela – se compararmos – a TV Globo até fevereiro de 2015, mantinha no ar 43 programas subdivididos em nove temas: jornalismo, novelas, séries, humor, infantil, variedades, esportes, educação e *reality shows*. Já a TV Brasil, aparelha seus programas em cinco categorias: jornalismo, esporte, conhecimento, artes e infantil. No mesmo período, a TV mantinha no ar 33 programas de Jornalismo, 29 infantis, 34 de artes, 34 de conhecimento e três de esporte, somando 133 produtos (BARROSO, 2015).

Ainda de acordo com informações do site oficial, a TV é uma importante aliada na valorização do cinema brasileiro, ocupando o primeiro lugar no número de exibição de filmes nacionais entre as TVs abertas. Além disso, a TV Brasil opera – também – como uma das maiores incentivadoras da produção audiovisual independente no Brasil, dedicando 20% das horas da sua programação para transmissão de conteúdos desse seguimento. Dessa forma, a emissora se tornou, nos últimos anos, coprodutora de pelo menos 140 produções do gênero, entre documentários, séries e curtas metragens. Pelas razões apresentadas, consideramos importante analisar a representação da população LGBTTTI no telejornalismo

⁸ É importante documentar que, na ocasião desta pesquisa, o país vive um dramático contexto político que atinge todos os setores sociais e as instituições públicas. Nesse cenário, se encaixa a Empresa Brasil de Comunicação que – como ficará constatado no capítulo seguinte – apresenta um jornalismo que alterna os discursos da grande mídia em relação aos grupos estigmatizados, além de funcionar como um importante aparelho no processo de democratização da comunicação brasileira. Dessarte, em um passo recente, o jornalista e radialista Fabiano Gomes foi convidado pelo senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) para ocupar o cargo de Gerente Nacional de Programação e Expansão da EBC. O que representa um retrocesso, uma vez que a indicação de Fabiano Gomes caracteriza-se por interesse partidário e não por competência ou qualificação profissional, além disso, o jornalista acumula alguns processos por exceder o limite da informação e, através de opiniões pessoais, caluniar e difamar diversas pessoas em seus programas. Publicamente, o jornalista já se posicionou contra o direito do aborto das mulheres, culpabilizou vítimas de estupro (e não os estupradores), fez apologia a crime contra detentos de presídios paraibanos e entre outras condutas permissivas a violação dos DH. Por estas razões mencionadas, encaramos com preocupação a sua indicação ao cargo, pois representa um risco ao jornalismo cidadão que a TV Brasil promove nos seus telejornais.

da TV – uma vez que se propõe a confrontar e alterar a lógica da mídia comercial dominante no país –, assim sendo, escolhemos como objeto o Repórter Brasil.

5.3.1 Repórter Brasil

O Repórter Brasil foi o primeiro programa produzido e transmitido pela TV Brasil, estreando em 03 de dezembro de 2007, um dia após a inauguração oficial da emissora. Sobre o lançamento do jornal, Eduardo Castro, o então gerente de Jornalismo da EBC, em entrevista a Agência Brasil⁹, afirmou que o telejornal trabalharia com as pautas que as TVs privadas agendam normalmente em seus noticiários televisivos, contudo, de modo mais aprofundado, reproduzindo novas realidades e temáticas que interessam o lado cidadão da audiência “queremos colocar no ar estados que não costumam se ver na televisão, distantes dos grandes centros, e também temas que não aparecem. Enquanto a emissora comercial, por sua natureza, busca mais o pitoresco ou algo de fácil digestão” (CASTRO, 2007, s/p).

Conforme é apresentado em sua página na web, o telejornal configura-se como um espaço para os assuntos de interesse do cidadão, com um olhar cidadão. Dessa forma, o Repórter Brasil apresentaria um “noticiário isento, sem adjetivações, linhas pré-definidas, influência da política partidária ou da lógica do mercado publicitário”. Segundo Moraes (2011), um dos diferenciais do jornalismo público¹⁰ praticado pela TV Brasil é a apresentação de reportagens feitas pelo telespectador, como ocorre no quadro “Outro Olhar”, do RB. Além disso, o autor descreve que o telejornal assume a responsabilidade de realizar uma cobertura sobre os acontecimentos internacionais de forma diferenciada, oferecendo destaque para questões “esquecidas” ou sub-representadas pelo noticiário geral, como fatos relacionados à África e à América Latina, por exemplo.

⁹ Repórter Brasil inaugura o jornalismo unificado na TV pública da EBC. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-12-03/reporter-brasil-inaugura-jornalismo-unificado-na-tv-publica-da-ebc>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

¹⁰ O jornalismo público parte da premissa de que é necessário reanimar o debate público, pois a informação por si só não é suficiente. É necessário interpelar o cidadão para que ele participe. Deste modo, propõe-se uma nova dinâmica da vida em sociedade, tendo a imprensa um fundamental papel não só como mediadora, mas como espaço de mediação. De simples observadores isentos, os jornalistas passam a ser atores. Portanto, diz respeito direto às relações entre política e jornalismo. Um dos papéis do Jornalismo Público seria construir a cidadania. Mas se alega que o Jornalismo é, na essência, um instrumento público, cívico, cidadão. O trabalho de um jornalista é, antes de tudo, para a sociedade (COSTA FILHO, 2011, p. 127).

A TV Brasil associa seu jornalismo com o compromisso da TV Pública com o direito à informação, que seria tão importante quanto os outros direitos da cidadania. O exercício desse direito seria observado com o oferecimento de informação de qualidade, isenta, pluralista e confiável, em sua linha de telejornais e em programas jornalísticos (MORAIS, 2011, p. 91).

Segundo informações que constam no site, o Repórter Brasil é exibido de segunda a sábado às 21h da noite, alcançando 21 estados brasileiros mais o Distrito Federal através das emissoras parceiras que são – em maioria – de caráter educativo. Outro aspecto importante a destacar no site é que o jornalismo da TV Brasil busca integrar, no seu conteúdo, a participação popular na construção da pauta, bem como da agenda jornalística. Para tanto, a sociedade como um todo – o/a cidadão/ã comum, grupos representativos e os movimentos sociais –, são encorajados a contribuir para que “os mais variados olhares e percepções tenham espaço no noticiário”. Assim sendo, Moraes (2011) explica que o uso das novas tecnologias torna-se essencial no processo da interatividade e que elas, sobretudo as mídias sociais, colaboram diretamente com o exercício da participação cidadã.

CAPÍTULO VI

**A REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTTTI
NO JORNAL NACIONAL E NO REPÓRTER BRASIL**

CAPÍTULO VI – A REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTTTI NO JORNAL NACIONAL E NO REPÓRTER BRASIL

Neste capítulo, apresentaremos as análises quantitativas e qualitativas do mapeamento de dados que compõem o corpus da pesquisa, especialmente as dez matérias que selecionamos para examinar com profundidade. Em um primeiro momento, faremos a avaliação do Jornal Nacional; no segundo, do Repórter Brasil; por último, uma análise comparativa entre os dois telejornais. Sob esse contexto, sublinhamos que o recolhimento de dados ao longo do período de observação (2015) nos proporcionou um amplo conjunto de variáveis sobre o modo como os veículos em questão abordam – na construção telejornalística – as identidades e as demandas LGBTTTI. Não obstante, é importante explicitar que essa diversidade não se resume apenas às escolhas atreladas às linhas editoriais ou acomodações ideológicas de cada emissora, mas, de maneira especial, vincula-se com o grande número de assuntos tratados em cada um dos telejornais.

6.1 Síntese das matérias do Jornal Nacional

Destinamos agora um quadro geral das informações obtidas no tempo de acompanhamento do Jornal Nacional. A primeira etapa de coleta esteve compreendida entre os dias 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015. Nesse intervalo, o JN começava às 20h30 e encerrava às 21h15. Começamos a coleta – através da plataforma Globo Play¹¹ – em janeiro de 2016, concluindo 30 dias de levantamento com 313 edições assistidas, o que representou um número de 6224 matérias¹² quantificadas. Desse total, encontramos 24 matérias que faziam relação com o tema pesquisado, sendo sete notas cobertas¹³ e 17 reportagens¹⁴. Como a duração média do JN, excluído o tempo de publicidade e de vinhetas, é de 30 minutos e 51 segundos, podemos assegurar que o telejornal no ano que foi estudado, dedicou 0,38% do seu espaço noticioso a população LGBTTTI. Distribuindo o

¹¹ Globo Play – Rede Globo: disponível em: <<https://globoplay.globo.com/>>.

¹² Trabalho (escrito, filmado, televisionado), que é veiculado por órgãos da imprensa.

¹³ Texto em off – fala do repórter ou apresentador - coberto por imagens.

¹⁴ Atividade jornalística que basicamente consiste em adquirir informações sobre determinado assunto ou acontecimento para transformá-las em noticiário.

número por semestre, o primeiro revelou um número um pouco maior, com 13 matérias enquanto o segundo exibiu 11.

Quadro 1: número geral de dados quantificados no JN

Números Gerais	N°
Quantidade de edições analisadas	313
Quantidade de matérias analisadas	6224
Quantidade de matérias com fluxo	24

Fonte: dados coletados pelo autor

Procuramos identificar quais foram as zonas de agendamento¹⁵ mais abordadas no período analisado e verificamos que os eventos ligados à religião – sobretudo o catolicismo – foram os assuntos mais considerados na cobertura do tema LGBTTTI, com enfoque principal em dez notícias¹⁶. Em seguida, duas zonas tiveram coberturas equivalentes: direitos civis e matérias vinculadas à política internacional, aqui, especialmente relacionando com os/as pré-candidatos/as à presidência dos Estados Unidos que se declaram contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Assuntos diversos como a Parada Gay de São Paulo e artes ficaram com três notícias a respeito. Já com relação ao fluxo sobre violência ou discriminação, apenas uma matéria foi quantificada, como mostra o quadro a seguir – Diferentes áreas não foram exploradas pelo telejornal.

Quadro 2: números de matérias por tema abordado

Número de matérias por agenda		%
Violência	01 agendamento	04%
Outros	03 agendamento	09%
Política Internacional	05 agendamento	22%
Direitos Civis	05 agendamento	22%
Religião	10 agendamento	43%

Fonte: dados coletados pelo autor

¹⁵ A origem do conceito de agendamento está no pensamento de Walter Lippman, Jornalista norte-americano de grande atuação em pesquisas de opinião nos Estados Unidos no sec. XX. A Teoria do Agendamento pressupõe que as notícias são como são porque os veículos de comunicação nos dizem em que pensar, como pensar e o que pensar sobre os fatos noticiados.

¹⁶ Informação a respeito de acontecimento ou mudança recente; nova, novidade.

Uma realidade que nos chamou atenção foi revelada pelos dados que mostraram que – assim como as notícias relacionadas à religião –, das 24 matérias encontradas sobre o tema pesquisado, 20 (83%) das pautas¹⁷ concentram-se em acontecimentos internacionais, mesmo com o grande número de informações sobre as demandas das pessoas LGBTTTI no país, o que pressupõe que a linha editorial¹⁸ do JN prioriza – no que se refere ao nosso tema de estudo – as informações que correspondem aos episódios externos.

Além disso, verificamos que (regularmente) o jornal adota uma abordagem conservadora na construção das reportagens sobre os acontecimentos relativos aos/as homossexuais. No mês de setembro, das 26 edições analisadas, quatro matérias foram vinculadas sobre o mesmo assunto: o caso da escritã presa por invocar motivos religiosos para não casar homossexuais em um cartório dos EUA, no dia 03/09. No mesmo mês foram mais três alusões ao episódio (04/09, 08/09 e 30/09) o que significa que o JN atribuiu importância ao caso, já que nos meses de fevereiro, agosto, novembro e dezembro nenhuma matéria sobre a população LGBTTTI foi exibida pelo telejornal.

Quadro 3: número de matéria por agendamento

Número de matérias	Agendamento	%
00 matéria	Regional	00%
01 matéria	Local	04%
03 matérias	Nacionais	13%
20 matérias	Internacionais	83%
Total	24	100%

Fonte: dados coletados pelo autor

O número de matérias de uma edição do Jornal Nacional é, em média, 19,8 por dia, incluindo reportagens e notas cobertas, resultando em 118,8 semanais. Em um panorama geral, localizamos uma reportagem para cada 13 edições apresentadas, dessa forma, proporcionalmente, têm-se uma matéria sobre o assunto a cada 257,4 noticiadas. No tocante às abordagens do tema, das 24 matérias, oito tocaram em questões relativas à comunidade gay abertamente, enquanto 16 desse total deixaram o tema subentendido –

¹⁷ Laudas que reúnem informações para que o/a repórter faça a reportagem na rua (roteiro). Previsão dos assuntos de interesse jornalístico.

¹⁸ A política predeterminada pela direção do veículo de comunicação ou pela diretoria da empresa que determina a lógica pela qual a empresa jornalística enxerga o mundo; ela indica seus valores, aponta seus paradigmas e influencia decisivamente na construção de sua mensagem (PENA, 2005).

ainda assim foram incluídas em nossa análise –, principalmente os fatos que envolviam, como já foi mencionado, conjunturas relacionadas à religião.

Quadro 4: proporção de notícias exibidas no JN para o n° de matérias sobre o tema LGBTTTI

Proporção	
01 matéria a cada 13 telejornais (19,8 matéria cada) = 1 matéria a cada 257,4 apresentadas	
Referência direta	Referência indireta
08 matérias	16 matérias

Fonte: dados coletados pelo autor

Definimos agora se a população LGBTTTI ganha voz (representação) e se tem lugar de fala nas entrevistas/reportagens. Para um melhor entendimento, esta parte da avaliação diz respeito especialmente às matérias que fazem referência direta ao assunto. Assim sendo, das oito matérias que apresentam o tema aqui em questão, três dão voz aos/as homossexuais ao serem entrevistados/as. Nas outras cinco, não houve visibilidade, mesmo a notícia estando diretamente relacionada a assuntos pertinentes a comunidade gay. O protagonismo das histórias narradas pelo jornal fica (comumente) restrito ao/a repórter, mesmo nas três matérias que deram voz. As outras 16 que fazem referência indireta ao tema, não agenciaram espaços de fala aos/as LGBTTTI.

Vale ressaltar que, entre as notícias que fizeram analogia direta, uma nota coberta que falava sobre o caso do Judeu ultra-ortodoxo que esfaqueou seis pessoas na Parada Gay de Jerusalém, foi a única matéria do ano estudado que publicou uma informação relacionada à violência e discriminação e, ainda assim, foi somente um nota coberta cujo protagonismo ficou limitado ao âncora¹⁹ do telejornal, que lia o texto enquanto imagens do ataque eram transmitidas. Desse modo, três das oito reportagens consideradas nesta etapa, proporcionaram voz e espaço.

Quadro 5: número de matérias que dão (e as que não) voz as/as LGBTTTI no JN

Tem voz	Não tem voz
03 matérias	05 matérias

Fonte: dados coletados pelo autor

¹⁹ Termo utilizado para designar o (a) apresentador (a) dos jornais televisivos.

O mapeamento das fontes de informação presentes nas coberturas noticiosas no Jornal Nacional demonstrou – entre os/as agentes enunciadore/as do discurso sobre a população LGBTTTI – um baixo número de indivíduos que se nomeiam com identidades sexuais-gênero diferentes dos padrões heteronormativos. Observamos que a pouca visibilidade das pessoas LGBTTTI no telejornal relaciona-se com dois motivos centrais: o primeiro diz respeito à avaliada falta de comprometimento editorial e ideológico com as pautas sobre a população gay, como os números visitados anteriormente tem afiançado. O segundo, por sua vez, manifesta-se no caráter conservador da emissora, que influi diretamente no conteúdo jornalístico por ela produzido.

Em um universo de 6224 matérias exibidas pelo JN em 2015, levando em consideração o cenário atual e recente do movimento gay e suas petições nos debates públicos, apenas 24 serem respeitantes ao tema, significa, de forma quase declaratória, o não interesse do principal telejornal (em números de audiência) do país em não referir as demandas LGBTTTI – sejam questões sociais, políticas, ou de violência. O número de fontes quantificadas nas 24 matérias foi de 55 pessoas, distribuídas em diferentes funções e espaços sociais. Desse total, somente nove eram autodeclaradas homossexuais, figurando apenas 16% dos/das entrevistados/as, como apresentamos no quadro a seguir.

Quadro 6: tipos de fontes no JN

Tipos de Fonte	N°	%
Outros	19 fontes	34%
Igreja	12 fontes	22%
Pessoas LGBTTTI	09 fontes	16%
Executivo	07 fontes	13%
Cartório	04 fontes	07%
Legislativo	01 fonte	02%
Judiciário	01 fonte	02%
Esporte	01 fonte	02%
Comércio	01 fonte	02%
Número total de fontes	55	100%

Fonte: dados coletados pelo autor

Importante mencionar que os dados também apontam para um número maior de matérias negativas do que positivas. Consideramos esse quadro após avaliar o conteúdo de cada uma das reportagens separadamente de acordo com as noções de direitos humanos e

de representação apanhadas nos primeiros quatro capítulos desta pesquisa. Dito isto, concluímos que 19 (71%) das matérias assumiram uma dinâmica negativa, seja pela sub-representação atribuída nos discursos, reforços indiretos de preconceitos, o não aprofundamento na questão ou simplesmente pela falta de conhecimento sobre o assunto tratado. Nesse sentido, é preciso sobrelevar que no discernimento “negativo”, incluímos não somente as matérias trabalhadas pelos/as repórteres como também a cabeça²⁰ lida pelos/as âncoras, por entendermos que a análise precisaria ser feita no telejornal como um todo.

Consequentemente ao exposto, cinco (29%) das matérias tiveram mensagens e representações promovidas positivamente, com destaque para uma reportagem com duração de dois minutos e meio – considerada longa já que a média do JN é de um minuto e meio – sobre o caso de uma criança, filha de um casal homoafetivo, portadora de uma doença incomum e precisava de um transplante de medula óssea para ter possibilidade de cura. Apesar dessa matéria não estar especificamente vinculada com o tema da pesquisa, optamos por avaliá-la, também, porque representa uma relação não “normativa” de forma naturalizada, sem estereótipos. Neste caso específico – em regra de exceção – o Jornal Nacional agendou espaço para que os pais pedissem ajuda para o filho, configurando uma ação inclusiva e cidadã.

6.1.1 Análise das matérias do Jornal Nacional

Completo o demonstrativo dos dados, descrevemos agora um exame mais meticuloso das matérias selecionadas. Para tanto, relacionaremos – de um modo geral – os resultados com o suporte bibliográfico já desenvolvido. Assim sendo, considerando a estruturação do mapa de codificação dos elementos textuais, elegemos um referencial que buscasse acolher a questão fundamental desta pesquisa: como a população LGBTTTI é representada (ou não) pelo telejornalismo. Dessa forma, determinamos como base de compilação todos os mecanismos descritivos, bem como as terminologias que nomeiem as pessoas LGBTTTI no discurso jornalístico analisado, incluindo as variáveis e as caracterizações dos/das personagens nas matérias. Investigamos, também, como as

²⁰ Texto lido pelo (a) apresentador (a) para "chamar" a reportagem. É a introdução do assunto antes da entrada do VT.

identidades aqui compreendidas são apresentadas pelas histórias transmitidas no Jornal Nacional.

Com relação ao cenário dos elementos audiovisuais e sua concernente codificação, levamos em importância os ambientes e contextos sob os quais as narrativas acontecem, além de minuciar descritivamente as histórias avaliadas nesse processo, englobando os movimentos de câmera realizados pelos/as cinegrafistas, os planos sonoros, a iluminação entre outras perspectivas, objetivando identificar como esses mecanismos colaboram com a construção dos espaços e conceitos coletivos – frequentemente – outorgados às identidades LGBTTTI. A seguir, faremos a análise qualitativa das matérias selecionadas, são elas:

Quadro 7: matérias selecionadas para análise qualitativa

Data	Matérias selecionadas	Tempo	Temática
31/03/2015	Lei de liberdade religiosa recebe críticas nos Estados Unidos	2m15s	Religião
23/05/2015	Irlanda se torna o primeiro país a aprovar em um referendo o casamento homossexual	1m45s	Direitos Civis
06/06/2015	Turistas Invadem a maior metrópole do país durante feriadão	1m48s	Outros
26/06/2015	Suprema Corte dos EUA aprova o casamento gay em todo país	2m07s	Direitos Civis
03/09/2015	Escrivã que se recusou a casar dois gays é presa nos Estados Unidos	2m25s	Direitos Civis

Fonte: dados coletados pelo autor

Terça-feira, 31/03/2015 - Lei de liberdade religiosa recebe críticas nos Estados Unidos.

O apresentador do jornal, William Bonner, chama a reportagem falando sobre uma lei – recentemente aprovada – que entrou em vigor no estado de Indiana e provocou um intenso debate nos EUA. Bonner afirma que os críticos asseguram que a lei se aproveitaria do argumento “liberdade religiosa” como justificativa para discriminar os/as homossexuais, são 14 segundos de fala do âncora antes da matéria ser transmitida. Como fontes de informação, a reportagem traz a opinião (sem entrevistar) de pessoas importantes – segundo a fala do correspondente – sobre o assunto, como a Ex-secretária de Estado Hillary Clinton e o presidente da Apple, Tim Cook, ambos se posicionando de modo contrário a lei.

A matéria tem início com um texto *off*²¹ do enviado (Hélter Duarte), introduzindo o assunto enquanto imagens do governador, Mike Pence, fazendo a foto oficial da assinatura do decreto na presença de líderes de várias religiões, eram exibidas. O repórter conclui a abertura com a seguinte frase: “a chamada restauração da liberdade religiosa, permite que comerciantes de Indiana usem a religião como desculpa para não vender, ou prestar serviço a alguém”. Dessa forma, foi interpretada como uma autorização jurídica para que os/as homossexuais sejam discriminados/as no estado de Indiana.

A maior parte dos 2m15s da notícia é construída através de VT²² que exhibe imagens enquanto o repórter narra os eventos vinculados a pauta, como cenas de protestos de movimentos sociais contra a regulamentação e imagens de políticos comentando a repercussão do caso. A reportagem passa a se concentrar em como a polêmica iniciou uma série de prejuízos financeiros para Indiana, na sequência: “o Estado já começa a ter prejuízo econômico. Grandes empresas congelaram milhões de dólares em investimentos”, o repórter revela que as prefeituras de São Francisco, Sieron e Portland proibiram que funcionários públicos, em trabalho, façam viagem para Indiana assim como os governos de Connecticut e Washington fizeram o mesmo e apresenta, também, a fala de Dan Malloy, governador de Connecticut, afirmando que “a liberdade religiosa já é protegida pela constituição americana”.

No VT subsequente, o porta-voz da Casa Branca, Josh Earnest, explica que, apesar de dezenove estados americanos terem leis próprias de liberdade religiosa, nenhuma delas é tão aberta a ponto de permitir formas de discriminação. Para finalizar, o repórter aparece pela primeira vez, em plano médio²³, perpetrando uma passagem²⁴ que tem como destaque o comunicado do autor da lei, o governador Mike Pence, informando em entrevista coletiva que não esperava uma reação contrária da sociedade, razão pela qual vai propor mudanças deixando claro que a lei não dá a nenhum comerciante o direito de discriminar, em suas

²¹ Texto desenvolvido pelo/a repórter. Ou, informação confidencial (*Off the records*).

²² Sigla para "vídeo tape". Usado também como termo substituto de reportagem, matéria.

²³ Mostra um trecho de um ambiente, em geral com pelo menos um personagem em quadro, onde a câmera está a uma distância média do objeto, de modo que ele ocupa uma parte considerável do ambiente, mas ainda tem espaço à sua volta. É um plano de posicionamento da cintura para cima.

²⁴ Quando o/a repórter aparece na reportagem de TV. É, utilizada, geralmente, no meio da matéria para destacar a presença do/a repórter no local onde se desenrola o fato.

palavras “quem quer que seja”. De volta ao apresentador, Bonner (em nota-pé²⁵) comenta que no mesmo dia, uma lei semelhante foi aprovada no estado do Arkansas – a reportagem segue o padrão básico da informação e procura focalizar através da narrativa um tema de ordem factual²⁶.

Como podemos observar na análise, a expressão “homossexuais” foi pronunciada apenas uma vez, na cabeça – introdução dos VT’s – lida pelo apresentador ao chamar a matéria. Quando levamos em conta que a lei em questão está diretamente relacionada com a violação dos direitos das pessoas LGBTTTI, regulamentando a discriminação alicerçada em argumentos de natureza religiosa, a reportagem não proporcionou voz aos/as principais prejudicados, ao oposto disso, orientou – principalmente – a narrativa sob a perspectiva financeira, ao dar maior visibilidade aos prejuízos econômicos, do quê ao retrocesso histórico social representado pela aprovação de uma norma com características discriminatórias.

Como já destacamos, o personagem protagonista da matéria é o discurso jornalístico exercido pelo repórter – basicamente a única voz com espaço no jornal no tocante ao assunto em debate – em meio a gotas discursivas de sujeitos da agenda política. À vista disso, destacamos o off: “mas a alegria da foto oficial logo se transformou em tormenta” e, em seguida a isso, ocorre a entrada de um VT com cenas de protestos do movimento gay contra a regulamentação da lei. Consideramos essa sequência como uma atribuição indireta de sentidos vinculados a pessoas LGBTTTI, em razão do termo “tormenta”.

Sábado, 23/05/2015 - Irlanda se torna o primeiro país a aprovar em um referendo o casamento homossexual.

Sob o comando do apresentador substituto, Evaristo Costa, o Jornal Nacional traz uma reportagem sobre a Irlanda ter se tornado o primeiro país do mundo a aprovar, em um referendo, o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Na chamada, o âncora diz “casais homossexuais passam a ser reconhecidos pela constituição como uma família e vão ter

²⁵ É a finalização da reportagem, em um texto curto, lido pelo/a apresentador/a.

²⁶ Hierarquização das informações como procedimento inerente à atividade jornalística cotidiana. Desde o momento da escolha dos assuntos que vão, ou não, virar notícias, até a distribuição, das reportagens que foram feitas, no produto final. Os/as jornalistas tomam essas decisões por meio dos chamados valores-notícia, que, a grosso modo, são critérios de relevância das informações disponíveis (PAES, 2007).

deveres e direitos iguais aos heterossexuais”. O responsável pela matéria foi o correspondente Roberto Kovalick que buscou como fontes de informação pessoas que assistiam a contagem dos votos do referendo e representantes – de modo indireto – da Igreja Católica como Diarmuid Martin, arcebispo de Dublin.

O off inicial “o que estava em jogo era uma decisão histórica. Todo mundo já sabia o resultado, o que não diminuiu o tamanho da festa quando foi anunciado que 62% dos eleitores aprovaram o casamento gay” enquanto o VT da comemoração do resultado era transmitido. Em seguida, o repórter afirma que a decisão foi clara e muito significativa num país considerado conservador e onde, há apenas 22 anos, relações homossexuais deixaram de ser consideradas um crime. Aos 40 segundos, aparece a primeira sonora²⁷: “foi uma longa luta”, dita pelo ativista, Tim Hayes, que se dedicou – de acordo Kovalick – a fazer campanha pelo sim depois que o companheiro dele faleceu.

No VT subsequente à sonora do ativista, continua-se exibindo as diversas celebrações dos/das irlandeses/as, enquanto o corresponde explica que há mais de cinco anos, o governo já havia autorizado a união civil entre pessoas do mesmo sexo, mas, com o resultado da consulta, será introduzida emenda na constituição que diz: “Casamentos devem ser contraídos por lei por duas pessoas sem nenhuma distinção de sexo”. Localizado aos 1m13s, na segunda (e última) sonora da reportagem: “É um dia que inclui todo mundo, um dos mais felizes da minha vida”, narra uma irlandesa.

Em um novo momento, o foco da pauta concentra-se na posição da Igreja Católica, que é muito forte no país, conforme expressou o repórter. Todavia se manteve relativamente fora da disputa, apesar de alguns grupos religiosos terem feito campanha pelo “não”. A matéria termina com uma passagem do repórter na cidade de Londres, narrando à declaração do arcebispo de Dublin: “Diarmuid Martin, declarou que o resultado é uma clara afirmação do ponto de vista dos jovens e que a Igreja agora tem um grande desafio pela frente. Ele disse que admira como os gays e lésbicas se sentem hoje e que a decisão é uma revolução social”.

Do total de 1m45s, boa parte da matéria foi construída – visualmente – por tomadas (conjunto de cenas) abertas do local onde o resultado do referendo se tornou conhecido, as

²⁷ Termo técnico que significa entrevista.

imagens apresentavam o espaço lotado de pessoas favoráveis ao “sim” e os seguimentos da militância LGBT. O discurso do repórter foi coerente e satisfatório do ponto de vista informativo e não observamos contrapontos na narrativa como na anterior. O número de fontes que tiveram voz na reportagem foi restrito, com apenas uma sonora curta de um homem autodeclarado homossexual. O destaque maior foi concedido à singularidade do fato da Irlanda ser a primeira nação a aprovar casamento homoafetivo através da participação popular, denotando uma “preferência editorial” do telejornal, onde a sub-representação das questões relacionadas à população LGBTTTTI é latente.

Nessa concepção, em nossa análise, percebemos que do ponto de vista social e representativo que são próprios do jornalismo, o JN recua diante das demandas que estão na contramão do conservadorismo homogêneo. Durante o período de coleta de dados, não quantificamos nenhuma matéria no telejornal que iluminasse seu posicionamento em relação à homofobia e seus (des)dobramentos, por exemplo. Como é aparente na matéria em questão, o Jornal Nacional agenda seu conteúdo referente ao tema alicerçado nas agências reguladoras – a ciência, a justiça, a religião e o governo –, legitimando, de modo estratégico, seu discurso sobre as reivindicações LGBTTTTI protegido por essas instituições e contento, dessa maneira, seu próprio comprometimento.

Sábado, 06/06/2015 - Turistas Invadem a maior metrópole do país durante feriadão.

A apresentadora chama a próxima matéria anunciando: “a maior metrópole do país está cheia de turistas. E a Parada Gay, no domingo, é uma das principais atrações. Mas a cidade tem opção para todo tipo de público”. A reportagem traz como tema a Parada Gay de São Paulo – que aconteceria no dia (07/06/2015) seguinte a veiculação do registro –, como uma das principais atrações da capital paulista, porém sublinha que a cidade também oferece outras alternativas para os turistas, como museus, baladas, shows, bares e restaurantes que fazem sucesso. A matéria entrevistou diversas pessoas em ambientes públicos, sendo assinada pela repórter Carla Modena, responsável pelas principais sequências discursivas.

O posicionamento da câmera feito pelo cinegrafista visa capturar uma sequência de tomadas (cenas) que mostram a atmosfera de movimento da Avenida Paulista. Geralmente, os ângulos são feitos em plano médio, isto é, todos/as que participam da matéria aparecem

da cintura para cima no vídeo. A matéria usa como cenário externo a Avenida Paulista, iniciando com um VT de um grupo diverso de pessoas caminhando por ela. Na sequência, entra uma sonora de Rafael Rodrigues (técnico em eletromecânica), que declarou: “se você vem pra comércio, você consegue, se você vem para balada você consegue. Se quiser paquerar, você consegue. Então dependendo do foco tem muita coisa boa”, reforçando a chamada da matéria. Entra o off “nem a fila pra ver a exposição de Pablo Picasso, desanimou a turista”, enquanto um VT de uma longa fila ia ao ar, na volta, uma sonora da turista mencionada pela repórter conta “três horas e a gente tá quase entrando. Olha que sucesso...”.

Em contínuo, Modena aparece na primeira passagem narrando que “a fama da cidade vai longe e os turistas chegam para conhecer o agito de São Paulo. Museus, balada, shows, bares, restaurantes, tudo isso faz sucesso. Mas no domingo (7) a estrela da festa vai ser a Avenida Paulista”, e entra uma sequência de sonoras “olha, o que chega ao Nordeste é que a gente pode esperar a maior parada do Brasil”, diz Valdécio Junior (assistente social). Em seguida, Maria da Costa (professora) declara “eu vim preparada, pra parada e pra tudo, para o que der e vier”. Em um outro momento, a reportagem concentra-se no impacto econômico que o evento causará na cidade, descrevendo que os/as comerciantes da 25 de Março²⁸ não reclamaram do aperto e os hotéis estão com cerca de 90% da capacidade ocupada. Na volta das tomadas dos planos abertos²⁹ que se ajustavam com narrativa anterior, entra a sonora de Regiane Pratti (empresária), afirmando que “aumentou uns 40%, deu uma bela de uma aumentada” na lotação. A enviada finaliza a reportagem de 1:48, com um pergunta retórica aos/as telespectadores/as: “com tanta gente e tanta coisa pra fazer você acha que o gringo pensa em dormir?”, em resposta, “o gringo” diz que não.

Em um primeiro olhar, o que ficou claro na matéria foi a abordagem da repórter, que informou de forma secundária um importante e histórico evento político-cultural da comunidade gay no combate às formas de preconceito/discriminação. Aparentemente, não há problemas de ordem discursiva na reportagem. Todavia, entendemos que não houve

²⁸ Localizada na cidade de São Paulo-SP, é considerada o maior centro comercial do Brasil e um dos mais movimentados centros de compras varejistas e atacadistas da América Latina.

²⁹ É um plano onde câmera está distante do objeto filmado, mostrando - dessa maneira - uma paisagem ou um cenário completo.

representação, nem espaços de falas para pessoas de dentro do movimento protagonizarem – ironicamente – em uma matéria cujo “gancho” central era a Parada do Orgulho LGBT. Em síntese, as demandas e debates que deveriam integrar o corpo da notícia, foram desligadas da cena narrativa, banalizando a Parada Gay simplesmente como evento festivo/turístico que causa impacto positivo para o comércio da cidade de São Paulo.

Ressalta-se que o protagonismo da repórter foi menor ao passo em que o número de fontes foi maior. Entretanto, inexistiram fontes que representassem a essência da pauta em questão, nem aprofundamento da dinâmica significativa da Parada Gay, enquanto ato de contravenção normativa. A abordagem narrativa deveria esclarecer e ceder parte do agendamento para as reivindicações requeridas pelo evento. O problema que consideramos pertinente para destacar na matéria caracteriza-se pela insistência em mostrar a parada LGBTTTI apenas como fenômeno turístico quando, na verdade, não é apenas isso. Partindo desse pressuposto, quando um veículo estrutura/prodiz uma notícia baseado em equívocos discursivos e simbólicos, faz-se emergir espaços de construção de estereótipos. Nesse sentido e retomando as concepções de Biroli (2011), entendemos que o fato dos meios de comunicação colocarem em curso um grande fluxo de informações, não significa necessariamente que eles (os meios) podem se afirmar como potencializadores dos cenários plurais da cultura, ou das representações da vida social.

Sexta-feira, 26/06/2015 - Suprema Corte dos EUA aprova o casamento gay em todo país.

Com apresentação de Renata Vasconcelos e William Bonner, o Jornal Nacional trouxe uma reportagem sobre a decisão da Suprema Corte americana – *SCOTUS* em inglês – de legalizar a união civil homoafetiva no país. Renata Vasconcelos lê a cabeça: “a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu hoje que a constituição americana garante às pessoas do mesmo sexo o direito de se casar”. A matéria foi realizada pelo repórter Luís Fernando Silva Pinto que narrou as repercussões da determinação nos EUA.

A matéria começa com um off: “a comemoração começou assim que a decisão foi anunciada. Por cinco votos a quatro, o casamento gay foi legalizado nos 50 estados americanos”. Logo depois, o enviado surge em sua primeira passagem (aos 22 segundos) em meio à comemoração e descreve que, apesar dos votos apertados, a *SCOTUS* sentenciou que “não pode haver exceção. Duas pessoas do mesmo sexo tem o direito de se casarem em

todo o território nacional e não apenas nos 36 estados e aqui no distrito federal, onde isso já era permitido". No VT seguinte, o repórter apresenta o casal Courtney e Megan celebrando a sentença. As duas se casaram em Washington em 2014 e na continuação, Courtney diz "agora, isso é oficial no país inteiro". No momento seguinte, a segunda sonora "a decisão não favorece apenas os gays, é uma questão de direitos humanos. Essa é uma grande vitória para a igualdade", pronunciada por Ned, que também estava comemorando.

No segundo momento da reportagem, o foco centraliza-se sobre a sentença do juiz Anthony Kennedy, que declarou "a comunidade gay não buscou esse direito para atacar o casamento tradicional, mas sim para valorizar a união mais importante que existe entre duas pessoas" e, em sequência, a do presidente Barack Obama: "a decisão comprova o que já era uma convicção para milhões de cidadãos: quando a lei trata todos de uma forma igual, todos são mais livres". A matéria é finalizada destacando o caso de Jim Obergefell, representante da ação que levou a determinação máxima da Suprema Corte: "no início, Jim Obergefell queria apenas aparecer como 'marido' no atestado de óbito de John, seu parceiro de mais de 20 anos. Nesta sexta (26), ele ajudou a mudar a história do país", enquanto tomadas da entrevista que Obergefell concedeu a uma TV americana eram exibidas.

A reportagem é realizada em um ritmo acelerado e objetivo, com sonoras curtas e VT's igualmente rápidos. O protagonismo da narrativa, mais uma vez, ficou restrito ao discurso do repórter, em tom de relatório: neutro e direto. Foram entrevistadas quatro pessoas autodeclaradas gays ou lésbicas, no entanto, nos 2m07s do total da matéria, somaram 17 segundos de sonora – espaço de fala – quando integradas. Considerando que a reportagem seguiu o padrão básico de informação factual (sem maiores aprofundamentos no tema tratado), destacamos um aumento significativo no número de entrevistados/as gays, assim sendo, simbolizou uma maior visibilidade das pessoas LGBTTTI em termos quantitativos na matéria aqui em discussão, com sonoras interessantes se julgarmos sob a perspectiva dos discursos inclusivos, como a fala – apesar de ser breve – do ativista Ned, que ratificou que a decisão da Suprema Corte não se limita apenas à comunidade gay, mas sim beneficia a sociedade como um todo por ser uma questão de direitos, de direitos humanos.

Como já mencionamos, em praticamente todas as matérias identificadas em nossa pesquisa, o JN se ampara nas "grandes" instituições para ancorar suas falas. Nesta

reportagem, é compreensivo, pois se trata em um sentido macro, de uma determinação jurídica. Entretanto, a opção em noticiar (com ênfase) a posição do presidente americano – representado o governo – reforça nossa tese.

Já no que concerne o título da reportagem: “Suprema Corte dos EUA aprova o casamento gay em todo país” encontramos algumas variáveis nocivas do ponto de vista discursivo. Acentuamos que a nomeação “casamento gay” é equivocada e demonstra falta de conhecimento sobre o tema, além de (in)visibilizar as outras identidades incluídas no guarda-chuva LGBTTTI. Conforme essa perspectiva, o que percebemos é que a identificação “gay” possui uma predominância sobre as demais na cobertura do Jornal Nacional. De acordo com Carvalho e Souza (2008), isso se deve ao uso recorrente do termo gay como expressão genérica para todas as demais identidades, vistas como “miniaturas” das identidades LGBTTTI. À vista disso, em nossa análise, percebemos – consequentemente – uma maior visibilidade da homossexualidade masculina em relação às demais.

Quinta-feira, 03/09/2015 - Escrivã que se recusou a casar dois gays é presa nos Estados Unidos.

A reportagem aborda o caso da escritora americana que foi presa por se negar a casar um casal por motivos de ordem religiosa. Ao ler a cabeça da matéria, William Bonner diz: “uma escritora do estado americano do Kentucky foi presa nesta quinta-feira (3) por descumprir uma decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos que regulamenta o casamento entre pessoas do mesmo sexo”. A história é contada pela repórter Sandra Coutinho. Um fato que chamou atenção nesta matéria em específico foi o desdobramento do caso, o JN produziu mais quatro suítes³⁰ pertinentes ao caso, sendo três ainda no mês de setembro e uma em outubro.

A matéria começa com um VT com imagens da escritora sob a narrativa da repórter: “na hora do ‘sim’, ela disse ‘não’”. Kim Davis foi detida por se recusar a emitir certidões de casamento para casais do mesmo sexo. O juiz disse que as convicções pessoais não podem estar acima da lei”. No momento seguinte, ainda sob efeito do mesmo VT, a enviada explica que a escritora alegou que o casamento gay não é reconhecido por Deus e que o caso só

³⁰ Reportagem extra de um acontecimento. Uma atualização de um fato nos dias seguintes: são as notícias que se desenrolam a partir de novos fatos sobre o assunto.

ganhou destaque, depois que ela discutiu com um casal homoafetivo que tentavam se casar. Em seguida, um novo off com trechos da discussão: “não estou fazendo certidões de casamento hoje” (Kim Davis); “sob que autoridade?” (David, o noivo); “sob autoridade de Deus” (Kim Davis). Localizada aos 50 segundos, a enviada aparece na primeira passagem da matéria e narra que nos Estados Unidos, a certidão de casamento é feita por funcionários públicos ligados ao sistema judiciário e na cidade onde Kim Davis trabalha, a escritã – ou escrivão – são eleitos/os por voto popular e, por este motivo, só podem ser retirado do cargo por um processo de *impeachment*.

Após a passagem, o VT traz, dessa vez, mais os dois noivos no cartório em meio a manifestantes contrários à decisão da escritã e a repórter narra que tem gente que acha que a convicção religiosa de Kim não combina com a vida que ela leva – a tabeliã está no quarto casamento – e entra a primeira sonora “ela já se divorciou três vezes. Nós estamos juntos há vinte anos”, afirmou um dos noivos. A matéria corta para VT’s reciclados da reportagem sobre a legitimação do casamento homoafetivo nos EUA (em junho) e entra mais um off: “Há dois meses, a Suprema Corte legalizou o casamento gay nos 50 estados americanos. Mas Kim nunca assinou uma única certidão de dois noivos ou duas noivas. Ela entrou na Justiça - e perdeu. Recorreu - e agora foi parar na prisão”.

Em um segundo momento da reportagem, o foco direciona-se para as manifestações de apoio a decisão da Kim Davis “escrivães do Alabama e do Texas também têm usado a religião para descumprir a lei. Protestos e manifestações de apoio chegam de vários estados”. Entra a segunda sonora “ela é uma heroína que desafia a Justiça pra cumprir a palavra de Deus”, diz uma manifestante de Ohio, a matéria termina com a terceira sonora, dessa vez de uma ativista do estado de Kentucky: “você não escolhe quem ama. Casar é um direito do ser humano”. De volta à bancada do jornal, William Bonner comenta que cinco escrivães que trabalham com Kim vão emitir as certidões de casamento pra todos os casais enquanto ela estiver presa.

Nesta matéria, foram entrevistadas diretamente três pessoas, das quais duas eram a favor dos direitos LGBTTTI e uma contra, além de reproduzir as declarações da personagem em evidência, Kim Davis. Observamos que nessa matéria, não houve protagonismos, Sandra Continho articulou o conjunto de elementos discursivos sem (des)valorização do tema/fato

abordado. Por outro lado, frisamos que no trecho em que a repórter diz: “tem gente que acha que a convicção religiosa de Kim não combina com a vida que ela leva – a escritã está no quarto casamento”, entendemos como uma reprodução do discurso machista por considerarmos que não seria necessário atribuir a escritã a quantidade de vezes que ela se casou, porque além de ser um assunto da esfera privada, não acrescentou no conteúdo da matéria nem no debate informativo em questão.

Uma vez mais, a matéria exibida pelo Jornal Nacional adotou o modelo básico de informação factual. Diante disso, durante a coleta de dados da pesquisa, podemos observar que, no que diz respeito aos eventos noticiados pelo telejornal, identificamos uma ampla desproporção entre a quantidade de reportagens programadas e matérias factuais. A maior parte dos dados mapeados revelam que a grande maioria das reportagens são produzidas a partir de acontecimentos factuais, delatando a não existência de pautas particulares, no JN, para as discursões relativas à comunidade LGBTTTI. Dessa forma, informações importantes como o dia Mundial de Combate à Homofobia e eventos como as Paradas de Orgulho LGBT, ganham menos destaque do que os eventos do cotidiano – os não esperados.

6.2 Síntese das matérias do Repórter Brasil

Finalizado a primeira etapa do demonstrativo dos dados da pesquisa referente ao Jornal Nacional, apresentamos agora o segundo momento com os números obtidos no tempo de acompanhamento do Repórter Brasil. O período de coleta esteve compreendido entre os dias 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015. Nesse intervalo, o RB começava às 21h20 e encerrava às 22h00. Iniciamos o levantamento – através do site do telejornal³¹ – em fevereiro de 2016, completando 34 dias de coleta com 284 edições analisadas, o que resultou em 5909 matérias quantificadas. Desse total, identificamos 72 matérias relacionadas com a população LGBTTTI, sendo 16 notas cobertas, 50 reportagens, cinco entrevistas de estúdio e uma matéria especial³². Como a duração média do RB, eliminando o tempo dos intervalos e vinhetas³³, é de 41 minutos e 50 segundos, significa que, em 2015, o telejornal destinou 1,21% do seu espaço noticioso ao tema de nossa análise. Distribuindo o número total de matérias por semestre, o primeiro exibiu 39 e o segundo transmitiu 33.

Quadro 8: número geral de dados quantificados no RB

Números Gerais	N°
Quantidade de edições analisadas	284
Quantidade de matérias analisadas	5909
Quantidade de matérias com fluxo	72

Fonte: dados coletados pelo autor

Avançando, mapeamos quais demandas relacionadas aos/as LGBTTTI mantiveram maior fluxo de notícias no Repórter Brasil no período analisado. Dessa forma, identificamos que as matérias sobre os direitos civis da comunidade gay foram as que apresentaram o maior percentual, com 24 reportagens que pautaram o assunto. Em seguida, cidadania e temas diversos tiveram 13 matérias respectivamente. Violência e discriminação exibiram

³¹ Site oficial do Repórter Brasil – Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil>>.

³² Tipo de matéria que trata de um ou mais temas em profundidade. Pode ser matéria única ou uma série. Geralmente é produzida com música, BG e outros efeitos sonoros.

³³ Vídeos-arte acompanhados por uma trilha sonora com curta duração de tempo (segundos). Exemplo: abertura do telejornal; abertura de quadros dentro do telejornal.

dez; políticas públicas, cinco, enquanto religião, direitos humanos e política nacional apresentaram duas de cada seguimento e – por fim – turismo com uma.

Diante desse quadro, quando fazemos uma breve comparação com os números do Jornal Nacional, observamos um aumento considerável no agendamento de reportagens sobre os direitos e cidadania da população LGBTTTI no telejornal da TV Brasil, ao mesmo tempo em que o fluxo sobre o assunto religião, tema com maior cobertura no JN, caiu drasticamente se comparados os dois telejornais. Fato que evidencia as diferenças entre os discursos jornalísticos das duas emissoras. Reforçando essa premissa, Brito (2013) pondera sobre as discussões contemporâneas a respeito das subcategorias jornalísticas ao afirmar que essa fragmentação vem – ao longo dos anos – migrando para um debate ainda maior, no qual a “instituição jornalismo” ocupa um papel decisivo na democratização da comunicação, estabelecendo-se como o principal elo entre os veículos de comunicação em massa privados e o desenvolvimento da mídia pública nacional – cenário representado pela TV Brasil e Rede Globo.

Quadro 9: números de matérias por tema abordado

Número de matérias por agenda		%
Direitos Civis	24 agendamentos	33%
Cidadania LGBTTTI	13 agendamentos	18%
Outros	13 agendamentos	18%
Violência/discriminação	10 agendamentos	14%
Políticas Públicas	05 agendamentos	07%
Religião	02 agendamentos	03%
Direitos Humanos	02 agendamentos	03%
Política Nacional	02 agendamentos	03%
Turismo	01 agendamento	01%

Fonte: dados coletados pelo autor

Em análise, verificamos em um primeiro momento, que o Repórter Brasil além priorizar notícias vinculadas aos direitos civis e cidadania, também assume uma política editorial na qual as pautas nacionais ganham mais evidência e, por conseguinte, maior destaque. Do total de 72 matérias identificadas, 53 (74%) matérias abordaram acontecimentos – que mantinham relação com o tema pesquisado – nacionais, o que não significou deixar de noticiar os eventos internacionais que somaram 19 reportagens (26%) exibidas em 2015, como mostra o quadro 10. Todavia, ao examinar especificamente a

cobertura internacional, percebemos que o RB, em detrimento da limitação estrutural e tecnológica da própria emissora, apresenta um refreamento nos processos de produção das matérias estudadas. Isso ocorre porque, para fugir da rotina factual e desenvolver um melhor aprofundamento dos assuntos tratados, é preciso que o noticiário disponibilize equipes de produção³⁴ em pontos estratégicos do globo, assim como as grandes emissoras privadas fazem. Entretanto, a TV Brasil, por ser um veículo público, não pode operar junto ao mercado publicitário para fins lucrativos, o resultado dessa restrição aparece no telejornal quando observamos a cobertura dos eventos internacionais.

Já com relação à cobertura nacional, o noticiário consegue exercer um jornalismo plural e inclusivo, com destaque para as matérias regionais que concedem espaço e visibilizam, por exemplo, as paradas gays estaduais, eventos políticos, seminários de formação sobre sexualidade e gênero, além de abrir espaços para histórias de superação e responsabilidade social. Narrativas essas que, de um modo geral, não gozam de repercussão no agendamento habitual da grande mídia. Segundo o site da EBC, essas reportagens nascem do compromisso que a empresa mantém com o jornalismo público – “agenda cidadã” – e são realizadas, principalmente, através da contribuição das emissoras parceiras.

Quadro 10: número de matéria por agendamento

Número de matérias	Agendamento	%
00 matérias	Locais	00%
16 matérias	Regionais	22%
37 matérias	Internacionais	26%
19 matérias	Nacionais	52%
Total	72	100%

Fonte: dados coletados pelo autor

O número de matérias de uma edição do Repórter Brasil é – em média – 20,8 por dia, incluindo reportagens, notas cobertas e entrevistas, resultando em 124,8 semanais. Diante desse número, localizamos uma matéria para cada 3,9 edições transmitidas, significando que, proporcionalmente, o RB exibiu uma matéria sobre a temática (aqui em questão) a cada

³⁴ São os/as profissionais responsáveis por encontrar personagem e propor encaminhamentos para realização das matérias, auxiliando diretamente o/a repórter na construção da reportagem. A equipe de produção faz a parte prática, indo atrás de tudo o que for necessário para a filmagem como, por exemplo, achar locações adequadas e contactar as fontes.

82,6 noticiadas. No que diz respeito ao *modus operandi*³⁵ na cobertura do tema, das 72 matérias que pautaram assuntos pertinentes à comunidade gay, 57 (%) apresentaram notícias que traziam a população LGBTTTI como assunto principal, enquanto 15 (%) utilizaram a temática como gancho³⁶ secundário, ou subentendido, como verificamos nas duas matérias sobre política nacional que referiram o episódio do então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ter sido vaiado nas Assembleias Legislativas de São Paulo e Rio Grande do Sul – essas notícias trouxeram como frente informativa o escárnio infligido ao ex-presidente da câmara, mas, apesar disso, ambas ressaltaram que os protestos foram organizados e promovidos pelo movimento e associações LGBT.

Quadro 11: proporção de notícias exibidas no RB para o n° de matérias sobre o tema LGBTTTI

Proporção	
01 matéria a cada 3,9 telejornais (20,8 matéria cada) = 1 matéria a cada 82,6 apresentadas	
Referência direta	Referência indireta
57 matérias	15 matérias

Fonte: dados coletados pelo autor

Analisaremos agora se o telejornal proporciona voz e representação à comunidade gay nas entrevistas que compõem as reportagens. Para tanto – assim como procedemos no Jornal Nacional – esta parte da análise considerou apenas as matérias que concederam protagonismo à população LGBTTTI em suas narrativas. Diante disso, observamos que das 57 notícias que fizeram referência direta ao tema pesquisado, 37 deram voz a pessoas autodeclaradas homossexuais. Nas outras 20 matérias aqui em exame, não averiguamos espaços de fala por se tratar de 14 notas – entre cobertas e secas³⁷ – e duas entrevistas do quadro “Pergunta do Dia³⁸”, que tem como objetivo garantir espaço ao cidadão comum dentro do telejornal. Entretanto, em quatro reportagens, não houve visibilidade.

³⁵ É uma expressão em latim que significa "modo de operação", utilizada para designar uma maneira de agir, operar ou executar uma atividade seguindo sempre os mesmos procedimentos.

³⁶ Jargão jornalístico que caracteriza os fatos ou episódios que justifiquem a divulgação de uma matéria. Resume-se a uma escolha: qual a informação que merece maior destaque.

³⁷ Nota sem ilustração, ou imagens. É feita pelo (a) apresentador (a) direto da bancada.

³⁸ Quadro que visa à realização de uma cobertura mais temática do que factual, uma espécie de povo fala que ocorre sempre ao final dos três primeiros blocos. As perguntas geralmente se referem ao

Ainda sobre as notícias que dão voz e trazem pessoas LGBTTTI na sua composição, ressaltamos que um número significativo de mulheres e homens transexuais foram ouvidas/os pelas reportagens, assim como identificamos muitas travestis como personagens centrais de pautas sobre educação – como na matéria sobre um programa que oferece ajuda de custo para travestis e transexuais estudarem no Rio de Janeiro – e enfrentamento à violência transfóbica – como na que apresentou uma pesquisa que indicou que mais de 100 travestis e transexuais são assassinadas todos os anos no Brasil – produzindo, dessa forma, mais um ponto de comparação entre o telejornalismo visto no Jornal Nacional e no Repórter Brasil: enquanto no Jornal Nacional não identificamos representações de pessoas TTTI³⁹, no RB observamos a diversidade de gênero e sexualidade com espaços de fala.

Quadro 12: número de matérias que dão (e as que não) voz as/as LGBTTTI no RB

Tem voz	Não tem voz
37 matérias	20 matérias

Fonte: dados coletados pelo autor

Já com relação ao levantamento quantitativo das fontes de informação presentes na construção do noticiário, identificamos – nas 72 matérias analisadas – 200 agentes enunciativos/as sobre o discurso alusivo à população gay no telejornal. Desse total, 62 (31%) pertencem ao guarda-chuva representativo das identidades LGBTTTI. Em termos comparativos esse número, em relação às outras subdivisões observadas no quadro 13, representa que as pessoas LGBTTTI são os indivíduos com o maior espaço dentro da cobertura aqui em questão. Como já vimos anteriormente, a mídia, de um modo geral, concede seu espaço às camadas dominantes reproduzindo e massificando as opiniões da cultura heteronormativa e, assim sendo, os aparelhos midiáticos passam a funcionar como “silenciadores”, não representando os grupos que não dentro dessa lógica normativa. Todavia, quando acontece uma dinâmica inversa, onde a mídia atua na visibilização desses grupos, ela funciona como agente (trans)formador de realidades.

Nesse cenário, a escolha editorial verificada no RB em representar grupos marginalizados emerge no caráter pluralista da própria emissora que nasceu (dentre outros

tema de uma matéria do dia, o que traz uma dinâmica temática à edição do jornal como um todo (MORAIS, 2011).

³⁹ Travestis, Transexuais, Transgênero e Intersexuais.

motivos) com o propósito de produzir uma comunicação pública onde a diversidade e inclusão fossem contempladas sem as distinções fundamentalistas presentes nos veículos de comunicação privados. À vista disso, observamos que essa supremacia no número de fontes LGBTTTI no jornal relaciona-se diretamente com os processos socioculturais descritos por Sodré (2000) que explicou que – do ponto vista ideológico – quando as “minorias representativas” ganham possibilidade de ter uma “voz ativa” dentro dos mecanismos que formam e constituem a sociedade, há um movimento de intervenção por parte dessas “minorias” que operam na (des)construção de estigmas históricos-culturais atribuídos as suas identidades. Portanto, o papel do jornalismo – ao dar voz ou negá-la; representar ou invisibilizar – é fundamental nesse processo.

Quadro 13: tipos de fontes no RB

Tipos de Fonte	N°	%
Pessoas LGBTTTI	62 fontes	31%
Outros	51 fontes	25,5%
Legislativo	14 fontes	07%
Educação	12 fontes	06%
Associações	12 fontes	06%
Executivo	11 fontes	5,5%
Advogado (a) /OAB	10 fontes	05%
Judiciário	07 fontes	3,5%
ONG's	04 fontes	02%
Artistas	04 fontes	02%
Saúde	03 fontes	1,5%
Comércio	03 fontes	1,5%
Especialista em Psicologia	02 fontes	01%
Especialista em Segurança Pública	01 fonte	0,5%
Igreja	01 fonte	0,5%
ONU	01 fonte	0,5%
Defensoria Pública	01 fonte	0,5%
Cartório	01 fonte	0,5%
Número total de fontes	200 fontes	100%

Fonte: dados coletados pelo autor

Um ponto relevante a ser considerado neste quadro é o número – inteiramente – maior de reportagens mapeadas como positivas) após nossa análise. Por dinâmica positiva entendemos o interesse que o telejornal manifesta em incluir, no seu agendamento habitual, acontecimentos, factuais ou não, sobre as demandas e reivindicações da comunidade LGBTTTI – assumindo um compromisso com os direitos humanos dessas

peessoas –, seja pela representação, o aprofundamentos nos assuntos “tabus” como a Aids, a problematização da importância do nome social, divulgação de políticas públicas para mulheres e homens trans, ou, em exemplo mais simples, o uso correto dos pronomes de acordo com a identidade de gênero das/dos entrevistadas/as, reconhecendo e valorizando suas individualidades. Diante do que foi dito, não identificamos – com relação ao nosso tema de pesquisa –, em nenhuma reportagem, entrevista ou notas aqui examinadas, dinâmicas ou elementos que pudessem ser consideradas negativas, mesmo nas matérias que (como já elucidamos) não deram voz a pessoas LGBTTTI.

Para chegar a essa determinação, antes foi necessário avaliarmos o conteúdo de todas as matérias e seus respectivos elementos textuais e audiovisuais, alinhados ao suporte teórico-reflexivo construído durante esta pesquisa. Dessarte, verificamos que 72 (100%) do total apresentaram uma dinâmica narrativa favorável em relação a nosso tema de estudo, como as informações mencionadas anteriormente tem demonstrado. Dentre as matérias que trazem os/as LGBTTTI como principal assunto, destacamos, a título de exemplo, uma reportagem⁴⁰ que problematizou a importância do uso do nome social no ambiente e nos documentos escolares de alunas travestis e alunas/os transexuais:

O nome [social] é um dos **elementos mais fundamentais** da nossa **identidade**. Você ser obrigada a usar um nome com um **gênero incompatível** com aquele que uma pessoa construiu, se entende e se encaixa no mundo... Coloca ela em uma **condição sub-humana**, afirmou Aline Freitas (ativista trans).

Porém, a matéria explica que, apesar do uso nome social ser importante e positivo, é importante debater, para que somente o uso do nome não encubra a solução do verdadeiro problema: a discriminação infligida a pessoas TTT nos espaços de ensino:

Você não tem o **direito garantido** de ser **reconhecida pelo seu gênero** em todas as instâncias, você tá só usando um paliativo no momento da chamada... O professor depois pra passar na prova, pra passar para uma outra documentação... **Essa pessoa pra utilizar o banheiro**... Se é só um **nome social**, que garantia se tem de que não é um verniz, uma fantasia para não se aceitar o **direitos** das **pessoas transexuais**, indagou Luiza Coppieters (professora de filosofia).

⁴⁰ Desde 2014, alunos travesti e transexuais de SP podem usar nome social em documentos escolares – Repórter Brasil. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/desde-2014-alunos-travesti-e-transexuais-de-sp-podem-usar-nome-social-em>>.

6.2.1 Análise das matérias do Repórter Brasil

Concluído a síntese dos números quantitativos dos dados referentes ao Repórter Brasil – assim como na primeira etapa desta análise –, descreveremos a seguir a análise qualitativa, portanto mais densa das matérias selecionadas no telejornal da TV Brasil. Logo, utilizaremos os mesmo procedimentos de investigação mencionados nas primeiras linhas do tópico 6.1.1. Dessa maneira, estruturaremos nosso mapa de codificação problematizando a linguagem discursiva, elementos textuais e audiovisuais, pretendendo, assim, estabelecer como são construídas as diferenciações dos/das personagens nas matérias, bem como investigar como as identidades da população LGBTTTI são representadas pelo noticiário.

Quadro 14: matérias selecionadas para análise qualitativa

Data	Matérias selecionadas	Tempo	Temática
06/06/2015	Em São Paulo, lésbicas organizam caminhada um dia antes da Parada do Orgulho Gay	1m39s	Outros
13/07/2015	OAB repudia projeto do Estatuto da Família	2m19s	Direitos Civis
25/07/2015	LGBTs precisam entrar na Justiça para garantir direitos	2m40s	Direitos Civis
28/07/2015	Travestis e transexuais frequentam, no RJ, curso preparatório para o Enem	2m54s	Cidadania
10/09/2015	Encontro de especialistas brasileiros e estrangeiros discutiu questões de gênero e sexualidade	2m07s	Cidadania

Fonte: dados coletados pelo autor

Sábado, 06/06/2015 - Em São Paulo, lésbicas organizam caminhada um dia antes da Parada do Orgulho Gay.

Sob o comando de Katiuscia Neri, o telejornal anuncia próxima reportagem cujo destaque é a caminhada promovida pelo coletivo Mulheres Lésbicas e Bissexuais. Realizada anualmente, a caminhada acontece – de modo estratégico – sempre um dia antes da Parada do Orgulho Gay de São Paulo-SP e tem como objetivos principais a reivindicação de direitos e inclusão social, além de denunciar os abusos sofridos cotidianamente pelas MLB⁴¹. A apresentadora ler a chamada: “em São Paulo, lésbicas organizam caminhada um dia antes

⁴¹ Mulheres Lésbicas e Bissexuais.

da Parada do Orgulho Gay. O ato cobrou mais visibilidade à causa das mulheres”. A cobertura da ação foi feita pela enviada Aline Carrijo, que acompanhou e trouxe como fontes de informação participantes e organizadoras do movimento.

O off inicial diz: “nenhuma mulher ficará para trás. O lema da edição, estampado em cartazes e faixas resumem o objetivo da caminhada: incluir todas as mulheres na sociedade”. No VT subsequente, imagens da manifestação e palavras de ordem contra o machismo, racismo, bifobia, lesbofobia e transfobia são exibidas em plano aberto. Em seguida, a repórter narra que as mulheres estão cada vez mais unidas e politizadas e apresenta umas das organizadoras do evento, Luiza Coppieters, que conta: “é preciso pensar o espaço da mulher na sociedade. Então ela [a caminhada] tem um caráter político”. Na primeira passagem da matéria Aline Carrijo explica que desde a primeira edição a ação das MLB ocorre antes da Parada Gay de São Paulo como uma forma de protesto e finaliza afirmando que, segundo as manifestantes, o evento (Parada Gay) além de pouco politizado, é centralizado basicamente nas reivindicações dos homens gays. Logo após, entra um sonora de Márcia Balades, integrante da Liga Brasileira de Lésbicas: “a gente é invisível dentro do movimento LGBT porque ele é dominado pelos homens e é por isso que fazemos uma caminhada separada justamente para visibilizar a violência que sofremos que é a lesbofobia e a bifobia”. Na sequência, mais uma sonora: “acho que é importante quando a gente fala da mulher trans no movimento... É colocar a mulher trans no movimento feminista, a mulher negra... Além da representatividade da lésbica e da bissexual”, contou Adriana Miranda (estudante). A matéria é concluída com tomadas do Largo do Arouche, local onde intervenções após a fim do evento foram realizadas. A última frase ficou por conta da encenação do grupo Levante Mulher “pensem nas mulheres! Pensem nas mulheres”, texto original da peça *As Rosas Falam*⁴².

Esta matéria foi a de menor duração que analisamos, mas trouxe em sua narrativa pontos importantes para debatermos em nossa pesquisa. Como já discutimos antes, os discursos e a linguagem jornalística ocupam um papel fundamental nas representações sociais, sendo responsáveis por construir determinadas realidades e/ou ocultar a existência

⁴² O espetáculo discute a relação de gênero, o patriarcalismo, o capitalismo e, sobretudo o machismo imposto, produzido e reproduzido no cotidiano de todos, fazendo referências ao processo histórico e cultural que reduziu as mulheres ao termo pejorativo de sexo frágil (SOARES, 2014).

de outras, especialmente os arranjos sociais que não integram às camadas dominantes. Sob essa perspectiva, uma reportagem que demonstra a realidade, bem como as fissuras representativas do próprio movimento LGBTTTI, é animador para a causa das mulheres lésbicas e bissexuais que, assim como foi evidenciado na fala de Márcia Balades “a gente é invisível dentro do movimento LGBT porque ele é dominado pelos homens”, sofrem uma invisibilização histórica e também política dentro das associações LGBT. Nesse sentido, percebemos o patriarcalismo como fonte substancial dessa sub-representação das mulheres pelo movimento homossexual, em outras palavras, mesmo os cenários de mobilização social que buscam combater as formas de discriminação e preconceito, não estão isentos de reproduzirem, também, as dinâmicas machistas e misóginas que vitimam as mulheres.

Diante desse ponto de vista, podemos retomar Borrillo (2009) que refletiu sobre esses processos (sublinhados na matéria) ao afirmar que, apesar das lésbicas e mulheres bi serem menos perseguidas do que os homens gays e as pessoas trans – por exemplo – elas sofrem de um duplo menosprezo na sociedade: o primeiro por serem mulheres; o segundo por serem homossexuais. A descoberta pela mulher da sua bissexualidade é um processo igualmente difícil por conta da lógica monossexista⁴³. Nesse fundamento, ser uma pessoa bi significa ter sua identidade sexual deslegitimada por indivíduos homo e heterossexuais por não “pertencerem” a nenhum dos grupos. Aqui começa um outro debate importante: aquele que gira em torno da regulação da sexualidade, como se esta fosse pré-definida e estável, não podendo se expressar de outra maneira que não a hetero/homossexualidade. Desse modo, antes desta reportagem se configurar como uma simples cobertura de um evento organizado por um coletivo específico, ela é uma peça discursiva necessária, pois transfere para o campo jornalístico, discussões sobre a exclusão e invisibilização infligidas a esse grupo, além das violências particulares a essa mulheres: a lesbofobia e a bifobia.

Segunda-feira, 13/07/2015 - OAB repudia projeto do Estatuto da Família.

Apresentado por Katiúscia Neri e Guilherme Menezes, o Repórter Brasil traz uma reportagem sobre o polêmico projeto de lei de autoria do Dep. Anderson Ferreira (PR-PE) que propõe regras jurídicas para determinar quais grupos podem ser considerados uma

⁴³ De acordo com a lógica monossexista, a monossexualidade – qualquer homossexualidade exclusiva é/ou heterossexualidade – é melhor ou superior a uma orientação bissexual.

família perante a Constituição Federal. Dentre tais regras, uma específica causa desentendimento entre deputados/as fundamentalistas e os/as que definem o texto como discriminatório e preconceituoso, a que determina que uma família só pode ser constituída por casais heterossexuais e seus filhos. Ao ler a cabeça da matéria, o âncora diz “a Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB, repudiou o Projeto do Estatuto da Família que nega aos casais homoafetivos e aos filhos, o direito do reconhecimento legal como núcleo familiar”. A reportagem foi realizada pelo correspondente Pedro Henrique e trouxe como personagem condutor um adolescente filho de dois pais.

Dessarte, a matéria tem início com a imagem de Allison Reis, coberta pelo primeiro off do repórter: “Allison, de 14 anos, tem dois pais. Foi adotado por um casal homoafetivo há cerca de cinco anos, para ele, o Estatuto da Família em tramitação na Câmara dos Deputados no Projeto de Lei⁴⁴ [6583/2013], é uma afronta ao direito dos pais de ter a família reconhecida legalmente pelo Estado”. Em seguida, a sonora do adolescente: “eu diria para elas [pessoas favoráveis ao projeto] que se imaginassem no meu lugar, ou no lugar dos meus pais... E se os pais delas fossem gays, ou duas mulheres ou dois homens, e dizendo que a família deles não ia ser uma família”. Na sequência, entra o VT no qual apresenta um dos pais do garoto, Toni Reis, descrevendo que o filho já contou que ninguém merecia ter o governo como pai e a prefeitura como mãe e afirma: “eu acho que as crianças merecem carinho, afeto, cuidado e compreensão”.

No segundo momento, a reportagem concentra-se nas vozes do judiciário sobre o assunto, ingressa a sonora da juíza Mônica Labuto : “a maior parte dos casais homoafetivos costumam ter um perfil mais aberto. Costumam adotar grupos de irmãos e costumam fazer mais adoção tardia... E isso [a aprovação da proposta] será um prejuízo para todas as crianças que hoje estão a espera de uma família e que não possuem um perfil tão pequeno como o de um bebê, por exemplo”. No segundo off, o repórter explica – enquanto tomadas do ato de discussão realizado pela OAB é apresentado em plano aberto – que a PL prever que o núcleo familiar seja formado apenas por um homem, uma mulher e seus descendentes, seguido da sonora “a Ordem dos Advogados do Brasil é, obviamente, contra o

⁴⁴ É um conjunto de normas que deve se submeter à tramitação no legislativo com o objetivo de se efetivar através de uma lei. No Brasil, um projeto de lei pode ter sua tramitação iniciada tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal.

Estatuto da Família, porque jamais poderia ser favorável a exclusão de famílias, a exclusão da pluralidade, a exclusão de diversidade e a exclusão do respeito a todas as formas de famílias existentes”, garantiu a advogada Silvana do Monte.

Na continuação, o gancho da matéria concentra-se nas consequências que a possível legalização da PL poderá trazer para os filhos e filhas de casais que estão fora do padrão heterossexista. Pedro Henrique surge na primeira passagem esclarecendo que – de acordo com especialistas –, se aprovado, o projeto poderá afetar diretamente aspectos psicológicos das crianças que já vivem em núcleos familiares formados por casais homoafetivos e conclui descrevendo que, na medida em que o Estatuto retira a ideia de pertencimento a um grupo, existe a possibilidade de ocasionar transtornos emocionais e de dificuldades de socialização. A reportagem se encerra com a fala da psicóloga Glícia Brasil: “neste caso, a família deixará de ter a proteção legal do Estado. Então essa criança ficará em uma situação de risco e, certamente, isso tem efeitos na repercussão psicológica dela, na inserção social, na escola e com outras crianças, deixando marcas”.

Nesta reportagem vemos que, quando avaliamos avanços os relativos à conquista de direitos por um lado, por outro acompanhamos tentativas de invalidá-los, ou retirá-los do amparo jurídico. É importante lembrar para se alcançar esses direitos – ainda restritos – foram necessárias décadas de luta e enfrentamento do sistema heteronormativo, isso sem mencionar as históricas opressões sofridas pelas pessoas LGBTTTI. Dito isto, lembramos também que foi apenas em 2013, na realidade brasileira, que os/as homossexuais puderam constituir família protegidos pela lei em âmbito federal. O chamado Estatuto da Família, o assunto da matéria aqui em análise, apresenta erros desde sua nomeação e representa – em termos gerais – a anulação legal dos núcleos familiares homoafetivos. O repórter chama atenção para esse fato na passagem: “o Estatuto da Família em tramitação na Câmara dos Deputados (...) é uma afronta ao direito dos pais de ter a família reconhecida legalmente pelo Estado”, mencionando Allison, cuja história abre a reportagem. Dessa forma, analisamos que ao noticiar a pauta problematizando a questão com um olhar voltado para os direitos dos/das homossexuais, o telejornal adota uma postura de oposição implícita ao Projeto de Lei. Observamos que a narrativa da matéria foi construída sob miragens das possíveis consequências negativas que a lei ocasionaria para a comunidade gay, caso seja aprovada, buscando respaldo em agentes do judiciário para afiançar o posicionamento da

emissora, como foi o caso juíza Mônica Labuto que ressaltou que grande parte dos casais formados por pessoas homossexuais apresentam um perfil mais amplo e aberto para adoção de crianças que, geralmente, são rejeitadas por casais heterossexuais, como fica claro no trecho em que a juíza declara que a PL consiste em “um prejuízo para todas as crianças que hoje estão à espera de uma família e que não possuem um perfil pequeno como de um bebê”.

Avançando, temos na matéria a representação de uma família formada por dois pais e um adolescente naturalizando este tipo união através da ótica jornalística, em oposição ao texto do Dep. Anderson Ferreira, que determina que núcleo familiar só pode se formado por um homem, uma mulher e filhos. Ressaltamos que esse julgamento por parte do parlamentar discrimina e retira o direito de milhões de brasileiros/as que não se enquadram nesse conceito de família. Em outro momento, a matéria busca ampliar a abordagem do tema, concentrando-se nos efeitos que a deslegitimação das famílias homoafetiva (e/ou com outras configurações) causaria nas meninas e nos meninos que já pertencem a esses arranjos familiares, conforme explica à fala da psicóloga Glícia Brasil, essa “criança ficará em uma situação de risco e, certamente, isso tem efeitos na repercussão psicológica dela na inserção social, na escola e com outras crianças”. Em síntese, a reportagem pode ser considerada como um questionamento que o telejornal faz sobre a PL [6583/2013] e sua validade institucional, uma vez que o STF (em 2011) e CNJ (em 2013) garantiram aos casais formados por pessoas do mesmo sexo, o direito ao casamento e a proteção do Estado. Portanto, a proposta do Estatuto da Família, do ponto de vista jurídico, é um desrespeito à decisão do Supremo. Do ponto de vista dos direitos humanos, é um desrespeito aos múltiplos núcleos sociais “não normativos” que também são unidos pelo casamento, laços sanguíneos e pelo afeto.

Sábado, 25/07/2015 - LGBTs precisam entrar na Justiça para garantir direitos.

Apesar de o Brasil ter caminhado consideravelmente nas últimas décadas em relação aos direitos da população LGBTTTI, sendo um dos poucos países do globo onde o casamento homoafetivo é legítimo perante a constituição (desde 2013), ainda somos um país em que a violência, a discriminação e o preconceito estão enraizados na nossa cultura, sendo os responsáveis – muitas vezes – por impossibilitar que essas pessoas exerçam ou usufruam sua

cidadania. Sobre esse assunto, o Repórter Brasil exibiu uma reportagem apresentando alguns dos problemas que a comunidade gay precisa encarar para ter seus direitos assegurados social e juridicamente. Ao ler a cabeça da matéria, o âncora diz: “aqui no Brasil muita gente da comunidade LGBT enfrenta dificuldades para ter direitos garantidos, como o de adoção e o casamento. Às vezes é preciso recorrer a justiça para fazer valer a lei”. A matéria foi feita pela repórter Alessandra Lago.

A matéria começa com imagens de um criança brincando junto com seus dois pais, a cena é narrada pelo off da correspondente: “Juliana, de 12 anos, aproveita o dia com os pais. Ela e os três irmãos foram adotados por Rogério e Weykman no ano passado [2014]”, logo após, o VT corta para primeira sonora: “tivemos nosso primeiro contato com os nossos filhos, que eram quatro, e o emocional fluiu e aquela parte toda de ‘dois filhos... Por que não quatro?’”, declara um dos pais, Weykman Padinho (contador). Em seguida, a repórter comenta que Rogério – o outro pai de Juliana – é auditor da Receita Federal e precisou da licença adoção, mas ao entrar com o processo administrativo no órgão, foi negado porque o Estatuto do Servidor Público só prevê que o benefício seja conferido para mulheres, levando o auditor a contratar advogados e entrar com um mandato de segurança para conseguir se afastar do trabalho e cuidar dos filhos. Em sonora, Rogério Koschek conta, ao lado do marido, que “a licença adoção não é um benefício para os pais que estão adotando, sim um benefício, efetivamente, para as crianças porque elas têm que garantir muito mais que nós, a criação e manutenção do vínculo afetivo”.

Prosseguindo para o segundo momento da matéria, Alessandra Lago surge na primeira passagem explicando que, na falta de leis específicas que assegurem os direitos dos casais homoafetivos, a solução é levar os casos a justiça que já concedem decisões favoráveis: “é o que acontece em relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável e, dois anos mais tarde, uma resolução do Conselho Nacional de Justiça obrigou os cartórios a reconhecer o casamento civil”. Em seguida, a reportagem apresenta a próxima personagem em mais um off: “Dália sabe o quanto é difícil ser impedida de se casar. Em 2012, ela decidiu formalizar sua união com Eva, sua companheira há 20 anos. Na sentença, o juiz usou oito vezes as palavras homem e mulher para definir casamento”. Dália Tayguara (advogada) diz que entende a postura do juiz, por saber que a atitude do magistrado baseia-se na educação e formação

que ele recebeu, porém pontua que educa suas duas filhas com sua companheira para que sejam livres dos preceitos conservadores. Entra mais um off: “depois de um ano na justiça, puderam [Dália e Eva] finalmente realizar aquele sonho a quem tinham direito”. A reportagem é encerrada com a fala de Silvana Moreira, representante da Comissão de Direitos Homoafetivos da OAB-RJ, que indaga: “o porquê não reconhecer [em lei] a adoção? O porquê não reconhecer [em lei] o casamento, ou a licença maternidade de homens casados com outros homens? Eu não vejo o porquê do não reconhecimento dos direitos sociais”.

Diferente da matéria anterior, esta apresenta como tema principal os problemas que a população LGBTTTI enfrenta para que seus direitos – já garantidos – sejam respeitados. Como o próprio âncora anuncia já chamada “às vezes é preciso recorrer à justiça para fazer valer a lei” o que, de certo modo, é irônico. Ao abordar esse assunto, a reportagem busca debater aquilo que já é de nosso conhecimento, o fato dos direitos civis dos/das homossexuais serem frequentemente desrespeitados na nossa cultura. Como exemplo desse cenário, a matéria nos trouxe a história do casal Rogério Koschek e Weykman Padinho, pais adotivos de quatro crianças e que precisou de uma decisão judicial para ter acesso à licença adoção⁴⁵, um direito assegurado por lei desde 2002, no Brasil. No entanto, não devemos desconsiderar, nesse contexto, que a resistência em cumprir a legislação é um vício crônico no país, contudo, quando falamos em/nos direitos LGBT existe um agravamento dessa resistência produzida por diferentes motivos. Dentre eles, seguramente podemos mencionar a homofobia – e seus desdobramentos – e o preconceito contra pessoas em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero, como os dois principais desafios reais que retardam e/ou negam esses direitos. Além disso, essa dificuldade, discutida pelo Repórter Brasil, emerge, muitas vezes, da dificuldade de aceitação do pluralismo que a homossexualidade representa, sobretudo por ela trazer consigo uma diversidade que se encontra no sentido oposto das relações heterossexuais, monogâmicas e reprodutivas que, por sua vez, são consolidadas pelo matrimônio “legítimo”.

⁴⁵ A Licença Adoção é um direito de todos os servidores celetistas segurados da Previdência Social de se ausentar do trabalho durante o período de 120 dias, quando adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente até 12 anos. Informação do site da Diretoria Geral de Recursos Humanos – Unicamp. Disponível em: <<http://www.dgrh.unicamp.br/>>.

A narrativa final da reportagem ganha um ar de questionamento na fala de Silvana Moreira (Comissão de Direitos Homoafetivos da OAB-RJ) quando ela questiona “os porquês” do não reconhecimento dos direitos LGBT no país, mesmo depois deles serem validados por instâncias superiores como o STF e CNJ. Partindo desse contexto, é preciso por em debate, antes de tudo, a importância da legislação acompanhar as mudanças sociais que observamos na atualidade, principalmente as que dizem respeito à construção das identidades dos indivíduos, uma vez em que, para além dos avanços mencionados no início desta análise em relação a alguns direitos conquistados pela comunidade gay, temos, no Brasil, segundo informações do site da ABGLT⁴⁶, um cenário em que a jurisdição brasileira comparece com 78 direitos negados à população LGBTTTI. Ou seja, os pontos mencionados por Silvana Moreira contêm dois lados: o primeiro onde identificamos um aumento de leis que são importantes para resguardar e proteger a cidadania dos/das homossexuais; e no segundo observamos que há um longo caminho que precisa ser trilhado até atingirmos – verdadeiramente – a justiça social em uma sociedade onde ainda são subtraídos 78 direitos baseados na condição sexual e de gênero.

Terça-feira, 28/07/2015 - Travestis e transexuais frequentam, no RJ, curso preparatório para o Enem.

Como já mencionamos anteriormente, o Brasil ocupa a primeira colocação mundial em crimes de natureza LGBTTTIfóbica. Em meio de esse quadro ameaçador, travestis e transexuais formam o grupo de maior risco, segundo informações do GGB⁴⁷ e da SDH/PR⁴⁸. Políticas públicas que buscam dissolver esses cenários estão presentes em alguns centros urbanos no país, mas se mostram incapazes de diminuir a violência que sacrificam cotidianamente as pessoas TT⁴⁹ que – com frequência – acabam recorrendo à prostituição como meio de sobrevivência. Dessarte, o RB trouxe uma matéria que fala sobre um programa que, através da educação, pretende preparar travestis e transexuais para ingressarem no ensino superior público. A jornalista Katuscia Neri ao chamar a matéria, comenta: “vamos falar agora de inclusão. No Rio de Janeiro, travestis e transexuais

⁴⁶ Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) – Disponível em: <<http://www.abglt.org.br>>. Acesso em: 12 de maio de 2016.

⁴⁷ Grupo Gay Bahia (GGB) – Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/>>.

⁴⁸ Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR) – Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/>>.

⁴⁹ Pessoas Travestis e Transexuais.

frequentam um curso preparatório para o Enem e aumentam as chances de entrar na universidade”.

A matéria usa como cenário o ambiente onde as aulas acontecem, as primeiras imagens são narradas pelo off inicial: “uma sala de aula exclusiva para transexuais e travestis no centro do Rio de Janeiro que funciona há quase dois meses. O objetivo é preparar essas pessoas para o Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem. A educação pode ser a alternativa para que transexuais e travestis consigam sair da invisibilidade e da exclusão”. Na sequência, os VT’s mostram as alunas e alunos em aula ao mesmo tempo em que a reportagem traz dados da Associação Brasileira de Travestis e Transexuais que diz que 90% das pessoas TT dependem da prostituição para viver, enquanto apenas 10% consegue espaço no mercado formal de trabalho. Isso ocorre, conforme é descrito na matéria, porque a grande maioria dessas pessoas não consegue concluir os estudos por diversos fatores, sobretudo a discriminação nos espaços de ensino. Na primeira sonora, somos apresentados a uma professora do curso, Cristiana Furtado: “nós temos, talvez, o setor [grupo] mais excluído. O setor que é jogado para prostituição sem o menor pudor e sem maiores preocupações”, em seguida, a segunda sonora onde a aluna Bárbara Aires desabafa: “uma pessoa trans quando sofre o *bullying* e a perseguição escolar, ela sofre, também, a violência dentro de casa” e continua explicando que, no caso de uma mulher trans – por exemplo – quando ela chega em casa e reclama para o pai que os seus coleguinhas de escola estão a maltratando, o pai, geralmente, culpabiliza a criança por apresentar características que não correspondem com seu sexo biológico e que, portanto, este é o problema; o motivo das agressões. A aluna Luciana Vasconcelos em mais um sonora complementa a fala de Bárbara: “então ela passa a tomar trauma da escola e o que restou pra ela? Sem escolaridade, sem família, sem experiência profissional... Ela vai pra rua se prostituir”.

Em outro momento, a reportagem retoma imagens da sala de aula e mais um off do repórter Daniel Isaias narra a cena: “essas pessoas invisíveis na sociedade encontraram, no Prepara Enem, uma nova oportunidade e ao que tudo indica, elas vão agarrar essa chance”. A aluna Bárbara Aires afirma “a gente tem consciência de que a sociedade pede essa qualificação profissional para todas as pessoas. O problema é o nosso histórico de vida que é o de um país preconceituoso, que não entende as diferenças e a gente não consegue seguir nessa qualificação”. O aluno Halux Maranhão conta que o projeto pioneiro voltado para

transexuais e travestis de baixa renda “porque, na verdade, a gente tem 99% da população trans de baixa renda”. Na próxima fala, Luciana Vasconcelos diz: “eu percebi que a travesti não precisa ser só prostituta, ela não precisa só ir pra rua. É preciso encarar o preconceito que todo ser humano vive, porque não é só homossexual que vive o preconceito. É o ser humano em si”. No último momento da reportagem de 2m54s, a professora do curso diz que o projeto é uma cota de protagonismo em meio a um mar de exclusão que atinge a população trans no país e é encerrada pela sonora do aluno Halux Maranhão: “a inclusão social da gente dentro do sistema universitário para que a gente comece a reescrever e significar a sociedade como um todo. A inclusão das pessoas trans”.

Esta reportagem é especial por expressar a importância de uma mídia que alterne os discursos dos veículos dominantes no Brasil por se tratar de uma peça jornalística carregada de simbolismos quando o assunto é a inclusão social. A matéria traz como protagonistas a história de travestis e transexuais e já no início, o repórter diz que “a educação pode ser a alternativa para que transexuais e travestis consigam sair da invisibilidade e da exclusão”, logo, podemos eleger essa frase em particular para discutir sobre a (in)visibilização das pessoas trans. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) consta que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, porém esse ideal de igualdade está longe de ser alcançado pela comunidade trans, sabemos que nas ruas e cidades do Brasil e de outras nações, essas pessoas são marginalizadas e “elegidas” para sofrerem, sem distinção, todas as formas de violência: são atacadas; espancadas; torturadas; abusadas sexualmente e mortas, isso tudo em meio a um profundo silenciamento social e político, abandonando suas identidades ao campo da discriminação.

Partindo desse preâmbulo e ao aproximar-se mais da realidade das travestis e das/dos transexuais na tentativa de compreender suas experiências pessoais, Siqueira (2009) ilustra que o recorte das cenas vividas e propagadas – em grande parte pelo discurso jornalístico – sobre o cotidiano dessas pessoas, comumente relacionando-as a prostituição/ou tráfico de drogas, estimula os processos de estigmatização de suas identidades, funcionando como marcadores que as categorizam como antinaturais e pecaminosas, eliminando, desse modo, seus direitos civis e sua cidadania nos espaços sociais que ocupam. “Os processos de estigmatização vividos por travestis e transexuais denotam toda a organização de suas subjetividades, construídas ao longo das relações que

estabelecem com os outros, com o mundo e consigo mesmas” (SIQUEIRA, 2009, p. 237). Avançando, sabemos que além dos estigmas, preconceito e violência que transexuais e travestis sofrem nos espaços públicos, muitas vezes ainda precisam enfrentar os mesmo problemas dentro de suas casas, como disse umas das protagonistas da reportagem: “uma pessoa trans quando sofre o *bullying* e a perseguição escolar ela sofre [também] a violência dentro de casa”, quando fazia referência a outro assunto importante abordado na matéria: a realidade discriminatória presente nos centros de ensino no país que – devido à lógica heteronormativa – excluem, rejeitam e condenam diversidade sexual e de gênero.

Consideramos que matéria realizada pela equipe do Repórter Brasil é um exemplo de jornalismo comprometido com a cidadania dos grupos historicamente marginalizados. Ao dar voz, representando um outro lado (sem presença de estereótipos) que normalmente não observamos na mídia tradicional – onde os estigmas são reforçados ou, na melhor das hipóteses, sequer existe alguma representação –, o RB apresentou uma matéria onde travestis e transexuais estão narrando sua própria história e suas experiências. Sendo assim, analisamos um jornalismo com uma opinião pública independente e democrática, no qual identificamos (também) uma preocupação em respeitar as agências de identificação das fontes que compõem a matéria, como um uso do pronome de tratamento de acordo com a identidade de gênero, além de o repórter aparecer apenas em duas passagens para mediar informações complementares, concedendo o protagonismo às pessoas trans e a suas demandas.

Quinta-feira, 10/09/2015 - Encontro de especialistas brasileiros e estrangeiros discutiu questões de gênero e sexualidade.

Na atualidade, as discussões em torno das identidades dos sujeitos têm – cada vez mais – conseguido espaço nas universidades e nos movimentos sociais. Quando o assunto são as agências de identificações dos indivíduos, os Estudos Queer despontam como principal frente teórica – contemporânea – no desdobramento das questões de gênero e sexualidade, todavia, esse debate ainda é restrito a determinados setores, não alcançando de modo satisfatório e necessário as esferas públicas e políticas nacionais, da mesma forma que não consegue chegar aos grandes meios de comunicação. Na contramão desse cenário, o Repórter Brasil trouxe uma matéria sobre um evento que reuniu importantes

pesquisadoras e pesquisadores que estudam gênero e sexualidade no Brasil e em outros países. Na chamada a apresentadora, Katiúscia Neri, diz que as/os especialistas, durante o encontro, reforçaram a importância dos respeito às diferenças e aos direitos humanos.

A reportagem realizada pelo enviado Marcelo Rafael, marca seu início apresentando seu primeiro personagem, o ator e jornalista Léo Moreira, que nasceu com sexo biológico feminino, o que não corresponde com sua identidade de gênero, em sonora ele diz: “eu passei minha vida nessa trajetória de uma sensação de não pertencimento”. Em seguida, avançamos para um off: “é sobre esta ruptura com a ideia de que existe apenas homem e mulher, de que se trata a Teoria *Queer*”, o repórter encerra seu discurso explicando que a expressão *queer* tem origem no vocábulo inglês e não que tem significados equivalentes no português, se referindo aquilo, ou alguém que foge aos padrões sociais dominante, mas com o passar do tempo, o termo foi apropriado positivamente pela comunidade LGBT.

No segundo momento da matéria, a pesquisadora Berenice Bento em sonora esclarece que: “*queer* significa estranho, esquisito. É o termo que é utilizado nos Estados Unidos, na língua inglesa, para chamar ‘bicha’. Quando se fala você é *queer*, você é bicha. Então é uma forma de quando você fala [em afirmação] eu sou *queer*, significa positivar aquilo que é trabalhado como insulto como um elemento de construção de identidade”. Na sequência, a matéria traz VT do encontro e a narrativa se concentra na presença de Judith Butler no evento: “a filósofa norte-americana, Judith Butler, é uma das fundadoras da teoria nos anos 90, e veio para o Brasil pela primeira vez para falar sobre o tema. Ela explica que, ao questionar as normas dominantes sobre gênero e sexo a teoria torna a vida de gays, lésbicas e transexuais mais fáceis”.

Na primeira passagem da matéria, o repórter descreve que, além da presença dentro das universidades, as questões de gênero ganharam mais destaque no país por conta das discussões em torno da proposta de inclusão da reflexão sobre as relações de gênero nos planos municipais e estaduais de educação. Logo após, o entrevistado é curador do encontro, o pesquisador Richard Miskolci: “a gente vive um momento em que a política sexual e as questões de gênero e sexualidade vieram pro centro da política e por mais que haja opositores e hajam os que defendem justamente por isso, a sociedade brasileira acordou para o fato de que problemática de gênero e sexualidade são fundamentais”. A

narrativa ganha um fim retomando a história do seu primeiro personagem, que conta que foi no espaço escolar que sentiu a discriminação pela primeira vez: “dos zero aos setes anos, uma criança feliz. Entrei na escola, me tornei uma pessoa infeliz”, afirmou Léo Moreira.

Escolhemos esta matéria por ela abordar, dentre as cinco analisadas, o assunto mais “incomum” – apesar de estar diretamente relacionado – no que diz respeito à cobertura noticiosa sobre o tema de nossa pesquisa: questões de gênero e Teoria *Queer*. Desse modo, a essa altura sabemos que estudar o conceito de gênero, assim como os mecanismos que determinam as diferenças e a valoração entre alguém/ou aquilo que pertence ao campo masculino e o feminino, é fundamental para a compressão das desigualdades e injustiças sociais que marcam binômio homem/mulher. No começo do registro, o primeiro personagem é apresentado; Léo Moreira, um homem trans que na já primeira sonora descreve que passou a vida com “uma sensação de não pertencimento” aludindo para o fato sua identidade de gênero não corresponder com seu sexo.

Como já foi discutida antes – no terceiro capítulo –, a identidade gênero de uma pessoa relaciona-se com a forma como ela se sente e deseja se apresentar para si e para as outras pessoas, podendo expressar-se como feminina ou masculina, o que independe do sexo biológico (fêmea ou macho) ou de sua orientação sexual. Trata-se da forma como os indivíduos se reconhecem independentemente da sexualidade. Nesse sentido, entendemos o processo identitário pelo qual Léo Moreira precisou passar – até afirmar sua identidade de gênero masculina – como uma construção pré-concebida socialmente. E essa dimensão só foi necessária porque as pessoas assumem um “papel” atribuído de acordo com o sexo com o qual nascem, isto é, essa prerrogativa é quem determina os modos de ser e agir nas diferentes situações do convívio interpessoal dos sujeitos. Portanto, a diferenciação entre masculino e feminino estabelece-se a partir de uma ordem social, não biológica.

O repórter, no momento seguinte a fala do primeiro personagem diz: “é sobre esta ruptura com a ideia de que existe apenas homem e mulher, de que se trata a Teoria Queer” e, através do seu discurso, explica que os Estudos Queer vêm para romper com os paradigmas heteronormativos que tendem a excluir e eliminar dos espaços sociais aqueles que não se encontram dentro “do padrão” normativo. Também foi mencionado que, a agenda queer tem na figura de Judith Butler, umas das principais frentes teóricas, o que nos

leva a sonora de Berenice Bento, onde a teoria ganha um breve contorno quando ela replica que a expressão *queer*, nos EUA, tem uma conotação depreciativa e a (re) definição do termo “significa positivar aquilo que é trabalhado como insulto como um elemento de construção de identidade”. Nessa perspectiva, podemos retomar Butler (2002) que defendeu a apropriação do termo queer pelo movimento LGBT como uma demonstração da sua própria força quando algo que antes era utilizado para atribuir insultos, escárnio e patologia a suas identidades, passou a funcionar como bandeira de afirmação e empoderamento social dessas pessoas.

6.3 Análise comparativa entre os dois telejornais

Completo os quadros quantitativos e as análises qualitativas, apresentamos agora um breve panorama comparativo entre os dois telejornais que constituem o *corpus* desta pesquisa. Mapeamos os dados nos dois telejornais em 64 dias de levantamento – entre janeiro e fevereiro de 2016 – nas respectivas plataformas online dos jornais. Ao totalizarmos os números gerais do Jornal Nacional e Repórter Brasil, examinamos 597 edições, resultando em 12.133 matérias quantificadas. Desse montante, verificamos 96 notícias que se relacionaram de modo direto/ou indireto com a comunidade LGBTTTI, somando 23 notas (cobertas e secas), 67 reportagens, cinco entrevistas de estúdio e uma matéria especial. A duração média entre o JN e o RB é de 36 minutos e cinco segundos, o que significa que no ano pesquisado, os dois jornais televisivos empregaram 1,59% do seu espaço noticioso em acontecimentos relativos à população gay. Organizando esse total por semestre, de janeiro a junho de 2015, foram transmitidas 52 reportagens, enquanto o segundo exibiu 44.

Quadro 15: número geral de dados quantificados no JN e RB

Números gerais do JN e RB	Jornal Nacional	Repórter Brasil	Total
Quantidade de edições analisadas	313	284	557
Quantidade de matérias analisadas	6224	5909	12.133
Quantidade de matérias com fluxo	24	72	96

Fonte: dados coletados pelo autor

O mapeamento dos temas nos dois telejornais analisados revela uma profunda dissemelhança entre os assuntos abordados que fazem relação com as demandas LGBTTTI. Em nossa concepção, essa disparidade nas zonas de agendamento entre as duas emissoras tem um significado implícito, pois expressa seus posicionamentos ideológicos sobre os debates atuais que giram em torno das reivindicações do movimento gay. Nessa situação, concluímos que a TV Globo apresenta – no seu principal telejornal – uma dinâmica conservadora, retrógrada e ineficiente no relativo à diversidade sexual, ao passo que não identificamos nenhum indício que refletisse minimamente questões de gênero, por exemplo. Entretanto, grande parte da cobertura do JN (43% do total) que foi analisada nesta pesquisa, foi dedicada para os acontecimentos que envolveram, de alguma forma, o Papa

Francisco⁵⁰, sobretudo quando o pontífice assumia posições contrárias ao casamento entre pessoas do mesmo sexo sob o argumento “em defesa da família”, ou em casos como o do padre que foi demitido pelo Vaticano após revelar para imprensa ser homossexual. Em nossa análise, entendemos que essa opção editorial em ajustar seu discurso com de instituições reguladoras como a igreja que, historicamente, oprime e solidifica processos de discriminação e preconceito contra as sexualidades por ela consideradas “antinaturais”, deixa claro o caráter tradicionalista e silenciador que a emissora emprega, junto ao seu discurso, quando o contexto noticioso é a população LGBTTTI.

Seguindo a mesma perspectiva, identificamos que o telejornalismo da TV Brasil – em relação às zonas de agendamento – realizada uma cobertura mais ampla e múltipla quando o assunto diz respeito a os/as LGBTTTI. No período estudado, o RB apresentou, em 69,38% do total matéria quantificadas, reportagens que traziam com principal frente informativa a cidadania e direitos civis que problematizaram abertamente temas como a violência homofóbica e a marginalização identitária da população gay, além disso, muitas matérias colocaram em discussão questões de gênero, assim como enalteceram os diversos modos de expressão da sexualidade. Nesse sentido, consideramos que a visibilidade outorgada a temas identificados como direitos civis e cidadania, violência e discriminação estão de acordo com as reivindicações dos setores organizados do movimento LGBT e com ações promovidas pelo Governo Federal como a implantação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da SDH/PR⁵¹ (2009). Avançando, é preciso destacar que a opção editorial do RB se mostrou próxima (também)

⁵⁰ Vale lembrar que o Papa Francisco já se posicionou – na imprensa – em algumas ocasiões sobre a homossexualidade de forma mais branda, chegando a fazer declarações consideradas marcantes e pioneiras por ser o papa, o que fez com que parte da comunidade LGBT tenha esperança de uma igreja mais aberta aos/as homossexuais. Todavia, é necessário sublinhar que, apesar de ser importante que o líder da Igreja Católica faça declarações públicas positivas sobre gays, é preciso ampliar o horizonte crítico e enxergar que essas afirmações fazem parte de uma estratégia de natureza política, que tenciona reestruturar a força da religião católica no mundo ocidental. – nas últimas décadas a Igreja Católica tem apresentado uma crescente diminuição no número de fiéis.

⁵¹ Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) - Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direitos-sexuais-e-reprodutivos/direitos-lgbtt/planolgbt.pdf>>.

dos debates que estão no centro das agendas públicas como a PL da homofobia⁵² e o projeto do Estatuto da Família (este último gerou uma discussão necessária em torno dos padrões heteronormativos e a deslegitimação dos núcleos familiares homoafetivos).

Quadro 16: números de matérias por tema abordado nos dois telejornais

Zonas de agendamento	Jornal Nacional	Repórter Brasil	Total
Direitos Civis	05	24	29
Cidadania LGBTTTI	-	13	13
Outros	03	13	16
Violência/discriminação	01	10	11
Políticas Públicas	-	05	05
Religião	10	02	12
Direitos Humanos	-	02	02
Política	05	02	07

Fonte: dados coletados pelo autor

Quando analisamos simultaneamente o espaço concedido à população LGBTTTI no Jornal Nacional e no Repórter Brasil, percebemos (uma vez mais) que os telejornais apresentam posições distintas. Nas reportagens analisadas no JN, grande parte não entrevistou pessoas homossexuais, portanto não deu voz e, quando há espaços de fala, percebemos que existe uma tendência discursiva que reforça a ideia de que a diversidade sexual se resume a apenas uma identidade: a homossexualidade masculina. Todavia, em duas matérias específicas, mulheres lésbicas foram entrevistadas, na reportagem sobre a aprovação do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo na Irlanda e nos Estados Unidos, mas bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais são invisíveis – da mesma forma que assuntos que abordem suas identidades – dentro do conceito de notícia do telejornal. Assim como não identificamos, entre os agentes enunciativos com voz, posições sobre o campo da sexualidade, temas que pudessem formar possíveis desdobramentos que construíssem um novo olhar sobre a pluralidade sexual, pelo contrário, as notícias apresentadas no JN demonstra que não houve uma mudança significativa na maneira como o jornalismo global lida com o assunto homossexualidade – a não visibilidade e abordagens preconceituosas ainda estão presentes nas matérias do telejornal.

⁵² Que traz consigo – além da criminalização da homofobia – toda uma problemática entre os discursos fundamentalistas da banca evangélica de um lado, aqueles/as que se opõem ao projeto e, de do outro, estão os/as deputados/as que reconhecem a importância da lei para diminuir os números de violência contra pessoas LGBTTTI no Brasil.

Com relação ao RB, nossa análise mostrou que a maior parte das reportagens que fizeram referência direta a assuntos vinculados aos/as LGBTTTI, entrevistaram lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais na sua construção. Aqui, é interessante destacar que o RB apresentou diversas matérias que traziam pessoas TTT como personagens principais de suas matérias, como nas áreas de educação, direitos civis e políticas públicas, evento que promove a cidadania ao vincular a essas pessoas, abordagens positivas e com foco na diversidade e no respeito em suas notícias – fato que não observamos no JN, nem nos grandes meios de comunicação em geral. Em nossa compressão, a postura que o jornalismo da TV Brasil assume em relação a grupos “invisíveis” para grande mídia, está relacionada com a prática do jornalismo público que a TV Brasil assegura exercer, reanimando os debates coletivos sobre as questões e problemas que a população LGBTTTI enfrenta cotidianamente “o que caracteriza o jornalismo público é a intenção de não apenas se servir dos fatos sociais no que eles apresentam de mais dramático, mas agregar aos valores notícias tradicionais elementos de orientação do público, quanto à solução do problema” (SILVA, 2004, apud MORAIS, 2011, p. 53).

Quadro 17: número de matérias que dão (e as que não) voz as/as LGBTTTI no JN e no RB

Nº de Matérias que dão/ou não voz	Jornal Nacional	Repórter Brasil
Tem voz	03	37
Não tem voz	05	20

Fonte: dados coletados pelo autor

Ao contabilizarmos as fontes de informação utilizadas na composição das matérias dos dois telejornais, observamos que tanto o JN quanto o RB apresentam fontes oficiais⁵³ vinculadas aos três poderes: legislativo, judiciário e executivo. Entretanto, destacamos que o uso desses agentes enunciadorez ligados ao Estado trazem significações diferentes em cada jornal pesquisado. No JN, concluímos que a utilização de fontes que representam as instituições reguladoras não é apenas para legitimar seus discursos, mas sim para evitar um posicionamento direto da emissora em relação à homofobia, por exemplo. Trata-se de uma

⁵³ São as fontes mantidas pelo Estado, por instituições ligadas ao Estado ou por empresas e organizações. No meio jornalístico, são tidas como as mais confiáveis. Lage chama a atenção para o fato de que as fontes oficiais podem falsear a realidade para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, ou em função de lutas internas pelo poder. Disponível em: <<https://robertascheibe.wordpress.com>>.

estratégia para evitar um possível comprometimento com as causas LGBTTTI. Além disso, entre as fontes que predominam a cobertura sobre a população LGBTTTI no telejornal, 22% são porta-vozes da Igreja Católica⁵⁴, ao mesmo tempo em que observamos um baixo número de pessoas autodeclaradas com identidades sexuais/ou de gênero diferentes do modelo heteronormativo.

Ainda sobre o tópico homofobia, é importante ilustrar que, durante o ano de nossa análise, conseguimos identificar no JN (enquanto principal janela informativa do país em termos de audiência) apenas uma matéria que tocou no tema violência diretamente. Todavia, essa notícia – uma nota coberta de 23s – se referia a um acontecimento internacional. Como já explanamos anteriormente, na atualidade, o Brasil ocupa a primeira colocação no *ranking* mundial de crimes relacionados à violência LGBTTTIfóbica, com 318 homicídios somente em 2015. Diante desse quadro, ao examinarmos 6224 reportagens exibidas nesse mesmo ano e essa realidade não ser retratada de nenhuma forma, nos leva a compreensão de que no conteúdo jornalístico do JN, existe uma profunda invisibilização sobre a violência contra lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais no país.

No mesmo cenário, no Repórter Brasil, percebemos que as fontes oficiais são utilizadas para legitimar os discursos que são contrários aos processos de discriminação e preconceitos infligidos às pessoas LGBTTTI, como em reportagens que discutiram sobre o fato das pessoas trans terem mais dificuldades para alterar o nome na Justiça do que pessoas heterossexuais, ou na que debateu sobre as dificuldades que casais homoafetivos têm para registrar seus filhos, mesmo sendo um direito legal. Nessas matérias, identificamos a presença de legisladores/as, juízas, advogadas e advogados afirmando os direitos civis da comunidade gay e reconhecendo que, muitas vezes, a justiça é retardada em razão da sexualidade ou identidade de gênero dos indivíduos que recorrem a ela, ou melhor, falam da institucionalização do preconceito. Avançando no quadro de fontes no RB, nas matérias sobre direitos civis e cidadania, temos a presença de profissionais identificados/as como especialistas em psicologia, direito e educação que foram acionados para falar/e discutir sobre políticas inclusivas e de acolhimento (entre outros direitos) dos/das LGBTTTI. O RB também trouxe na construção das matérias examinadas, um grande número de fontes

⁵⁴ Que representaram a doutrina religiosa, historicamente utilizada como mecanismo ideológico de perseguição e condenação da homossexualidade e relações homoafetivas.

LGBTTTI, 31% do total o que significando o grupo com maior espaço dentro das reportagens que analisamos. Podemos destacar, mais uma vez, a presença de fontes “legitimadas” para falar em nome das pessoas LGBTTTI, como ONGs e associações do movimento gay e lésbico.

Quadro 18: tipos de fontes no JN e no RB

Tipos de Fonte	Jornal Nacional	Repórter Brasil	Total
Pessoas LGBTTTI	09	62	71
Outros	19	51	70
Legislativo	01	14	15
Educação	-	12	12
Associações	-	12	12
Executivo	07	11	18
Advogado (a) /OAB	-	10	10
Judiciário	01	07	08
ONG's	-	04	04
Artistas	-	04	04
Saúde	-	03	03
Comércio	01	03	04
Especialista em Psicologia	-	02	02
Especialista em Segurança Pública	-	01	01
Igreja	12	01	13
ONU	-	01	01
Defensoria Pública	-	01	01
Cartório	04	01	05
Esporte	01	-	01
Número total de fontes	55 fontes	200 fontes	255 fontes

Fonte: dados coletados pelo autor

As formas de representação sobre população LGBTTTI produzidas pelo conteúdo jornalístico nos dois telejornais pesquisados demonstraram que, enquanto o JN manteve um discurso conservador, mapeando seu discurso principalmente em torno da homossexualidade masculina e sem maiores contestações como já referimos, o RB realizou – no que corresponde ao nosso tema – um jornalismo que procurou (des)construir elementos que atuam na manutenção do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero ao problematizar, em boa parte das matérias avaliadas, as particularidades de “ser e existir”. Dessa forma, temos duas dinâmicas discursivas divorciadas: por um lado, vimos o JN estruturar suas “representações” a partir da não discussão e/ou posicionamentos sobre as reivindicações do movimento gay, uma vez que o jornal agenda suas notícias sobre essas pessoas com base nos eventos factuais, o que comprova que não existem pautas fixas que

abordem as demandas LGBTTTI, como as datas e eventos importantes. Por outro, percebemos o RB formar suas representações sobre identidades LGBTTTI alicerçado na promoção e defesa da cidadania – agendando seu discurso/conteúdo através de pautas fixas (comumente) relacionadas aos direitos civis e a importância da inclusão social.

Ao distribuir as formas de representação em categorias nos dois telejornais, temos no JN um fluxo maior de matéria que trazem a homossexualidade como desvio, sobretudo nas notícias relacionadas à religião e – consequentemente – o discurso da igreja que desaprova as práticas sexuais não normativas. No RB, observamos um fluxo maior na representação das pessoas LGBTTTI enquanto cidadãos e cidadãs que não possuem/ou não se reconhece determinados direitos por estarem fora do modelo heterossexista, como ilustramos no quadro 19. Além disso, tanto o JN quanto o RB representam LGBTTTI como vítimas de violência e consumidores/as (este último, em ambos, essa categoria surgiu nas matérias vinculadas à zona de agendamento “turismo”).

Quadro 19: representações sobre a população LGBTTTI nos JN e no RB

Representações sobre LGBTTTI	Jornal Nacional	Repórter Brasil	Total
Cidadão (a)	04	37	41
Vítima	02	16	18
Desvio a norma	08	-	08
Consumidor (a)	01	02	03
Total	15	55	70

Fonte: dados coletados pelo autor

Quando comparamos em conjunto como as representações produzidas no Jornal Nacional e no Repórter Brasil atuam no reforço aos processos de inclusão ou exclusão, nos deparamos com duas dinâmicas possíveis: na primeira, identificamos representações que colaboram com a não visibilidade das reivindicações do movimento LGBT e com a manutenção das desigualdades sociais desses indivíduos, além de não reconhecer a cidadania; a segunda refere-se às representações que promovem a inclusão social e o enfrentamento das injustiças e desigualdades adjudicadas as pessoas LGBTTTI. Basicamente, essas duas sintetizam os sentidos que as reportagens dos dois telejornais dão quando representam lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais e seu conteúdo. Dito isto, chegamos a um número de mais de 70%, no JN, de matérias que não

promovem a cidadania das identidades aqui em questão e – no mesmo sentido – somamos mais de 80% de notícias que contribuem com cidadania, inclusão e igualdade no RB.

Quadro 20: síntese das representações da população LGBTTTI no JN e no RB

Formas de Representação	Jornal Nacional	Repórter Brasil	Total
Representações que promovem a inclusão social e o combate as desigualdade para a LGBTTTI	05 (21%)	64 (89%)	69
Representações que não promovem uma cidadania plena para a população LGBTTTI	19 (79%)	08 (11%)	27
Total	24 (100%)	72 (100%)	72

Fonte: dados coletados pelo autor

Diante dos contextos obtidos durante esta pesquisa, entendemos que a mídia e seu alcance – especialmente o jornalismo – como um poder formador de realidades, ou melhor, os discursos difundidos pelos meios de comunicação (aqui representados pelos jornais de TV), em um primeiro olhar, podem ser considerados importantes mecanismos de aparelhamento da democracia, mas, em contrapartida, também podem funcionar como ferramentas de opressão simbólica para determinados grupos, ou setores da sociedade. Nesse entendimento, o telejornalismo e seus códigos de informação (texto, imagem e som) são utilizados para comunicar/ou comunicar sobre, apenas os indivíduos ou grupos a quem nomeia de acordo com a posição ideológica das emissoras que os formam. É a partir dessa compressão de que o jornalismo (em parte) estrutura a realidade, portanto, a ordem social, que este estudo buscou aprofundar e refletir sobre os discursos relativos às agências de identificação da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No horizonte contemporâneo, sabemos que ser cidadão ou cidadã não é suficiente para gozar de direitos, da mesma forma que usufruir de direitos não é suficiente para ser cidadão ou cidadã. Nessa compressão, entendemos que o princípio de que todas as pessoas são iguais e de que todas têm os mesmos direitos e deveres encontra limitações no modo como os indivíduos se estabelecem na vida social, ou melhor, nos espaços que ocupam na sociedade. É nessa perspectiva que nasce a ideia de que a cidadania é estruturada a partir dos marcadores sociais que estabelecem as diferenciações entre os sujeitos. São as relações de poder que se alicerçam nos privilégios de classe, raça e etnia, pertencimento religioso, identidade de gênero e sexualidade para determinar quais grupos podem ser considerados “iguais”, portanto possuem cidadania; e quais grupos serão reconhecidos como “desiguais”, portanto os que enfrentam as desigualdades e injustiças sociais (DARDE, 2012).

No que se refere à população LGBTTTI – apesar de não estar dentro dos marcadores que conferem a cidadania –, nos últimos anos tem apresentado um avanço significativo na conquista de direitos civis, especialmente depois do início do movimento gay. No entanto, é preciso ressaltar que a liberdade sexual, enquanto direito individual de lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais, não é alcançada apenas com suporte jurídico – caso contrário muitos países já teriam eliminado a homofobia e a manutenção da heteronormatividade. Esses avanços observados no campo legal beneficiam tão-somente uma parte dos/das LGBTTTI, uma vez que essas leis não alcançam – integralmente – as pessoas que estão expostas aos cenários de violência (moral, psicológica, física e sexual) e de risco social. Nesses casos, o amparo judicial não é o bastante para proteger e assegurar os direitos dessas pessoas, pois ainda funciona como um paliativo utilizado para inibir um problema que pertence à sociedade como um todo, portanto, a busca pela igualdade e inclusão precisa, necessariamente, envolver todas as instituições que aparelham o Estado.

Nesse contexto, entendemos que as representações sobre a população LGBTTTI propagadas pelo discurso jornalístico – geralmente – estão ajustadas nos valores heterossexuais, atuando no reforço dos padrões heteronormativos. Dessa forma, mesmo quando o telejornalismo se propõe a discutir demandas relacionadas à homossexualidade,

são os princípios hegemônicos que são reproduzidos pelos veículos de comunicação, o que “reduz” a pluralidade sexual em apenas uma noção de sexualidade. “Essas representações sobre a homossexualidade que circulam nos meios passam a ter diversas implicações na vida social relacionadas às construções identitárias, contribuindo para a perpetuação do preconceito contra a população LGBT” (DARDE, 2011, p. 115). Assim sendo, as representações de lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais identificadas nesses meios são estruturadas de modo a deslegitimar suas identificações e rejeitar suas particularidades.

Nessa compreensão, constatamos que o jornalismo – sobretudo os jornais televisivos – enquanto principal meio de informação para grande parte dos brasileiros e brasileiras, tem em seus discursos, a capacidade de (des)construir as desigualdades entre o binômio homo/hetero, além de promover a inclusão da comunidade LGBTTTI quando desnaturaliza e condena a discriminação contra essas pessoas. Todavia, na realidade nacional, as normas que regulam esses discursos tendem a transformar a homossexualidade em uma prática sexual/ou comportamental, como se fosse um “estilo de vida” (uma opção), limitando-a apenas como uma “minorias sexual”, sem equivalência a heterossexualidade que, por consequência desses discursos, mantém seu status como a “sexualidade hegemônica”.

Em princípio, foi dentro desse cenário que esta pesquisa pretendeu problematizar: elaborar um estudo que identificasse como os sujeitos que não estão enquadrados na lógica hetero/normativa são representados pelo telejornalismo e como essa representação influencia a construção do pensamento coletivo sobre suas identidades. Desse modo, procuramos através do mapeamento do conteúdo jornalístico nos dois telejornais, mostrar as diferenças de linguagem nas matérias que denotem o posicionamento ideológico do jornal e como este influencia as representações sobre a cidadania LGBTTTI.

Dessa forma, nossa pesquisa concluiu que a população LGBTTTI e suas reivindicações não é representada pelo Jornal Nacional, o que identificamos foi uma sub-representação distorcida das identidades dessas pessoas. Nossa análise demonstrou que o principal telejornal brasileiro invisibiliza e rejeita a atual conjuntura política e social que vive o movimento LGBT no país. No tocante ao Repórter Brasil, nossa pesquisa constatou uma representação cidadã e inclusiva das identidades de gays, lésbicas, bissexuais, travestis,

transexuais, transgêneros e intersexuais, agendando e debatendo sobre suas urgências-necessidades no campo da educação e dos direitos civis e sociais.

Assim sendo, durante todas as etapas que seguiram nosso trabalho, nos deparamos com dois “jornalismos” diferentes, ou melhor, duas frentes discursivas que pouco convergiram entre si: por um lado acompanhamos o Jornal Nacional apresentar uma cobertura conservadora e retraída, ancorando seu discurso em instituições que – historicamente – sustentam os argumentos que “legitimam” as discriminações contra a pluralidade sexual. Ressaltamos que o JN limita sua sub-representação da homossexualidade masculina, contribuindo com as formas de silenciamento e invisibilização das sexualidades que não se encaixam do binômio homo/heterossexual. Por outro, observamos o telejornalismo realizado pelo Repórter Brasil representar e reconhecer a diversidade sexual, além de afirmar a importância do respeito às identidades de gênero na construção da identidade dos indivíduos. Percebemos, no RB, uma preocupação em noticiar o desrespeito aos direitos das/dos LGBTTTI, o telejornal apresentou uma grande quantidade de reportagens que problematizou a violação dos direitos humanos com base na orientação sexual e condição de gênero das pessoas.

Assim, consideramos que as formas de representação produzidas pelo telejornalismo do JN e RB influenciam a construção o pensamento coletivo sobre as agências de identificação da comunidade LGBTTTI. Dessarte, concluímos que o telejornal da Rede Globo, ao invisibilizar a diversidade sexual e de gênero, ancorando e reproduzindo, em seus discursos, princípios heteronormativos, o jornal colabora diretamente com a manutenção do preconceito, pois, na medida em que o JN informa e participa da construção da realidade nacional, estimula uma cultura na qual esse grupo não pode exercer sua cidadania em plenitude. Em contrapartida, verificamos que os sentidos produzidos pelo noticiário da TV Brasil são inclusivos e visibilizam as reivindicações das pessoas LGBTTTI. Aqui, destacamos que o RB, mesmo não compartilhando da audiência e alcance do JN, atua como um importante agente na promoção da cidadania da população LGBTTTI.

Está monografia, apesar de ter verificado alguns desdobramentos dos processos de invisibilização no Jornal Nacional e de representação no Repórter Brasil, não pretende ser conclusiva, e sim provocar novos questionamentos sobre a compressão contemporânea de

gênero e sexualidade enquanto agências formadoras das identidades LGBTTTI. Nesse sentido, nossa pretensão é adicionar ao debate novas reflexões, nuances e diálogos sobre cenário heteronormativo estabelecido nos grandes meios de comunicação que discrimina e dissolve as diferenças. Entretanto – na contramão – percebemos que há alternativas que rejeitam e contestam os discursos jornalísticos que violam a cidadania LGBTTTI. Assim como entendemos que para acontecer um processo de visibilidade, é preciso ampliar o debate sobre a sexualidade e horizontalizar as discussões sobre gênero nas esferas públicas e privadas de modo a humanizar e naturalizar a diversidade e as diferenças.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Marcos. **O papel da mídia na difusão das representações sociais**. *Comum*, v. 6, n. 17, p. 111-125, 2001.
- ALMEIDA GOMES, Eduardo Rezende; FEHLBERG, Jamily. **Lesbofobia: a construção de um novo conceito**. *Psicologia em Foco*, v. 4, n. 1, 2015.
- ALVES, J.A. Lindgren. **A declaração dos direitos humanos na pós-modernidade**. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*. São Paulo: IMESP, nºs, v. 51, n. 52, p. 52-71, 1999.
- ANDRÉ, Jacques. **As origens da sexualidade**. Trad. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2010.
- ANJOS, Gabriele et al. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. **Sociologias, Porto Alegre, ano**, v. 2, p. 274-305, 2000.
- ANTÔNIO TORRES, Marco. A transformação de professoras transexuais na escola: transfobia e solidariedade em figurações sociais contemporâneas. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CANAIS COMUNITÁRIOS – ABCCOM; et al. **Plataforma pelo fortalecimento da comunicação pública no Brasil**. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de comunicação LGBT**. Belo Horizonte. 200?.
- BRAGA, Luiz. **Caio Fernando Abreu: narrativa e homoerotismo**. 2006. 262 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- BRAZÃO COREEIA, Rute. **Identidade e gestão da visibilidade em jovens gays, lésbicas e bissexuais**. 2014.
- BARBALHO, Alexandre; CONTEMPORÂNEAS, Cultura. Cidadania, Minoria e Mídia. In: **Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, Salvador**. 2002.
- BARBALHO, Alexandre. Minorias, biopolítica e mídia. **Núcleo Comunicação e Cultura das Minorias. IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Porto Alegre**, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROSO, Graciele. **Transmídia no telejornalismo de emissoras públicas: estratégias adotadas nos telejornais repórter Brasil noite (tv brasil) e jornal antares (tv antares)**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- BARKER, Meg. **Um círculo vicioso de invisibilidade bi**. *Blogueiras Feministas*. Set. de 2014. Entrevista concedida a Charlotte Dingle.

BECKER, Beatriz. Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção. **Galáxia**, v. 5, n. 10, 2007.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil**. Editora E-papers, 2005.

BEZERRA, Ricardo. **Discriminação por orientação sexual na perspectiva dos direitos humanos: um panorama da legislação, jurisprudência e ações afirmativas no Brasil**. 2011. 345 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Salamanca, Salamanca, 2011.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 71-98, 2011.

BORELLI, Silvia Helena Simões; PRIOLLI, Gabriel. **A deusa ferida: por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência**. Summus Editorial, 2000.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Oeiras: Celta Editora, 1997.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual. **Cadernos pagu**, v. 21, n. 2003, p. 45-49, 2003.

BUTLER, Judith. Gender regulations. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249-274, 2014.

BUTLER, Judith. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael (org.). *Sexualidades transgressoras: uma antologia dos estudos queer*. Barcelona: Icaria, 2002. p. 61.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Reforma do Judiciário. **Diálogos sobre justiça e direitos sexuais de LGBTTT no Brasil: jurisprudência, propostas legislativas e normatização federal**. Brasília, 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório sobre a violência homofóbica no Brasil: no ano de 2012**. Brasília, 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório sobre a violência homofóbica no Brasil: no ano de 2011**. Brasília, 2011.

BRASIL. Secretaria de Comunicação da Presidência da República. **Pesquisa Brasileira de Mídia: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. **Gênero e diversidade na escola**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da saúde. **Saúde de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.** *Revista de Saúde Pública*, v. 42, n. 3, p. 570-573, 2008b.

BRASIL. Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria do Governo Municipal, Coordenadoria Especial da Mulher. **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo, 2004.

BRASIL. Lei n. 11.419/2006, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. **Lex:** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL, Lei. n. 11.652/2008, de 07 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC. **Lex:** Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. Lei nº 12.010/2009, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. **Lex:** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

CARNEIRO, Nuno. **Homossexualidades:** Uma psicologia de ser, pertencer e participar. Porto: Livpsic, 2009.

CARNEIRO, Nuno. **Ser, Pertencer e Participar:** construção da identidade homossexual, redes de apoio e participação comunitária. 2006. 375 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade do Porto, Porto, 2006.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2012.

CARVALHO, Diego. **Os conceitos de representação em schopenhauer.** 2013. 96 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

CAVALCANTE, Camila. **Visíveis e invisíveis:** práticas e identidades bissexuais. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

CHIAPPARA, Juan. Michel Foucault: ficção, real e representação produção de sentidos sociais: desdobramentos teóricos contemporâneos. **Revista Aulas**, v. 1, n. 3, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia e Diversidade Sexual:** desafios para uma sociedade de direitos. Brasília, 2011.

COSTA, Carlos Gonçalves et al. Imagens sociais das pessoas LGBT. **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**, 2010.

COSTA FILHO, Celestino et al. Jornalismo Público: por uma nova relação com os públicos. **Revista Organicom**, v. 3, n. 4, 2011.

DARDE, Vicente William da Silva. **As representações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico da Folha e do Estadão**. 2012. 230 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DALBOSCO, Daniela; NASCIMENTO, Alexandre; STENZEL, Lucia. **Construção do ativismo político**: militantes dos Movimentos Sociais LGBTTT. *Diálogo*, n. 22, p. p. 93-106, 2013.

DIAS, Afrânio. **A contribuição dos estudos culturais para compreender o conceito de identidade**. Disponível em: <<http://www.escavador.com/sobre/771018/alfrancio-ferreira-dias#producoes>>. Acesso em: 09 de set. 2015.

DUARTE, Zuila. **Processos de Reconstrução Identitária do Telejornal Local da Globo em Tempos de Concorrência e Convergência Midiática**: modos de dizer, interagir e circular do JPB 1ª edição. 2015.150 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

FACCHINI, Regina. **Entre compassos e descompassos**: um olhar para “o campo” e para “a arena” do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 3, n. 04, 2012.

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil**: recompondo um histórico. *Cadernos AEL*, v. 10, n. 18/19, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. trad. I. **Magalhães**. **Brasília: Editora Universidade de Brasília**, 2001.

FALQUET, Jules. **Breve resenha de algumas teorias lésbicas**. *Dicionário crítico del feminismo*. Paris: GEDISST/Madrid: Editorial Sínteses, 2002.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**, v. 114, p. 197-223, 2001.

FREIRE FILHO, João. Mídia, estereótipo e representação das minorias. **Eco pós**, v. 7, n. 2, p. 45-65, 2004.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços._____. **Ditos e escritos III**, p. 411-422, 2001.

FOUCAULT, Michel. 1966. “Prefácio”. **In As palavras e as coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas. Lisboa: Edições 70.p 47-56.

FOUCAULT, Michel. 1984 (1967). **Dits et écrits, Des espaces autres. In Architecteure, Mouvement, Continué**, nº 5, OCT 1984. p 46-49

FOUCAULT, Michel. 1988. **História da Sexualidade** (vol 1) - A vontade de saber. trad Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal.

G, Érika. **Por que o termo bifobia incomoda?**. Blogueiras Feministas. Jul. de 2015. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2015/07/por-que-o-termo-bifobia-incomoda/>>. Acesso em: 02 de abril de 2016.

GÓIS, J. B. H (2003). **Desencontros**: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 11 (1), 289-297.

GOMES DE JESUS, Jaqueline. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2012.

GOMES DE JESUS, Jaqueline. **Transfobia e crimes de ódio**: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio.

GOMES, Itania Maria Mota. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. *Revista e-compos, edição*, v. 8, 2007.

GOMIDE, Silvia del Valle. **Representações das identidades lésbicas na telenovela Senhora do destino**. 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 1988.

GROSS, Jacson; CARLOS, Paula. **Da construção da sexualidade aos direitos LGBT**: uma lenta conquista. *Revista Direito e Política*, v. 10, n. 2, p. 747-761, 2015.

GREGOLIN, Maria. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. **Comunicação mídia e consumo**, v. 4, n. 11, p. 11-25, 2008.

GRUPO GAY BAHIA. **Relatório**. Salvador, 2015. Relatório 2015 de assassinatos LGBT no Brasil.

HALL, Stuart. 2003. *"Introduction"*. In HALL, Stuart, Paulo du Gay. 2003. **Cuestiones de identidad cultural**. 1.ª ed. Buenos Aires: Amorrortu. P 13-39.

HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade? In: SILVA, Tomás Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 103-132.

IBGE (2011). **Censo demográfico 2010**. Dados disponíveis em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 de mar. 2016.

JÚNIOR, Wilson Corrêa da Fonseca. Análise de conteúdo. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, p. 380, 2005.

JUQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 01, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Secad/MEC, 2009.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. **A grande mídia brasileira e identidades LGBT**: um retrato em 2008.

LEVI-STRAUSS, Claude. 1982 (1949). **As estruturas elementares do parentesco**. Trad Mariano Ferreira. 2.ª ed. Petrópolis: Vozes.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. **Homofobia & educação: um desafio ao silêncio**. Letras Livres, 2009.

LOPES, Denilson. Desafios dos estudos gays, lésbicos e transgêneros. **Comunicação, mídia e consumo**, v. 1, n. 1, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer-uma política pós-identitária para a educação**. Red Revista Estudos Feministas, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **O “estranhamento” queer**. In: ANAIS do seminário do Fazendo Gênero VII. Florianópolis, 2006. p. 03.

MACHADO, Marcia Benetti; JACKS, Nilda. O discurso jornalístico. **Brasília: Compós**, 2001.

MACHADO, F.V; PRADO, M. **Visibilidade, sexualidade e dignidade na parada de orgulho LGBT de Belo Horizonte**. In *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação*.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Angela Uchôa. **Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito**. 2007.

MARIANO, Silvana; et al. **Conceituando gênero, conjunturas familiares e homofobia para o uso da sociologia no ensino médio**. Edição nº. 1, Vol. 1, jan-jun. 2012.

MARTINS, André. Grupos excluídos no discurso da mídia: uma análise de discurso crítica. **DELTA Especial**, n. 21, p. 129-147, 2005.

MATTOS, Fabrício Santos. Políticas de Minorias e Políticas Culturais: de Tocqueville à contemporaneidade. **Revista Ensaios**, v. 1, n. 1, p. p. 35-44, 2008.

MENDES, Conrado Moreira; CHRYSSTUS, Mirian. Sobre o Jornal Nacional, um recorte discursivo. **Revista Mediação**, v. 14, n. 14, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, v. 15, n. 1, p. 55-81, 2009.

MILLER, Toby. A televisão acabou, a televisão virou coisa do passado, a televisão já era. **A TV em transição: tendências de programação no Brasil e no mundo**, p. 9-26, 2009. e Democracia, p. 247-262. Florianópolis: UFSC, 2007.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In: **Congresso de Leitura do Brasil**. 2007. p. 1-19.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, v. 11, n. 21, 2009.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social. **Reflexões sobre o casamento gay**. Cadernos pagu (28), Núcleo de Estudo de Gênero Pagu/Unicamp, jan. 2007.

Módulos Sobre Questões Relacionadas aos Direitos Humanos. **O. Direitos das minorias**. Disponível em: < <http://www.fd.uc.pt/igc/manual/pdfs/O.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

MORAES, Bruno Sodré. **Jornalismo Público: um olhar sobre o Repórter Brasil**. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MORAIS, Raquel. **Homoafetividade e direitos: repertórios discursivos construídos no âmbito jurídico**. 2014. 228 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.

MORENO, Jamile. Conceito de minorias e discriminação. **Direito e Humanidades**, n. 17, 2010.

MOTA GOMES, Itania. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. **Revista e-compos, edição**, v. 8, 2007.

MOURA COSTA, Patrícia; RIBEIRO DE MELO, Marco. A luta contra a homofobia: das condições de constituição dos movimentos homossexual e LGBTTT em Sergipe. **Revista TOMO**, 2014.

NETO, Paulo; PINHEIRO, Paulo. Direitos humanos no Brasil: Perspectivas no final do século. **Textos do Brasil**, v. 2, n. 6, 1998.

NÓBREGA FILHO, Emanuel Raiff Gomes da et al. **Sujeitos Queer em cartaz: uma análise discursiva do corpo em (trans) formação**. 2011.

OLIVEIRA, Ana Carolina . **Corpos estranhos? Reflexões sobre a interface entre a intersexualidade e os direitos humanos**. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

OLIVEIRA, Cleide. **Discursos, homofobia e políticas de direitos humanos**. 2014. 166 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

OLIVEIRA DUARTE, Marco. **Políticas Públicas para a população de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (LGBT): uma questão de Direitos Humanos e de Cidadania**. Política editorial e normas para submissão de textos, p. 92.

OLIVEIRA, Jussara; ATHAYDE, Thays. **(In)visibilidade bissexual**. Blogueiras Feministas. Set. de 2014. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/09/invisibilidade-bissexual/>>. Acesso em: 04 de mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Nascidos livres e iguais: orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos**. Brasília, 2013.

PILLAY, Navanethem. **Organização das Nações Unidas (ONU)**. 2011.

PEREIRA, Ana Maria. **Telejornalismo, interação e redes sociais: convergências na TV Cabo Branco e TV Paraíba**. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

PERUCCHI, Juliana. Dos estudos de gênero às teorias Queer: Desdobramentos do feminismo e do movimento LGBT na psicologia social. **Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social**, p. 1-5, 2009.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Estermann. 15. Transexualidade e Heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011.

POCAHY, Fernando. **Rompendo o Silêncio**: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007.

PRETES, Érika. **A criminalização do discurso de ódio homofóbico no Brasil**. 2014. 219 f. Dissertação (Mestrado em Direito - História, Poder e Liberdade) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. **Observatório de Sexualidade e Política**, 2007.

RAMALHO, Marina; POLINO, Carmelo; MASSARANI, Luisa. Do laboratório para o horário nobre: a cobertura de ciência no principal telejornal brasileiro. **JCOM, Trieste, Sissa**, v. 11, n. 2, p. A02, 2012.

RAMOS, Roberto. **Cirurgia de transgenitalização e adequação registral como mecanismos insuficientes de alcance da dignidade humana do transexual**. 2014. 129 f. Dissertação (Mestrado em ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

RAUPP, Roger. Cidadania sexual na América Latina. **Revista de Estudos Universitários-REU**, v. 33, n. 1, p. 49-60, 2007.

REZENDE, Guilherme Jorge. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. Summus Editorial, 2000.

REIS, Elisa. Cidadania: história, teoria e utopia. **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: **Fundação Getúlio Vargas**, p. 11-17, 1999.

ROSA, Fernando Manuel André. 2010. 112 f. **A construção da visibilidade LGBT**: uma análise crítica do discurso jornalístico. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2010.

ROSO, Adriane et al. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. **Psicol. soc. (Impr.)**, v. 14, n. 2, p. 74-94, 2002.

RODRIGUES, Gilson. **Invisibilização social**: o jogo dramático de visibilidade e invisibilidade dos atores sociais. 2007. 109 f. Monografia (Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

RUBIN, Gayle. 1993 (1975). «*The traffic in women: notes on the "Political Economy" of sex*». In PAGER, Jeffrey, Michael Rustin (ed). *Psychoanalytic sociology* (vol 1). Aldershot: Edward Elgar Publishing. p.215.

SANGALETTI, Letícia. **Representação da voz de minorias sexuais na narrativa de Caio Fernando Abreu e João Gilberto Noll**. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Literatura Comparada). Universidade Regional Integrada do Alto do Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2013.

- SANTOS, Ana Cristina. Nem menos, nem mais, direitos iguais”: a juridificação do movimento LGBT português. In: **Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra**. 2004. p. 16-18.
- SANTOS, Boaventura. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua nova**, v. 39, p. 105-124, 1997.
- SANTOS, Gilberta; CARENEIRO, Jussara. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Estudos Feministas**. 2011.
- SANTOS, Miro Luiz. 2006. 180 f. **A fonte amadora na construção de realidades no telejornalismo**. 2006. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- SANTOS, Moara de Medeiros Rocha; ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de. A clínica da intersexualidade e seus desafios para os profissionais de saúde. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, n. 3, p. 26-33, 2003.
- SANTOS, Oséias. **A invenção de uma epidemia: AIDS, Direitos Humanos e os grupos mais atingidos**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- SANTOS, Raldianny. **Sujeito, discurso e ideologia: a constituição de identidades na cultura midiática**. *Revista Culturas Mediáticas*. PPGCOM UFPB. No 01. Jan/jun 2009.
- SCORALICK, Kelly. A representação das minorias marginalizadas no telejornalismo. **Revista de C. Humanas**, v. 9, n. 2, p. 191-203, 2009.
- SCORALICK, Kelly. **Mídia e cidadania: a representação das pessoas com deficiência no telejornalismo**. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação e Realidade*, vol. 20, nº 2, Porto Alegre, jul-dez/1995, p.71-99.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins. **Muito além do jardim botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores**. Summus Editorial, 1985.
- SILVA, Wellington Amâncio. Foucault e indigenação—as formas de silenciamento e invisibilização dos sujeitos. **Problemata-Revista Internacional de Filosofia**, v. 6, n. 3, p. 111-128, 2015.
- SIQUEIRA, William; TOLEDO, Livia. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. **Revista Psicologia Política**, v. 11, n. 22, p. 261-277, 2011.
- SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de minoria**. Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, p. 11-14, 2005.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009
- SODRÉ, Raquel. **Dor e sofrimento de pessoas intersexuais vêm do preconceito**. O tempo Interessa. 2016.

SOUSA, Ana Lúcia. **Sexualidade humana e preconceito: do silêncio ao controle das condutas sexuais**. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Argos, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. **Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa**. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, p. 12-93, 2008.

TÓTORA, Silvana. Devires minoritários: um incômodo. **Verve**, n. 6, 2011.

VALADÃO, Rita de Cássia et al. **A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência**. 2011.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. 2009. **A chave do armário: Homossexualidade, casamento, família**. Lisboa: ICS.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira**. 2009. 206 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VAZ NETO, Manoel. **O armário da epistemologia Das imagens ao imaginário: o homossexual como metáfora da doença e o gay como metáfora da cura**. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

VAZ NETO, Manoel. **Travestis, o gênero inventado: um confronto com o estado da arte**, 2014. 248 f. Tese (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

VIANNA, Adriana; LARCEDA, Paula. **Direitos e Políticas Sexuais no Brasil: o panorama atual**. Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2004. v. 01. p. 245.

VIEIRA, Paulo Jorge. Cidades torcidas: uma abordagem conceitual sobre (homo) sexualidades e espaço urbano. **XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana Ciência e Utopia: por uma Geografia do Possível**, 2011.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, v. 67, p. 139-190, 2006.

WEEKS, Jeffrey. 1995. **Invented Moralities** – sexual Values in the Age of Uncertainty. Cambridge: Polity Press.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2004.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual; Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A | LEVANTAMENTO QUANTITATIVO – MAPEAMENTO DE DADOS NO JORNAL NACIONAL

TEMÁTICA: POPULAÇÃO LGBTTTI

Mês: Janeiro

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	Papa Francisco faz defesa da família durante viagem às Filipinas	Religião	16/01/2015	Noticioso	Nota – 0:34 seg.	Não	Internacional
2	Atriz e cineasta Susana Moraes morre aos 74 anos	Outros	17/01/2015	Noticioso	Nota – 031 seg.	Não	Nacional

Mês: Fevereiro

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	X	X	X	X	X	X	X

Mês: Março

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional, internacional.
1	EUA conhecem o primeiro político a se declarar pré-candidato à presidência	Política	23/03/2015	Informativo	Reportagem – 1:15 min.	Alan Severiano	Internacional
2	Lei de liberdade religiosa recebe críticas nos Estados Unidos	Direitos Civis	31/03/2015	Informativo	Reportagem – 2:15 min.	Heltér Duarte	Internacional

Mês: Abril

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	Protesto em João Pessoa impede audiência pública com a presença de	Política	10/04/2015	Informativo	Reportagem – 1:21 min.	Não	Local

	Eduardo Cunha						
2	Drama de menino faz disparar número de doações de medula óssea na capital de São Paulo	Outros	25/04/2015	Informativo	Reportagem – 2:30 min.	Michelle Barros	Nacional

Mês: Maio

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	Surgem mais dois pré-candidatos à presidência dos EUA pelo Partido Republicano	Política	04/05/2015	Informativo	Reportagem – 3:29 min.	Não	Internacional
2	Irlanda se torna o primeiro país a aprovar em um referendo o casamento homossexual	Direitos Civis	23/05/2015	Informativo	Reportagem – 1:45 min.	Roberto Kovalick	Internacional
3	EUA: políticos da oposição anunciam intenção nas eleições presidenciais	Política	28/05/2015	Informativo	Nota – 0:35 seg.	Não	Internacional

Mês: Junho

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	Turistas Invadem a maior metrópole do país durante feriadão	Outros	06/06/2015	Informativo	Reportagem – 1:48 min.	Carla Modena	Nacional
2	Vaticano se torna mais tolerante com divorciados e recua em relação a gays	Religião	23/06/2015	Informativo	Reportagem – 1:48 min.	Ilze Scamparini	Internacional
3	Obama dá bronca em convidada que interrompeu discurso na casa Branca	Política	25/06/2015	Noticioso	Reportagem – 0:45 seg.	Não	Internacional
4	Suprema Corte dos EUA aprova o casamento gay em todo país	Direitos Civis	26/06/2015	Informativo	Reportagem – 2:07 min.	Luís Fernando Silva Pinto	Internacional

Mês: Julho

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local, reg.; nacional; internacional.
1	Obama defende direitos dos	Direitos Civis	25/07/2015	Informativo	Reportagem	Não	Internacional

	homossexuais no Quênia				- 2:11 min.		
2	Judeu ultra-ortodoxo esfaqueia seis pessoas em Parada Gay de Jerusalém	Violência e Discriminação	30/07/2015	Noticioso	Nota – 023 seg.	Não	Internacional

Mês: Agosto

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	X	X	X	X	X	X	X

Mês: Setembro

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	Escrivã que se recusou a casar dois gays é presa nos Estados Unidos	Direitos Civis	03/09/2015	Informativo	Reportagem – 2:25 min.	Sandra Coutinho	Internacional
2	Cartório começa a casar gays nos EUA após prisão de escritã	Direitos Civis	04/09/2015	Informativo	Reportagem – 2:02 min.	Hélter Duarte	Internacional
3	Escrivã presa por invocar motivos religiosos para não casar homossexuais deixa a cadeia	Religião	08/09/2015	Noticioso	Nota – 0:27 seg.	Não	Internacional
4	Encontro do Papa Francisco com escritã americana causa polêmica	Religião	30/09/2015	Informativo	Nota – 0:46 seg.	Não	Internacional

Mês: Outubro

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	Escrivã americana não teve uma audiência com Papa Francisco, diz Vaticano	Religião	02/10/2015	Informativo	Reportagem – 1:39 min.	Hélter Duarte	Internacional
2	Vaticano demite padre que revelou à imprensa ser homossexual	Religião	03/10/2015	Noticioso	Nota – 0:30 seg.	Não	Internacional
3	Bispos participam da 1ª reunião do	Religião	05/10/2015	Informativo	Reportagem	Ilze Scamparini	Internacional

	sínodo sobre família no Vaticano				– 1:54 min.		
4	Papa Francisco pede perdão pelos escândalos da Igreja	Religião	14/10/2015	Informativo	Reportagem – 1:43 min.	Ilze Scamparini	Internacional
5	Vaticano apresenta documento final do Sínodo sobre a Família	Religião	24/10/2015	Informativo	Reportagem – 2:07 min.	Ilze Scamparini	Internacional

Mês: Novembro

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	X	X	X	X	X	X	X

Mês: Dezembro

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	X	X	X	X	X	X	X

APÊNDICE B | LEVANTAMENTO QUANTITATIVO – MAPEAMENTO DE DADOS NO REPÓRTER BRASIL

TEMÁTICA: POPULAÇÃO LGBTTTI

Mês: Janeiro

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	Projeto de lei que criminaliza a homofobia deve ser arquivado no Congresso	Direitos Civis	12/01/2015	Informativo	Reportagem/ Entrevista – 8:00 min.	Pedro Henrique Moreira	Nacional
2	Programa oferece ajuda de custo para travestis e transexuais estudarem	Cidadania	16/01/2015	Informativo	Reportagem – 2:38 min.	Aline Scarso	Regional
3	Atrações transformam o Brasil em um dos destinos preferidos pelo público LGBT	Turismo	20/01/2015	Informativo	Reportagem – 5:29 min.	Pedro Henrique Moreira	Internacional

Mês: Fevereiro

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	Estudantes e profissionais da educação debatem na UNE direitos de travestis e transsexuais	Direitos Civis	05/02/2015	Informativo	Reportagem – 2:35 min.	Paula Ottoni	Nacional
2	Violência dos trotes preocupam calouros da USP	Violência	12/02/2015	Informativo	Reportagem – 1:36 min.	Não	Regional
3	Papa Francisco recebe grupo católico gay dos EUA	Religião	18/02/2015	Informativo	Nota – 0:26 seg.	Não	Internacional
4	Corte constitucional da Colômbia decide medidas sobre adoção homossexual	Direitos Civis	19/02/2015	Noticioso	Nota – 0:19 seg.	Não	Internacional
5	Anistia Internacional lançará relatório "O estado dos Direitos Humanos no mundo"	Cidadania	24/02/2015	Informativo	Reportagem – 2:07	Thiago Pimenta	Internacional

Mês: Março

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	STJ decide que parceiros de união homoafetiva têm direito de pedir pensão pós-separação	Direitos Civis	03/03/2015	Informativo	Nota – 0:34 seg.	Não	Nacional
2	Corpo de adolescente agredido até a morte é velado em São Paulo	Violência	10/03/2015	Informativo	Reportagem – 2:26 min.	Aline Scarso	Regional
3	LGBTTs podem, a partir de agora, usar o nome social na rede de ensino	Direitos Civis	12/03/2015	Noticioso	Nota – 0:34 seg.	Não	Nacional
4	Terceiro dia do Fórum Mundial, na Tunísia, discute o preconceito a violência contra a mulher	Cidadania	26/05/2015	Informativo	Reportagem – 2:35 min.	Paulo Leite	Internacional
5	Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, é vaiado na Assembleia Legislativa de SP	Política Nacional	27/05/2015	Informativo	Nota – 0:53 seg.	Não	Nacional
6	Presidente da Câmara dos Deputados é vaiado em Assembleia Legislativa do RS	Política Nacional	30/05/2015	Informativo	Nota – 0:47 seg.	Não	Nacional

Mês: Abril

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	Bloco formado por artistas, grupos políticos e movimentos sociais faz protesto sem SP	Outros	01/04/2015	Informativo	Reportagem – 1:03 min.	Não	Regional
2	Laudo oficial afasta hipótese de assassinato por homofobia	Violência	03/04/2015	Informativo	Reportagem – 0:54 seg.	Não	Regional
3	A Justiça tem dado decisões favoráveis a adoção de crianças por casais homoafetivos. E a gente quer saber: qual a definição de família para você?	Direitos Civis	03/04/2015	Opinativo	Entrevista – 2:35 min.	Não	Nacional

4	Deputados discutem projeto de lei que ficou conhecido como estatuto da família	Direitos Civis	03/04/2015	Informativo	Reportagem/ Entrevista – 9:12 min.	Iara Balduino	Nacional
5	Suécia vai incluir um pronome pessoal neutro 'hen' no dicionário oficial da língua	Cidadania	03/04/2015	Informativo	Reportagem – 2:32 min.	Giselle Garcia	Internacional
6	Câmara pede informações sobre agressões de policiais a modelo transexual Verônica Bolina	Violência	17/04/2015	Informativo	Nota – 0:39 seg.	Não	Nacional

Mês: Maio

Nº	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	Suprema Corte do EUA começa a debater o futuro dos casamentos gays no país	Direitos Civis	11/05/2015	Noticioso	Nota – 1:24 min.	Não	Internacional
2	Mec divulga as regras para o Enem	Cidadania	14/05/2015	Informativo	Reportagem – 3:04 min.	Pedro Henrique Moreira	Nacional
3	Próximo domingo é o dia internacional contra a homofobia	Cidadania	15/05/2015	Noticioso	Nota – 0:42 seg.		Internacional
4	Seminário LGBT na Câmara propõe que as pessoas se coloquem no lugar das outras	Cidadania	20/05/2015	Informativo	Reportagem – 3:04 min.	Priscila Mendes	Nacional
5	População da Irlanda vota hoje para decidir se legaliza o casamento gay	Direitos Civis	22/05/2015	Informativo	Nota – 0:59 min.	Não	Internacional
6	Irlanda se tornou hoje o primeiro país a aprovar o casamento gay por meio de consulta popular	Direitos Civis	23/05/2015	Informativo	Reportagem – 1:19 min.	Não	Internacional

Mês: Junho

Nº	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	Parada LGBT de São Paulo será neste domingo, dia 7	Outros	02/06/2015	Informativo	Reportagem – 34 seg.	Não	Nacional
2	Em São Paulo, lésbicas organizam caminhada um dia antes da Parada do Orgulho Gay	Outros	06/06/2015	Informativo	Reportagem – 1:39 min.	Aline Carrijo	Nacional
3	Comercial do Boticário quebra barreiras do preconceito	Outros	08/06/2015	Informativo	Reportagem – 3:21 min.	Bruno Cruz	Nacional
4	Milhares de pessoas participam da Parada Gay em São Paulo	Outros	08/06/2015	Informativo	Reportagem – 2:29 min	Eduardo Goulart de Andrade	Nacional
5	Transexuais têm mais dificuldades para alterar o nome na Justiça	Direitos Civis	10/06/2015	Informativo	Reportagem – 2:05 min.	Vanessa Casalino	Nacional
6	Você vai ver, agora, uma homenagem ao Dia dos Namorados	Outros	12/06/2015	Crônica	Reportagem – 5:04 min.	Não	Nacional
7	Lésbicas, Gays, bissexuais, travestis e transexuais vão poder se candidatar ao Conselho Municipal de políticas LGBT de São Paulo.	Direitos Civis	16/06/2015	Opinativo	Entrevista – 2:59 min.	Não	Regional
8	Em São Paulo, representantes do Conselho Municipal de Política LGBT poderá ser escolhido	Direitos Civis	16/06/2015	Informativo	Reportagem – 2:27 min.	Aline Moraes	Regional
9	Estatuto da família volta a ser discutido	Direitos Civis	25/06/2015	Informativo	Reportagem – 2:15 min.	Thaís Antônio	Nacional
10	Termina hoje o prazo para travestis e transexuais pedirem uso de nome social no Enem	Cidadania	26/06/2015	Informativo	Nota – 0:26 seg.	Não	Nacional
11	Projeto de lei que combate preconceito em lojas causa otimismo para a população LGBT	Políticas Públicas	26/06/2015	Informativo	Reportagem – 1:28 min.	Bruno Cruz	Regional

12	Movimento gay conquista vitória histórica nos EUA	Direitos Cíveis	26/06/2015	Informativo	Reportagem – 1:27 min.	Não	Internacional
13	Conheça um pouco mais sobre Mário de Andrade	Outros	30/06/2015	Informativo	Reportagem – 1:52 min.	Bruno Cruz	Nacional

Mês: Julho

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	Câmara legislativa do DF aprova lei que dividiu opiniões nas redes sociais	Políticas Públicas	03/07/2015	Informativo	Reportagem – 2:29 min.	Lia Kunzler	Nacional
2	Desde 2014, alunos travesti e transexuais de SP podem usar nome social em documentos escolares	Cidadania	03/07/2015	Informativo	Reportagem – 1:55 min.	Vanessa Casalino	Regional
3	Quatro amigos são agredidos nesta madrugada em Brasília	Violência	07/07/2015	Informativo	Reportagem – 1:28 min.	Não	Regional
4	Transexuais do RJ conquistam direitos sobre o nome social	Direitos Cíveis	09/07/2015	Informativo	Reportagem – 1:53 min.	Flavia Grossi	Regional
5	OAB repudia projeto do Estatuto da Família	Direitos Cíveis	13/07/2015	Informativo	Reportagem – 2:19 min.	Pedro Henrique Antunes	Nacional
6	Em Contagem, em MG, casal homoafetivo luta para registrar filhos com dupla maternidade	Direitos Cíveis	13/07/2015	Informativo	Reportagem – 2:20 min.	Renato Franco	Regional
7	Denúncias do Disque 100 caem no primeiro semestre, em comparação ao ano passado	Outros	22/07/2015	Informativo	Reportagem/ Entrevista – 9:27 min.	Paulo Leite	Nacional
8	Professora de SP é demitida após assumir ser transexual	Discriminação	24/07/2015	Informativo	Reportagem – 2:19 min.	Dimas Soldi	Regional

9	Pela primeira vez, um presidente dos EUA visita o Quênia, na África	Direitos Civis	25/07/2015	Noticioso	Reportagem – 1:28 min.	Não	Internacional
10	LGBTs precisam entrar na Justiça para garantir direitos	Direitos Civis	25/07/2015	Informativo	Reportagem – 2:40 min.	Alessandra Lago	Nacional
11	Travestis e transexuais frequentam, no RJ, curso preparatório para o Enem	Cidadania	28/07/2015	Informativo	Reportagem – 2:54 min.	Daniel Isaias	Regional
12	Notícias sobre agressões contra minorias são constantes	Violência	29/07/2015	Informativo	Reportagem – 2:40 min.	Não	Nacional
13	Um homem esfaqueou participantes de uma parada gay, em Israel	Violência	30/07/2015	Noticioso	Nota – 0:54 seg.	Não	Internacional

Mês: Agosto

Nº	Matérias	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	Estatuto da Família volta à pauta do Congresso Nacional	Direitos Civis	04/08/2015	Informativo	Reportagem – 3:48 min.	Larissa Graciano	Nacional
2	Comissão da Verdade apresenta estudo sobre violações a direitos humanos na ditadura	Direitos Humanos	12/08/2015	Informativo	Reportagem – 2:41 min.	Maurício de Almeida	Nacional
3	Comissão Nacional da Verdade discutiu hoje a repressão da homossexualidade na ditadura	Direitos Humanos	24/08/2015	Informativo	Reportagem – 2:31 min.	Soane Guerreiro	Nacional

Mês: Setembro

Nº	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	Gestores e profissionais da rede pública de saúde serão treinados para acolher e atender mulheres lésbicas e bissexuais	Políticas Públicas	02/09/2015	Informativo	Nota – 0:40 seg.	Não	Nacional

2	Forte calor e seca não atrapalharam a parada da diversidade sexual em Cuiabá	Outros	04/09/2015	Informativo	Reportagem – 0:52 seg.	Laura Meireles	Regional
3	Nos Estados Unidos, casal gay consegue formalizar a união	Direitos Civis	04/09/2015	Informativo	Reportagem – 1:54 min.	Gislene Nogueira	Internacional
4	Encontro de especialistas brasileiros e estrangeiros discutiu questões de gênero e sexualidade	Cidadania	10/09/2015	Informativo	Reportagem – 2:07 min.	Marcelo Rafael	Internacional
5	Em Brasília, conferência de mulheres discute políticas públicas para transexuais	Políticas Públicas	11/09/2015	Informativo	Reportagem – 1:56 min.	Lia Kunzler	Nacional
6	Barack Obama nomeia primeiro gay assumido para liderar Exército americano	Outros	19/09/2015	Informativo	Nota – 0:53 seg.	Não	Internacional
7	Comissão especial da Câmara exclui casais homossexuais do conceito de família	Direitos Civis	24/09/2015	Informativo	Reportagem – 2:14 min.	Não	Nacional
8	Exército abre inquérito para esclarecer o caso da transexual que teve fotos divulgadas indevidamente	Violência	30/09/2015	Informativo	Reportagem – 1:57 min.	Vanessa Casalino	Nacional

Mês: Outubro

Nº	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	Tratamento gratuito com hormônios para pessoas transexuais é garantido pelo SUS	Políticas Públicas	01/10/2015	Informativo	Reportagem – 2:32 min.	Priscila Kerche	Nacional
2	Transexuais poderão usar o nome social para fazer as provas do Enem	Cidadania	07/10/2015	Informativo	Reportagem – 1:51 min.	Vanessa Casalino	Nacional

3	Mil jovens de Minas Gerais fizeram uma discussão importante, nos últimos três dias - como participar da política	Outros	12/10/2015	Informativo	Reportagem – 1:17 min.	Não	Regional
---	--	--------	------------	-------------	---------------------------	-----	----------

Mês: Novembro

N°	Matérias	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	França vai permitir que homossexuais doem sangue, a partir de 2016	Cidadania	04/11/2015	Informativo	Nota – 0:37 seg.	Não	Internacional
2	Justiça da Colômbia legaliza adoção de crianças por casais homossexuais	Direitos Civis	05/11/2015	Informativo	Nota – 0:28 seg.	Não	Internacional
3	Pesquisa indica que mais de 100 travestis e transexuais são assassinadas, por ano, no Brasil	Violência	27/11/2015	Informativo	Reportagem – 1:40 min.	Não	Nacional
4	Papa Francisco desembarca em Uganda	Religião	27/11/2015	Informativo	Reportagem – 0:49 seg.	Não	Internacional
5	IBGE anuncia as transformações sofridas pela sociedade brasileira nos últimos 40 anos	Outros	30/11/2015	Informativo	Reportagem – 2:14 min.	Maurício de Almeida	Nacional

Mês: Dezembro

N°	Matéria	Temática	Data	Gênero	Categoria/ Duração	Assinada	Local; reg.; nacional; internacional.
1	780 mil pessoas no Brasil são portadoras do vírus da Aids	Outros	01/12/2015	Informativo	Reportagem – 3:39 min.	Débora Brito	Nacional

ANEXOS

ANEXO A | TERMOS INCLUSIVOS REFERENTES ÀS IDENTIDADES LGBTTTI

Escrever ou falar conforme um vocabulário reconhecido pelas pessoas representadas é essencial para valorizar a cidadania. Com relação a travestis e transexuais, é comum o uso de expressões que levam a concepções errôneas sobre a vivência e os desafios dessas pessoas. Com relação a pronomes, as pessoas transgênero devem ser tratadas de acordo com o gênero com o qual se identificam. Se você não está certo(a) quanto ao gênero da pessoa, pode perguntar, respeitosamente, como ela prefere ser tratada, e tratá-la dessa forma. Abaixo segue um glossário de termos considerados inclusivos, por representarem adequadamente o cotidiano de homens e mulheres transexuais, de travestis e outras pessoas transgênero, buscando-se representar minimamente, e com didática, a sua diversidade identitária, incluindo conceitos relacionados a gênero e orientação sexual.

GLOSSÁRIO DE TERMOS INCLUSIVOS

Sexo: classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais.

Gênero: classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo.

Expressão de gênero: forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive.

Papel de gênero: modo de agir em determinadas situações conforme o gênero atribuído, ensinado às pessoas desde o nascimento. Construção de diferenças entre homens e mulheres. É de cunho social, e não biológico.

Identidade de gênero: gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e

que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero.

Cisgênero: conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.

Transgênero: conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.

Intersexual: pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), coexistência de tecidos testiculares e de ovários. A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas.

O grupo composto por pessoas intersexuais tem-se mobilizado cada vez mais, a nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas “reparadoras”, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais.

Orientação sexual: atração afetivo-sexual por alguém. Sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero.

Assexual: pessoa que não sente atração sexual por pessoas de qualquer gênero.

Bissexual: pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero.

Heterossexual: pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero diferente daquele com o qual se identifica.

Homossexual: pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero igual àquele com o qual se identifica.

Crossdresser: pessoa que frequentemente se veste, usa acessórios e/ou se maquia diferentemente do que é socialmente estabelecido para o seu gênero, sem se identificar como travesti ou transexual. Geralmente são homens heterossexuais, casados, que podem ou não ter o apoio de suas companheiras.

Transexual: termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Evite utilizar o termo isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. Sempre se refira à pessoa como mulher transexual ou como homem transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica.

Homem transexual: pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem. Alguns também se denominam transhomens ou Female-to-Male (FtM).

Mulher transexual: pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Algumas também se denominam transmulheres ou Male-to-Female (MtF).

Travesti: pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero. Referir-se a ela sempre no feminino, o artigo “a” é a forma respeitosa de tratamento.

Transformista ou Drag Queen/Drag King: artista que se veste, de maneira estereotipada, conforme o gênero masculino ou feminino, para fins artísticos ou de entretenimento. A sua personagem não tem relação com sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Transfobia: preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis. Processo transexualizador Processo pelo qual a pessoa transgênero passa, de forma geral, para que seu corpo adquira características físicas do gênero com o qual se identifica. Pode ou não incluir tratamento hormonal, procedimentos cirúrgicos variados (como mastectomia, para homens transexuais) e cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização.

Cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização: procedimento cirúrgico por meio do qual se altera o órgão genital da pessoa para criar uma neovagina ou um neofalo. Preferível ao termo antiquado “mudança de sexo”. É importante, para quem se

relaciona ou trata com pessoas transexuais, não enfatizar exageradamente o papel dessa cirurgia em sua vida ou no seu processo transexualizador, do qual ela é apenas uma etapa, que pode não ocorrer.

Nome social: nome pelo qual as travestis e pessoas transexuais se identificam e preferem ser identificadas, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade e expressão de gênero.

Orgulho: antônimo de vergonha. Conceito desenvolvido pelo movimento social LGBT para propagar a ideia de que a forma de ser de cada pessoa é uma dádiva que a aproxima de comunidades com características semelhantes às suas, e deve ser afirmada como diferença que não se altera, não deveria ser reprimida nem recriminada.

LGBT: acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Eventualmente algumas pessoas utilizam a sigla GLBT, ou mesmo LGBTTT, incluindo as pessoas transgênero/*queer*. No Chile é comum se utilizar TLGB, em Portugal também se tem utilizado a sigla LGBTTTQI, incluindo pessoas *queer* e intersexuais. Nos Estados Unidos se encontram referências a LGBTTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais e Assexuados).

Fonte: Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos | Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros (GOMES, 2012).

DATAS IMPORTANTES

29 de janeiro	Dia da Visibilidade Trans
08 de março	Dia Internacional da Mulher
17 de maio	Dia Internacional contra a Homofobia
24 de junho	Dia de Ação Trans por Justiça Social e Econômica
28 de junho	Dia do Orgulho LGBT
29 de agosto	Dia da Visibilidade Lésbica
23 de outubro	Dia Mundial de Luta Contra a Patologização da Transexualidade
19 de novembro	Dia Internacional do Homem
20 de novembro	Dia da Memória Transgênero

ANEXO B | SIMBÓLOS QUE REPRESENTAM A POPULAÇÃO LGBTTTI: DOS SIGNIFICADOS



Triângulo cor-de-rosa: o triângulo cor-de-rosa foi inicialmente utilizado como um brasão nos campos de concentração nazistas para identificar homens homossexuais durante a Segunda Guerra Mundial. Estima-se que entre 5 e 15 mil homens gays foram encarcerados nos campos de concentração; não se sabe exatamente quantos deles morreram, mas o estudioso Ruediger Lautmann acredita que as cifras podem chegar a 60% dos detentos.

Atualmente, no entanto, esse signo foi reapropriado como um símbolo do orgulho e da luta contra a opressão. Depois que a AIDS Coalition to Unleash Power (ACT-UP / Coalizão da AIDS para Desencadear a Força) foi fundada em 1987, ela passou a utilizar um triângulo rosa invertido como seu logotipo.



Signos de mulher entrelaçados: O círculo com uma cruz colada a sua parte inferior é o símbolo astrológico do planeta Vênus e também representa o sexo feminino. Ele remete ao espelho da deusa greco-romana do amor e da beleza. A união de dois desses signos lado a lado vem sendo usada para representar a comunidade lésbica desde a década de 1970. Esse símbolo também já foi utilizado para representar o feminismo e a irmandade de todas as mulheres, então três signos de Vênus também podem ser utilizados para representar especificamente o orgulho feminista.



Triângulo preto: O Parágrafo 175 do estatuto alemão que criminalizava os atos sexuais entre dois homens não citava lésbicas, mas o triângulo preto denotava “mulheres associadas” nos campos de concentração. Isso incluía feministas, lésbicas, prostitutas e mulheres que se negavam a gerar filhos. Assim como o triângulo cor-de-rosa dos homens, o triângulo negro tornou-se um símbolo de orgulho e solidariedade entre as lésbicas.



Triângulos da bissexualidade: Não se conhece a origem desses dois triângulos interligados, um azul e rosa, às vezes chamados de “biângulos”. Há algumas hipóteses de que o triângulo rosa representa a atração por mulheres e que o azul representa a atração por homens, ou que o rosa representa a homossexualidade, o azul a heterossexualidade, e o roxo a bissexualidade.



Símbolo transgênero, versão 1: Esse signo combina e modifica os elementos dos signos de homens e de mulheres, com um uma seta que é a combinação dos dois colocado no alto, à esquerda. Denise Leclair, a diretora executiva da Fundação Internacional pela Educação de Gênero (IFGE), conta que o símbolo foi criado por Nancy Nangeroni, Holly Boswell e Wendy Pierce para a IFGE.



Lambda: o lambda é a 11a. letra do alfabeto grego. Essa letra em minúscula simboliza a comunidade LGBT desde 1970, quando a Gay Activist Alliance a escolheu para representar o movimento pelos direitos gays. Há quem acredite que o “l” seja a inicial de “liberação”, enquanto outros argumentam que ele foi escolhido por causa do símbolo para “energia” na Física.



Signos de homem entrelaçados: o símbolo do círculo com uma seta diagonal apontando para o alto e para a direita é o símbolo astrológico do planeta Marte, e também representa o sexo masculino. Ele remete ao escudo e a lança do deus greco-romano da guerra. A união de dois desses sinais representa os homens gays desde a década de 1970.



Labrys: o machado de duas lâminas, também chamado de labrys, está associado com sociedades matriarcais ancestrais, às amazonas e à deusa grega Deméter. Hoje em dia ele é um símbolo da força e da independência das lésbicas.



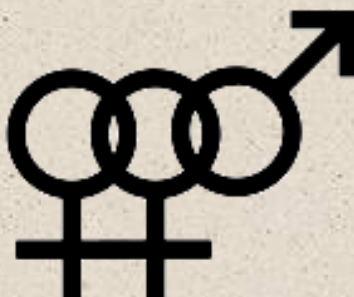
Símbolo transgênero, versão 2: Essa versão do símbolo dos transgêneros inclui uma tarja diagonal no centro, para incluir aqueles que não se identificam nem como homem nem como mulher.



Luas crescentes da bissexualidade: O símbolo das duas luas foi criado para evitar utilizar os triângulos dos campos de concentração nazistas.



Símbolo astrológico de Mercúrio: A comunidade transgênero adotou esse símbolo por seu significado hermafrodita.



Símbolos de homem e mulher entrelaçados: Estes símbolos representam homens atraídos por homens e mulheres (esquerda) e mulheres atraídas por homens e mulheres (direita).

Fonte: retirado e reproduzindo do site LadoBi⁵⁵ (CAPARICA, 2014).

⁵⁵ Disponível em: <<http://ladobi.uol.com.br/>>. Acesso em: 17 de maio de 2016.

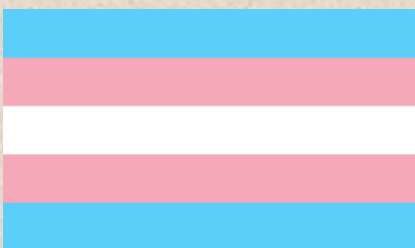
ANEXO C | BANDEIRAS DO MOVIMENTO LGBTTTI: DOS SIGNIFICADOS



Bandeira do Orgulho Genderqueer: “Genderqueer” é um termo utilizado para representar mais uma identidade do que uma característica biológica, ou seja, pessoas genderqueer não se identificam com as expectativas da sociedade quanto a sexo, expressão de gênero e sexualidade. Marilyn Roxie criou a bandeira do orgulho genderqueer em setembro de 2010, chegando ao design definitivo em junho de 2012. Como diz em seu blog, a faixa lavanda representa pessoas andróginas e a androginia, a faixa branca representa a neutralidade de gênero, e o verde representa identidades que se definem para além ou sem qualquer referência ao sistema binário de gênero (homem e mulher).



Bandeira do Orgulho LGBT: foi desenhada por Gilbert Baker, em San Francisco, em 1978. Ele dispôs originalmente oito faixas, com o seguinte significado: rosa para a sexualidade, vermelho para a vida, laranja para a saúde, amarelo para o sol, verde para a natureza, azul para a arte, índigo para a harmonia e violeta para o espírito. Em 1978 a bandeira foi adotada para a Gay and Lesbian Freedom Day March, sendo em seguida adotada pelo Pride Parade Committee depois do assassinato de Harvey Milk, o primeiro oficial eleito abertamente gay da Califórnia.



Bandeira do Orgulho Transgênero: a bandeira do orgulho transgênero foi criada em 1999 por Monica Helms, e foi hasteada pela primeira vez numa parada do orgulho LGBT em Phoenix, Arizona em 2000. As faixas azul claro representam a cor tradicional dos bebês homens, e as faixas em rosa claro representam a cor tradicional para bebês mulheres. As faixas brancas representam aqueles que são intersex, estão em transição ou que se identificam com o gênero neutro ou não têm gênero definido.



Bandeira do Orgulho Bissexual: Inspirado por seu trabalho voluntário no grupo BiNet USA, Michael Page criou a bandeira do orgulho bissexual em 1998 para representar os bissexuais nas paradas de orgulho. Emprestando as cores dos biângulos, Page criou a bandeira de maneira que ela fosse 40% rosa, 40% azul e 20% roxa. “A chave para compreender o simbolismo da bandeira do orgulho bi é saber que a

faixa roxa cria uma transição suave entre as faixas rosa e azul, assim como no ‘mundo real’ os bissexuais se misturam suavemente tanto com as comunidades gays e lésbicas como com as comunidades heterossexuais”, escreveu Page.



Bandeira do Orgulho Assexual: em 2010, a Asexual Visibility and Education Network (AVEN – Rede de Educação e Visibilidade Assexual) fez um convite para que os membros de sua comunidade criassem uma bandeira para as pessoas assexuais (indivíduos que não sentem qualquer tipo de atração sexual). A vencedora foi essa representada ao lado. A faixa negra representa a assexualidade, a cinza representa a área entre ser sexual e assexual, a faixa branca representa o desejo sexual, e a faixa roxa representa a comunidade.



Bandeira do Orgulho Intersex: “Intersex” é o termo utilizado para designar indivíduos com diferenças congênitas nas características sexuais físicas – o que antigamente era chamado de “hermafrodita”. A Organização Internacional Intersex na Austrália, uma filial dessa rede global de organizações intersex, criou a bandeira do orgulho intersex em julho de 2013. O fundo amarelo e o círculo roxo representam as cores “hermafroditas”. Segundo o website da organização: O círculo não tem quebras ou ornamentos, representando a inteireza e a completude, e nossas potencialidades. Nós ainda lutamos por autonomia corporal e integridade genital, e isso simboliza o direito de sermos quem e como nós quisermos.



Bandeira do Orgulho Pansexual: Também conhecida como onissexualidade, a pansexualidade é a atração por pessoas de todas as identidades de gênero e sexos biológicos. A bandeira do orgulho pansexual foi criada para que ela se distinguisse da bissexualidade. A faixa azul representa a atração por homens, a faixa rosa representa a atração por mulheres, e o amarelo representa a atração por pessoas que se identificam como sem gênero, de ambos os gêneros ou de um terceiro gênero.

Fonte: retirado e reproduzindo do site LadoBi⁵⁶ (CAPARICA, 2014).

⁵⁶ Disponível em: <<http://ladobi.uol.com.br/>>. Acesso em: 17 de maio de 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | UFPB

CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES | CCTA

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Coordenação de Curso de Jornalismo

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Discente: Rodrigo Nascimento Andrade

Matrícula: 11213931

Título do Trabalho: Direitos Humanos e Diversidade: uma análise sobre a representação da população LGBTTTI na mídia

Professor(a) orientador(a): Prof^a Dr^a Glória de Lourdes Freire Rabay

Declaro, a quem possa interessar, que o presente trabalho é de minha única e exclusiva autoria e que responderei por todas as informações e dados neles contidos, ciente da definição legal de plágio e das eventuais implicações.

João Pessoa, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Discente



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | UFPB

CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES | CCTA

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Coordenação de Curso de Jornalismo

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu,

aluno (a) regularmente matriculado (a) no Curso de Jornalismo, matrícula _____, na disciplina _____, assumo total responsabilidade sobre o trabalho de conclusão de curso de minha autoria e autorizo sua divulgação na web, assim como seu armazenamento na forma que dispuser a UFPB.

João Pessoa, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA DO DISCENTE